

ANNAES

DA

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL

DO

AMAZONAS

DE

1875



MANAOS

Impresso na Typographia do —Commercio do Amazonas— de Gregorio J. de Moraes.

1876

AMAZONAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL

AMAZONAS

1875

AMAZONAS

1875

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL

DO

AMAZONAS

Sessão preparatoria da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, em 28 de Março de 1875.

Presidencia do Sr. Leão.

As onze horas, presentes no Paço da Assembléa Legislativa Provincial os srs. deputados José Coelho de Miranda Leão, Henrique Barboza de Amorim, Felinto Elizio Fernandes de Moraes, Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, dr. João Carlos Antony, Francisco de Paula Bello, padre Torquato Antonio de Souza, José Justiniano Braule Pinto, Manuel Rodrigues Checks Nina, Nicoláo José de Castro e Costa, Thomaz Luiz Simpson, e João Carlos da Silva Pinheiro, não estando presente na casa o presidente da sessão ultima, o sr. deputado João José de Freitas Guimarães, por estar doente, o sr. deputado Leão na qualidade de vice-presidente tomou a presidencia e havendo numero legal declarou aberta a sessão.

Occuparão as respectivas cadeiras os srs. 1.º secretario Henrique Bar-

boza d'Amorim, e 2.º dito Felinto Elizio Fernandes de Moraes.

Estando na ante-sala o sr. deputado Clementino José Pereira Guimarães, o sr. presidente nomeou uma comissão composta dos srs. deputados padre Torquato Antonio de Souza, Manuel Rodrigues Checks Nina e José Justiniano Braule Pinto, para recebê-lo, feito o que, prestou juramento e tomou assento.

O sr. presidente convidou aos srs. deputados presentes a votarem para o lugar de presidente desta assembléa, forão recebidas treze cédulas e apuradas derão o seguinte resultado:

Clementino José Pereira Guimarães, dez votos; Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, treze votos: em acto successivo o sr. deputado Pereira Guimarães tomou assento na cadeira presidencial.

Passou-se a votação para o lugar de vice-presidente e receberão-se treze cédulas, sendo uma em branco, e, correndo o escrutinio trez vezes foi seo resultado sempre o seguinte:

José Coelho de Miranda Leão, cin-

co votos; Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, quatro votos; João José de Freitas Guimarães, padre Torquato Antonio de Souza, dr. João Carlos Antony e Henrique Barboza d'Amorim, um voto cada um, e, não havendo nem um dos votados obtido maioria absoluta de votos, o sr. presidente por esta causa addiçou esta eleição para o primeiro dia de trabalho.

Para os cargos de primeiro e segundo secretarios, receberam-se treze cédulas e obtiverão votos os srs. Henrique Barboza d'Amorim e José Justiniano Braule Pinto, nove votos cada um; dr. João Carlos Antony, dois votos; Manuel Rodrigues Checks Nina, Thomaz Luiz Sympson, Francisco de Paula Bello, João Carlos da Silva Pinheiro, padre Torquato Antonio de Souza e José Coelho de Miranda Leão, um voto cada um.

Forão declarados secretarios os dois srs. deputados mais votados, tendo a sorte designado para primeiro o sr. Henrique Barboza d'Amorim.

O sr. presidente convidou aos srs. deputados presentes, para amanhã as nove horas do dia assistirem na igreja de Nossa Senhora dos Remedios á missa votiva do Espirito Santo e declarou que ia-se fazer communição a presidencia da provincia que há numero de deputados para ser aberta a sessão do anno corrente.

Nada mais havendo a tratar-se, o sr. presidente levantou a sessão.

Para constar se lavrou esta acta—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão do 29 de março de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As onze horas, feita a chamada pelo sr. 1.º secretario, reconheceu-se estarem presentes os srs. deputados Clementino José Pereira Guimarães, Henrique Barboza d'Amorim, José Justiniano Braule Pinto, Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, dr. João Carlos Antony, José Coelho de Miranda Leão, Nicoláo José de Castro e Costa, João Carlos da Silva Pinheiro, padre Torquato Antonio de Souza, Thomaz Luiz Sympson, Francisco de Paula Bello e Felinto Elizio Fernandes de Moraes; havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

O sr. 1.º secretario lêo o seguinte expediente: dois officios do sr. secretario da presidencia sob n.ºs 1 e 2 de 28 do corrente, communicando, n'aquelle que, forão expedidas as necessarias ordens á ter lugar hoje as 9 horas do dia a missa votiva do Espirito Santo, como de facto teve lugar, e, neste que s. exc. o sr. 1.º vice-presidente da provincia tem designado as 12 horas do dia, tambem de hoje, para a abertura das sessões desta assembléa legislativa no anno corrente. — Inteirado, archive-se.

O sr. presidente nomeou a commissão que ha de receber o exm. sr. 1.º vice-presidente da provincia, cuja compõe-se dos srs. deputados padre Torquato, Sympson, Silva Pinheiro, Paula Bello e Felinto, e suspendeo a sessão.

As 12 horas do dia sendo presente o mesmo exm. sr. 1.º vice-presiden-

te da provincia é recebido pela respectiva commissão, tomou assento em uma cadeira a direita da do sr. presidente desta assembléa, e depois da leitura do relatorio, que ficou sobre a meza, retirou-se com as mesmas formalidades do recebimento.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indicações e etc.

2.^a Parte.—Eleição do vice-presidente e das commissões.

Para constar se lavrou esta acta—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Sessão de 30 de Março de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas feita a chamada estavam presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Barboza de Amorim, Braule Pinto, Tapajoz, dr. Antony, Nina, Sympson, Miranda Leão, Paula Bello, José Paulino, e Castro; havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Não houve expediente.

Ordem do dia.

1.^a Parte. — Nada occorrêo.

2.^a Parte. — Procedeo-se a eleição para o cargo de vice-presidente; re-

ceberão-se e apurarão-se onze cédulas sendo seu resultado o seguinte:

Miranda Leão, cinco votos; Tapajoz, tres votos; Freitas Guimarães e dr. Antony, um voto cada um, e uma cédula em branco: não havendo obtido o sr. deputado mais votado maioria absoluta o sr. presidente declarou que se hia proceder a nova eleição.

Comparecerão os srs. deputados padre Torquato e Felinto.

Receberão-se e apurarão-se treze cédulas, que derão o seguinte resultado:

Miranda Leão, sete votos; Tapajoz, dois votos; Freitas Guimarães, padre Torquato, e dr. Antony, um voto cada um: foi declarado vice presidente o sr. deputado Miranda Leão.

O sr. presidente convidou os srs. deputados á votarem para as commissões permanentes e feito o que ficarão compostas pela seguinte forma, sendo membro de cada um os tres srs. deputados mais votados:

Poderes e etc:—Felinto, seis votos; padre Torquato e Sympson, cinco; Tapajoz e José Paulino, quatro; Paula Bello e Antony, tres; Nina e Castro, dois; padre Daniel e Thury, um.

Fazenda provincial:—Castro, onze votos; Sympson, dez; Freitas Guimarães, seis; Paula Bello, cinco; Nina, tres; José Paulino, dois; Tapajoz e Antony, um voto.

Agricultura, commercio etc:—Freitas Guimarães, seis votos; José Paulino e Tapajoz, cinco; Thury, quatro; Damazo, padre Torquato, Nina, Felinto e Antony, tres; padre Daniel, dois; Sympson e Miranda Leão, um.

Camaras municipaes:—João Carlos, nove votos; Antony e Miranda

Leão, oito; Thury e Nina, tres; Paula Bello, dois; Tapajoz, Castro, Damazo, José Paulino, Sympson e Felinto, um.

Estatística e etc:—Padre Torquato, oito votos; padre Daniel, seis; Damazo, José Paulino, Mello e Felinto, quatro, designando a sorte o sr. deputado Damazo; Thury e Carneiro da Rocha, dois; Nina, Tapajoz, Antony, Silva Pinheiro e Sympson, um.

Instrucção publica:—Nina, nove votos; Antony, oito; padre Torquato, sete; Silva Pinheiro, quatro; padre Daniel, tres; Sympson e Paula Bello, dois; Castro, Mello e Miranda Leão, um.

Obras publicas:—José Paulino, nove votos; Antony, oito; Thury, cinco; Tapajoz, Leão e Mello, tres; Damazo, dois; Nina, Carneiro da Rocha, Paula Bello e Castro, um.

Ecclesiastica:—Padre Daniel, onze votos; padre Torquato, dez; Damazo, seis; Silva Pinheiro, cinco; Mello, tres; Castro, Nina, Paula Bello e Freitas Guimarães, um.

Força provincial:—Miranda Leão, oito votos; Tapajoz, seis; Paula Bello, cinco; José Paulino e Freitas Guimarães, quatro; Mello, tres; Damazo, Thury e Felinto, dois; Carneiro da Rocha, padre Daniel e Sympson, um.

Redacção:—Padre Torquato e Sympson, nove votos; Paula Bello, sete; Nina, quatro; Castro, dois; Carneiro da Rocha, Felinto, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Mello, Damazo, padre Daniel e José Paulino, um.

Nada mais havendo á tratar-se o sr. presidente levantou a sessão dando a seguinte ordem do dia:

1.ª Parte.—Projectos, requerimentos, indicações, e etc.

2.ª Parte.—Votação dos requerimentos verbaes dos srs. deputados Tapajoz e Nina, pedindo dispensa de commissões e o mais que occorrer.

Para constar se lavrou a presente acta.

Clementino José Pereira Guimarães, presidente. — *Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario. — *José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 31 de março de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As onze horas, feita a chamada responderão os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, José Paulino, Sympson, dr. Antony, Tapajoz, Felinto, e Silva Pinheiro; e sendo onze e meia, o sr. presidente levanta a sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 1.º de abril de 1875,

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As onze horas, feita a chamada, comparecerão os srs. deputados Miranda Leão, Amorim, Braule Pinto, Castro, Tapajoz, Antony, Sympson, padre Torquato, José Paulino e João Pinheiro; faltando com causa os srs. Pereira Guimarães, Paula Bello, Freitas Guimarães, Felinto e Nina; e sem

ella os srs. Carneiro da Rocha, Thury, Damazo, padre Daniel e Mello, e sendo um quarto depois das onze, o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*José Coelho de Miranda Leão*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justino Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 2 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas feita a chamada e estando presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Miranda Leão, Tapajoz, Nina, Antony, Paula Bello, João Pinheiro, padre Torquato, Sympson, Felinto, Castro e José Paulino; o sr. presidente abriu a sessão.

Foram lidas e approvadas as actas de 16 de Maio de 1874 e de 30 de Março ultimo, depois de ter o sr. deputado Tapajoz observado a omissão havida na ultima acta relativamente ao pedido que fez aos srs. deputados para não lhe darem votos, para vice-presidente, por estar doente e assim não poder exercer cargos.

O sr. 1.º secretario lêo o seguinte:

EXPEDIENTE.

Dois officios do secretario do governo, de 18 de Maio de 1874 e 30 de Março ultimo, remettendo codigo de posturas da camara municipal de Tefé, relatorios e balanços das da capital, Villa-Bella da Imperatriz, Silves, Conceição, Barcellos e Tefé, e uma

portaria da presidencia da provincia approvando provisoriamente diversas disposições de posturas municipaes da capital. — A commissão de camaras.

Requerimentos de Antonio Rodrigues Pereira Labre, pedindo 9:000\$ por emprestimo para aquisição e transporte de gados de differentes raças para povoarem os campos que demoram entre os rios Pussuary e Pasciham ao sul da povoação Labria, e 7:000\$ como indemnisação de uma estrada já aberta.

De Manoel José da Frota, agricultor situado nos suburbios desta cidade pedindo 6:000\$ por emprestimo para pagar em prestações annuaes de 600\$ réis.—A commissão de agricultura e commercio e etc.

De Heleodoro dos Santos Monteiro, mestre sapateiro do estabelecimento dos educandos, pedindo 4 mezes de licença com vencimentos para tratar de sua saude em Maranhão. A' commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Thomaz Sympson pediu a palavra e apresentou o seguinte projecto:

Sendo necessario proteger a agricultura que é a base da riqueza particular e publica, e que nesta provincia está quazi morta por falta de capitales, e não havendo na provincia estabelecimentos de credito rural, a que possam os agricultores recorrer nas suas necessidades;

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º Fica o governo autorizado a emprestar aos agricultores da

provincia, quando os cofres publicos o permittirem, mediante fiança idonea até a quantia de cinco contos de réis a cada um ao juro de seis por cento ao anno, pelo prazo de seis annos, para ser applicada á cultura do café e cacáo, ou outra cultura permanente.

Art. 2.º Os juros da quantia emprestada serão pagos annualmente começando a indemnisação do emprestimo do 3.º anno em diante até o fim do praso na devida proporção.

Art. 3.º A importancia de taes emprestimos não poderá jamais exceder a 50:000\$000 réis annualmente.

Art. 4.º O agricultor que não applicar o emprestimo á cultura permanente será obrigado á indemnisação immediata e a multa de um conto de réis.

Art. 5.º Revogão-se as disposições em contrario.

S. R.—Paço d'assembléa legislativa do Amazonas 2 de abril de 1875. O deputado, Thomaz Luiz Sympson.

Tomou o n.º 1 e teve a primeira leitura.

O sr. Braule Pinto apresentou o seguinte projecto:

Sendo de conveniencia publica mudar-se a séde da freguezia de Tabatinga em razão da sua proximidade com as fortificações e quarteis da fronteira, conveniencia incontestavel para evitar desordens das praças com os habitantes da freguezia; offereço a consideração desta assembléa o seguinte projecto:

Art. Unico. Fica transferida para a povoação do Caldeirão á margem esquerda do Solimão a séde da freguezia de Tabatinga: revogadas as disposições em contrario.

S. R.—Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 2 de abril de 1875.—O deputado, José Justiniano Braule Pinto.

Tomou o n.º 2 e teve a primeira leitura.

O sr. Nina apresentou o seguinte requerimento:

Requeiro que pelos canaes competentes me sejam dados os esclarecimentos seguintes:

1.º Qual o numero de educandos existente actualmente no respectivo estabelecimento provincial n'esta cidade.

2.º Quantos se achão promptos, ou considerados officiaes nas diversas officinas á que se dedicão.

3.º Qual a despesa feita com esse estabelecimento desde a sua installação, e qual a sua receita dentro do mesmo periodo.

4.º Qual a sua receita e qual a sua despesa em o ultimo quinquenio, de modo á conhecer-se a receita e despesa de cada um anno.

Sala das sessões, 2 de abril de 1875.—Checks Nina.

Foi approvedo.

O sr. Pinheiro apresentou outro para que seja autorizada a meza a contractar a impressão dos trabalhos da presente sessão, com a typographia de mais confiança.

Foi approvedo com duas emendas do sr. Nina; uma accrescentando a phrase: e publicação, e outra a considerar-se rescendido o contracto desde que a folha, que o fizer maltratar a assembléa ou a qualquer dos seus membros.

2.ª Parte.—Votação dos requerimentos verbaes dos srs. Nina e Ta-

pajoz pedindo dispensa das commissões de instrucção publica, agricultura, commercio, etc., e força publica, regeitado o do sr. Nina e approvedo o do sr. Tapajoz.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Requerimentos, projectos, indicações e etc.

2.^a Parte.—Segunda leitura dos projectos n.^{os} 1 e 2; discussão da redacção do projecto n.^o 21 do anno passado e do parecer da commissão especial, sobre as razões que teve a presidencia da provincia para negar a sanção aos projectos concedendo dous mezes de licença sem vencimentos ao engenheiro adjuncto das obras publicas e concedendo um conto de réis de dote a filha de Geralda Francisca dos Santos; eleição de um membro para as commissões de agricultura, commercio, etc., força publica.

E para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Termo de 3 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Amorim.

As onze horas, feita a chamada e presentes os srs. deputados Amorim, Braule Pinto, Paula Bello, Nina, Tapajoz e padre Torquato, depois de um quarto de hora, o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barboza d'Amorim*.—*José Justiniano Braule Pinto*.—*Francisco de Paula Bello*.

Sessão de 5 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As onze horas, feita a chamada e presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Antony, Leão, Tapajoz, Nina, Torquato, Sympson, Felinto, José Paulino, João Pinheiro, Freitas Guimarães e Bello, o sr. presidente abre a sessão.

Não foi lida a acta da antecedente por não estar sobre a meza.

Tomou a cadeira do 2.^o secretario o sr. Antony.

O sr. 1.^o secretario leo o seguinte:

EXPEDIENTE.

Dois officios do sr. secretario de governo de 2 do mez corrente, um accusando o recebimento do officio de 31 do passado desta assembléa com a declaração dos srs. deputados que optarão pelo subsidio. Archive-se.

Outro enviando dois ditos da camara municipal da capital, com os processos da tomada de contas do seo procurador, concernentes aos exercicios de 1871-1872 a 1873-1874. A' commissão de camaras.

Ordem do dia

1.^a Parte.—Nada occorreo.

Entra o sr. deputado Braule Pinto.

2.^a Parte.—Tiverão segunda leitura e forão julgados objectos de deliberação os projectos n.^{os} 1 e 2. Foi

approvada a redacção do projecto n.º 21 do anno passado approvando o regulamento para o matadouro publico desta cidade.

Entra o sr. deputado José Paulino.

Foi approvedo o parecer da commissão especial sobre as razões da presidencia da provincia negando a sancção á resolução concedendo dois mezes de licença sem vencimentos ao engenheiro adjuncto das obras publicas provinciaes e ficou empata-da a votação da que concede um conto de réis de dote a filha da fallecida Geralda Francisca dos Santos.

Orou o sr. deputado Nina contra as razões da presidencia; e votou tambem contra as ditas razões o sr. padre Torquato, declarando retirar para esse fim a sua assignatura do parecer que havia dado a respeito.

Passou-se a eleição de um membro para a commissão de agricultura etc., receberão-se quatorze cédulas, que depois de apuradas derão o seguinte resultado:

Felinto, 8 votos; João Pinheiro, dr. Carneiro, dr. Antony e Nina, um voto cada um e duas em branco; sendo por tanto membro da commissão o sr. Felinto.

Para a de força publica, receberão-se tambem quatorze cédulas sendo seo resultado o seguinte:

Freitas Guimarães, 8 votos; dr. Carneiro, Thury, José Paulino e padre Torquato, um voto cada um, e duas cédulas em branco; sendo membro da commissão o sr. Freitas Guimarães.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão dando a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres.

2.ª Parte.—Terceira leitura dos projectos n.ºs 1 e 2, discussão do de n.º 14 do anno passado, eleição de um membro para as commissões de poderes e da de estatística por se ter escusado d'ellas o sr. deputado padre Torquato; e, votação do parecer da commissão especial sobre as razões que teve a presidencia da provincia relativamente a resolução que concedeo um conto de réis de dote a filha da fallecida Geralda Francisca dos Santos.

Para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 6 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Nina, Antony, Felinto, Sympson, Freitas Guimarães, José Paulino, Torquato e João Pinheiro, o sr. presidente abre a sessão.

Lidas as actas de 4 e 5 do corrente forão approvadas.

EXPEDIENTE.

O sr. 1.º secretario leu o seguinte: Um requerimento do sr. Luiz Schill pedindo relevação da multa imposta pela camara municipal e isenção dos

direitos que pagou por sua casa de joias. A' commissão de poderes.

O sr. 1.º secretario, pede a palavra pela ordem, e declara que não pode organizar a folha para pagamento da ajuda de custo do sr. deputado padre Torquato por não existir na tabella official o ponto onde reside actualmente o mesmo sr. deputado.

Retirou-se o sr. deputado padre Torquato.

O sr. Nina, tambem pela ordem, pede ao sr. presidente para que sejam distribuidas aos srs. deputados collecções de leis, regulamentos e o relatorio da presidencia do anno passado, que desejando consultar o ultimo relatorio, não o encontrou na casa.

O sr. presidente declarou que se tomariam providencias requisitando-se da secretaria da presidencia da provincia as collecções e bem assim o relatorio ultimo em original que foi dado em confiança a mesma secretaria para tirar-se copia, segundo informa o sr. 1.º secretario.

O sr. presidente pediu attenção da casa para a declaração do sr. 1.º secretario sobre a ajuda de custo do sr. deputado Torquato.

Depois de orarem os srs. Nina, Freitas Guimarães, Miranda Leão e Antony, pelo sr. Freitas foi enviada a meza a seguinte indicação:

Indico que fique a meza d'esta assembléa autorisada a decidir por si, qual a tabella que deve servir de base para tirar-se a ajuda de custo dos membros d'esta assembléa, na parte em que é deficiente a tabella official, para o que poderá servir-se ainda

mesmo de qualquer tabella particular que exista.

S. R.—Sala das sessões da assembléa provincial, em 6 de abril de 1875.—O deputado, Freitas Guimarães.

Ficou sobre a meza para ser discutido na ordem dos trabalhos.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Sympson apresentou o seguinte projecto:

Sendo mister obstar ao contrabando que é feito com grande detrimento das rendas provinciaes dos generos sujeitos á impostos de exportação que são conduzidos directamente para o Pará, dos rios Madeira, Purus e Solimões, cuja conferencia se torna difficil e despendiosa, por falta de trapiches, e convindo quanto antes acautellar os interesses da fazenda publica proporcionando ao fisco meios de verificar, quando seja necessario, carregamento dos vapores e outras embarcações que conduzem generos para fora da provincia.

A assembléa legislativa do Amazonas resolve:

Art. 1.º O governo é authorisado a comprar até tres depositos flutuantes para conferencia por meio de baldeação dos generos sujeitos a impostos provinciaes, que forem exportados ou importados por vapores ou outras embarcações de cabotagem entre os portos desta provincia e os do Pará e Estados vizinhos.

Art. 2.º Os depositos fluctuantes serão applicados, conforme as necessidades do fisco na capital e na cidade de Itacoatiára ou em Villa Bella da Imperatriz.

Art. 3.º Com a aquisição dos referidos depositos não poderá o governo despendar mais de trinta conto de réis.

Art. 4.º O governo estabelecerá o modo de effectuar-se o serviço das conferencias e as isenções que deverão ter lugar.

Art. 5.º Revogão-se as disposições em contrario.

S. R. Paço 6 de Abril de 1875.—O Deputado, Thomaz Luiz Sympson.

Tomou o n.º 3 e teve a primeira leitura.

O sr. Antony apresenta o seguinte requerimento:

Requeiro que o projecto n.º 14, que vai entrar hoje em discussão, seja enviado a commissão de camaras para harmonizal-o com as posturas provisoriamente approvadas pela presidencia.

Paço da assembléa, 6 de abril de 1875.—Antony.

Foi approvedo.

Entra em discussão a indicação do sr. Freitas Guimarães.

Orão os srs. Nina, Miranda Leão e o autor.

O sr. Antony lê e manda a meza o seguinte requerimento:

Requeiro que se autorize a meza a resolver a questão que occupa agora a casa.

Paço da assembléa, 6 de abril de 1875.—Antony.

O sr. Nina pede a palavra, lê e manda a meza a seguinte emenda:

Depois da ultima palavra, diga-se: podendo lançar-se mão de qualquer tabella mais ou menos publica para resolver-a.—C. Nina.

Posta a votos a indicação do sr.

Freitas Guimarães, foi approveda, ficando o requerimento do sr. Antony e emenda do sr. Nina prejudicados.

2.ª Parte.—Tiverão a 3.ª leitura os projectos n.ºs 1 e 2, que vão imprimir.

Continuação da discussão do parecer sobre as razões que teve a presidencia da provincia para não sancionar o projecto concedendo um conto de réis de dote a filha da fallecida Geralda Francisca dos Santos; posto a votos foi approvedo, votando contra os srs. Nina, Pinheiro, Antony, Tapajoz e Braule Pinto.

Para a eleição de um membro da commissão de poderes, receberão-se doze cédulas, sendo seo resultado o seguinte:

Nina, 4 votos; Freitas Guimarães, 3; Antony, 2; Tapajoz e José Paulino 1 cada um e uma em branco.

O sr. Nina foi declarado membro da commissão, e pedindo elle escusa a assembléa não a attendeo.

Para a de outro membro, para a de estatística e etc., receberão-se também doze cédulas, que apuradas derão o resultado seguinte:

José Paulino, 3 votos; Miranda Leão e Thury, 2 cada um; Antony, Pinheiro e Freitas Guimarães 1 cada um e duas em branco.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, requerimentos, indicações, e etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura do projecto n.º 3.

Para constar se lavrou esta acta—*Clementino José Pereira Guimarães,*

presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 7 de Abril de 1875,

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas presentes os srs. Miranda Leão, Amorim, Braule Pinto, Bello, Torquato, Felinto, Antony, e João Pinheiro; e sendo passado um quarto de hora mais o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*José Coelho de Miranda Leão*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 8 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As horas do costume, acharão-se presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Paula Bello, e padre Torquato; o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º secretario.—*Francisco de Paula Bello*.

Termo de 9 de Abril de 1875.

Presidencia do Sr. Antony.

As 11 horas feita a chamada e presentes os srs. deputados Antony, Pau-

la Bello e Freitas Guimarães; depois de um quarto de hora o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*João Carlos Antony*. — *Francisco de Paula Bello*. — *João José de Freitas Guimarães*.

Sessão de 10 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, feita a chamada, e presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Tapajoz, Nina, José Paulino, Freitas Guimarães, padre Torquato, Felinto, Antony e Sympson, faltando com causa os srs. Miranda Leão, Castro, Bello e Pinheiro, e sem ella os srs. Carneiro da Rocha, Thury, Mello, padre Daniel e Damazo; o sr. presidente abre a sessão.

Lida a acta da sessão anterior é approvada depois do sr. deputado Nina ter observado que já havia lido em um jornal d'esta capital a acta em discussão.

A esta observação o sr. presidente declara que as actas ainda não tinham sido publicadas, o que se fará breve, e o que tem publicado os periodicos são noticias do que elles mandão tomar nos dias dos trabalhos.

EXPEDIENTE.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte officio do secretario da presidencia da provincia remettendo 24 exemplares de leis e relatorios do anno passado, e o orçamento do thezouro provincial.

Distribuição-se as leis e relatorios e entregue-se o orçamento a commissão de fazenda.

Um outro do mesmo secretario transmittindo os esclarecimentos pedidos sobre o estabelecimento dos educandos artifices. A' quem os requisitou.

Requerimentos:

De Leonardo Antonio Malcher e Romualdo d'Oliveira Seixas pedindo privilegio por dez annos para abastecerem esta cidade de agua potavel, o emprestimo de seis contos de réis a juros de seis por cento ao anno e isenção de impostos provinciaes e municipaes. A' commissão de poderes.

Dos empregados provinciaes Nicoláo Tolentino e João Leovegildo da Silva Sarmiento, pedindo seis mezes de licença com todos os vencimentos.

A' commissão de poderes.

Do 2.º official archivista da secretaria do governo, Antonio Teixeira Ponce de Leão pedindo a interpretação do § 3.º do art. 10 do regulamento n.º 19 de 31 de março de 1869, com a disposição do art. 9 do mesmo regulamento, visto que pertencendo a 3.ª secção ha sido preterido na substituição do chefe da mesma em seus impedimentos apesar de ser mais antigo.

A' commissão de poderes.

Do secretario da presidencia da provincia, dr. Theodoro Thaddeo d'Assumpção pedindo que seja convertida em augmento da gratificação que lhe dá a provincia, a porcentagem que percebe nos termos do regulamento n.º 26 de 13 de maio de 1873. A' commissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. deputado Freitas Guimarães como relator da commissão de agricultura, commercio, e etc., pede ao sr. presidente para designar dia e hora á apresentar parecer sobre a petição do commendador Antonio José Gomes Pereira Bastos.

O sr. presidente designa a hora presente.

Em acto successivo o mesmo sr. Freitas Guimarães lê o parecer e projecto seguintes.

« A commissão d'agricultura, commercio, artes e navegação, a quem foi submettida a petição do commendador Antonio José Gomes Pereira Bastos, examinando-a attentamente, julga digna de ser aceita por esta assembléa, mediante algumas modificações, sendo seo parecer que se adopte o seguinte projecto:

A assembléa legislativa da provincia do Amazonas, decreta:

Art. 1.º Fica o presidente da provincia autorizado a contractar com o commendador Antonio José Gomes Pereira Bastos, ou com quem mais vantagens offerecer:

§ 1.º A fundação n'esta provincia de uma ou mais fabricas para o beneficiamento, purificação e vulcanisação da gomma elastica e fabricação de todas ou de certas especies de artefactos a que é ou pode ser applicada a gomma elastica extrahida da seringueira ou de outras quaesquer plantas similares, empregando em ditas fabricas os machinismos e os processos mais aperfeçoados que se conhecem na Europa e nos Estados-Unidos, ou outros novos que forem reconhecidos superiores.

§ 2.º A fundação de uma ou mais colonias agricolas com escolas praticas d'agricultura, onde serão cultivadas segundo as regras e principios da sciencia agronomica e com os instrumentos e os processos mais aperfeiçoados, não sò as plantas uteis indigenas e sobretudo a seringueira e suas similares, como tambem as exoticas de reconhecida vantagem para o paiz.

Art. 2.º O contractante obrigar-se-ha:

§ 1.º A admittir gratuitamente em cada uma fabrica ou colonia agricola, que fundar, até cincoenta orphãos desvalidos ou ingenuos dos de que trata a lei de 28 de Setembro de 1871, não sendo menores de 8 annos, e a dar-lhes sustento, vestuario, morada, tratamento e ensino com [redacted] este na instrucção religiosa e [redacted] mentar, em uma arte ou officio [redacted] pratica agricola.

§ 2.º A pagar aos ditos orphãos ou ingenuos as soldadas que forem marcadas pelo juiz de orphãos, contanto que não seja inferior a duzentos réis; nem superior a mil réis diarios, até completarem a sua maioridade legal em que lhes será permittido deixar os estabelecimentos da empreza, sendo estes salarios recolhidos trimestralmente ao cofre de orphãos.

§ 3.º A realisar a fundação da 1.ª fabrica dentro do prazo improrogavel de vinte e quatro mezes, contados da data em que fôr assignado o contracto e bem assim, a fundar a primeira colonia agricola no prazo de trinta e seis mezes contados da mesma data, salvo caso de força maior devidamente provado, podendo em taes circumstancias ser prorogado os

ditos prazos pelo presidente da provincia, contanto que não exceda a doze mezes.

§ 4.º A depositar, annualmente, no thezouro provincial, em prestações trimestraes adiantadas, desde que começar a funcionar a primeira fabrica ou a primeira colonia agricola até a expiração do prazo da concessão, a quantia de 3:600\$000, para o pagamento de um fiscal de nomeação do governo da provincia, encarregado de inspeccionar os estabelecimentos da empresa, no sentido de examinar a fiel execução do contracto.

§ 5.º A pagar multas de 100 a 500\$000 a arbitrio do governo da provincia pelas infracções de quaesquer clausulas do contracto que lhe sejam obrigatorias.

§ 6.º A não transferir os direitos resultantes do contracto que celebrar em virtude desta proposta, a nenhuma pessoa, associação ou companhia senão com expressa condição do que, se tiver seu domicilio ou séde fóra da provincia ou imperio, ha de ter necessariamente nesta provincia um ou mais representantes com plenissimos poderes para responderem em juizo e fora d'elle por todos os actos ou omissões da pessoa, associação ou companhia e de que se sujeita em tudo e por tudo ás leis e a jurisdicção das autoridades e tribunaes do imperio.

Art. 3.º Como compensação concederá ao contractante:

§ 1.º Isenção de quaesquer impostos provinciaes por tempo de 50 annos, as fabricas, colonias e mais estabelecimentos que forem fundados na provincia em virtude do contracto

alludido, comprehendendo na dita isenção, os terrenos; predios, armazens trapiches e outras quaesquer edificações de propriedade da empresa, destinadas para uzo della ou de seus empregados.

§ 2.º Gozar por mais dez annos depois de findo o prazo estabelecido na lei n.º 237 de 20 de maio de 1872 da isenção completa de direitos para os generos seguintes, de producção das colonias da empresa: algodão, tabaco, arroz, café, feijão, milho, farinha, assucar, mel e aguardente de canna.

§ 3.º Redução na razão de metade do que actualmente se paga ou para o futuro se vier a pagar dos impostos provinciaes de exportação de todos e quaesquer outros generos, procedentes das colonias da empresa e por esta directamente exportados pelo prazo de cincoenta annos.

§ 4.º Isenção de direitos provinciaes de exportação pelo prazo de 30 annos dos artefactos da gomma elastica, manufacturados nas mencionadas fabricas da empresa.

§ 5.º Não fazer-se durante o prazo de cincoenta annos deste contracto nenhuma concessão de igual natureza das que vão aqui mencionadas, a qualquer pessoa, associação ou companhia que se proponha a explorar a mesma industria na provincia, o que aliás, a ninguem ficará vedado.

§ 6.º Auxiliar a empresa por todos os meios legaes a seu alcance a fim de que sejam estrictamente mantidas e executadas de parte a parte as condições do contracto.

Art. 4.º O governo da provincia solicitará dos poderes geraes, os fa-

vorés que abaixo vão mencionados, sem que com tudo fique obrigado a obtel-os, nem a conceder novos favores em retribuição d'aquelles, quando por ventura, os mencionados poderes não julguem conveniente concedel-os, os quaes são os seguintes:

§ 1.º Isenção de direitos de importação para os machinismos, instrumentos, utensilios, moveis, vehiculos de transporte, trilho e tudo mais que for necessario para a fundação e manutenção das ditas fabricas e colonias agricolas, durante o mencionado tempo, fixando o governo annualmente, a qualidade e quantidade dos objectos que gozarão deste favor.

§ 2.º Redução dos direitos geraes dos generos de exportação produzidos nas colonias da empresa, e as manufacturas e artefactos da gomma e elastica, preparados em suas fabricas, que forem directamente exportados por ella de conformidade com que é estabelecido nos §§ 3.º e 4.º do artigo 4.º desta lei.

§ 3.º A venda para fundação das fabricas e colonias agricolas da empresa de dez legoas quadradas de terras devolutas, em lotes de uma legoa quadrada ou 36 kilometros quadrados pelo preço minimo da lei das terras de 1850, pago em dez prestações annuaes e iguaes, sendo as referidas terras escolhidas onde mais conveniente for para os fins da empresa.

§ 4.º A concessão em favor dos colonos industriaes e mais empregados da empresa, vindos por conta desta para suas fabricas e colonias agricolas, de todas as isenções de que gozam actualmente ou para o futuro vierem a gozar os colonos introduzidos

no imperio por conta ou com intervenção do governo imperial.

Revoga-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas em 10 de abril de 1875.—João José de Freitas Guimarães, José Paulino von Hoonholtz, Felinto Elizio Fernandes de Moraes.

Tomou o n.º 4 e teve a primeira leitura e vae imprimir a requerimento do Sr. Nina.

O sr. deputado padre Torquato lê o seguinte projecto:

« Ressentindo-se o alto Rio Madeira da criação de districtos de paz, pela sua grande extensão, para garantia do commercio, que alli se desenvolve em grande escalla; visto não poder ter, desdejá, um termo judicial, de que tanto necessita para facilitar principalmente os recursos nas questões commerciaes, venho submeter a consideração desta assembléa a seguinte resolução:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º Ficão creados no alto Rio Madeira trez districtos de paz na ordem seguinte:

§ Unico. O primeiro comprehenderá todo o 4.º districto policial, o segundo o 5.º, o 3.º o 6.º e o 7.º

Art. 2.º Revogadas as disposições em contrario.

S. R.—Sala das sessões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 10 de abril de 1875.—O deputado, Torquato Antonio de Souza.

Tomou o n.º 5 e teve a primeira leitura.

O sr. deputado Nina lê e manda a meza o seguinte projecto:

« Attendendo ao estado deploravel em que se achão as igrejas das differentes localidades do interior desta provincia, mal construidas, sem accommodações e sem elegancia alguma e pela maior parte a desmoronarem-se:

Attendendo as despesas que a provincia tem feito com este importante objecto em pura perda, ou porque as quantias votadas têm sido ellas administradas por pessoal proficiente:

Attendendo a obrigação que tem o governo de fazer construir templos onde o Culto Divino seja feito com o respeito e decencia que lhe são devidos, e que sejam compatíveis com o nosso estado de civilisação:

Attendendo, finalmente á conveniencia de regularisar este ramo do serviço publico de modo á tornar proficuos os sacrificios nelle empregados; submetto a illustrada apreciação desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º O presidente da provincia pela repartição competente, fará organizar, planta, desenho e orçamento de uma igreja, tendo em vista a segurança de sua construcção, a simplicidade elegante de seu exterior e a decencia e commodidades do interior.

Art. 2.º Este trabalho será apresentado a esta assembléa na primeira sessão da futura legislatura; e, depois de approvedo, servirá de modelo para todas as localidades do interior da provincia, onde se houver de construir templos, o que não poderá ser feito senão por meio de arrematação em hasta publica, salvaguardando os interesses da provincia.

Art. 3.º Revogão-se todas as disposições em contrario.

S. R.—Sala das sessões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 10 de abril de 1875.—O deputado, M. R. Checks Nina.

Tomou o n.º 6 e teve a primeira leitura.

2.ª Parte.—Teve 2.ª leitura o projecto n.º 3, e não havendo numero para deliberar-se, pôr se terem retirado da sala das sessões os srs. deputados Freitas Guimarães e Sympson, o sr. presidente levanta a sessão.

E para constar se lavrou esta acta.—*José Coelho de Miranda Leão*, presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 12 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas presentes os srs. deputados Leão, Braule Pinto, Bello, Tapajoz, Padre Torquato e Sympson, faltando com causa os srs. Pereira Guimarães, Amorim, Felinto, Castro, Nina, Antony, Pinheiro, Freitas Guimarães e José Paulino, e sem ella os srs. Carneiro da Rocha, padre Daniel, Damazo, Mello e Thury; e sendo passado um quarto de hora o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*José Coelho de Miranda Leão*. — *José Justiniano Braule Pinto*. — *Francisco de Paula Bello*.

Sessão de 13 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas presentes os srs. deputados Leão, Amorim, Braule Pinto, Antony, Freitas Guimarães, Bello, Sympson, José Paulino, Felinto, padre Torquato e Pinheiro, faltando com causa os srs. Tapajoz, Nina, Pereira Guimarães e Castro, e sem ella os srs. Carneiro da Rocha, padre Daniel, Damazo, Thury e Mello; o sr. presidente abre a sessão.

Lida a acta da antecedente é approvada.

EXPEDIENTE.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

Um requerimento do padre Miguel Joaquim Fernandes pedindo uma gratificação pelo ensino de latim e muzica em Villa-Bella da Imperatriz. A commissão de instrucção publica.

Um dito de Raymundo João Carneiro & C.ª pedindo privilegio por 20 annos para abastecer esta capital de agua potavel e o emprestimo de cinco contos de réis.—A commissão de poderes.

Um outro de Manoel Nogueira Borges da Fonseca, thezoureiro do thezouro provincial, pedindo um anno de licença com todos os vencimentos para tratar de sua saude. — A commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. deputado Sympson, pede a palavra e lê uma representação de alguns habitantes da freguezia de Moura pedindo providencias sobre as correrias de indios selvagens *Uamerys*.—Fica sobre a meza

para entrar na ordem dos trabalhos na seguinte sessão.

2.^a Parte. — O sr. presidente consulta a casa se o projecto n.º 3 é objecto de deliberação, cujo teve a segunda leitura na ultima sessão; e, sendo assim julgado passa a 3.^a leitura.

O sr. deputado Sympson, declara que fazendo parte de tres commissões escusa-se, nos termos de regimento, da de poderes.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte ordem do dia:

1.^a Parte. — Projectos, requerimentos, pareceres e etc.

2.^a Parte. — Segunda leitura dos projectos n.ºs 4, 5 e 6; 3.^a do de n.º 3 e nomeação de um membro para a commissão de poderes.

Para constar se lavrou esta acta. — *Clementino José Pereira Guimarães*, presidente. — *Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario. — *José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Termo de 14 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajos, Nina, Sympson, padre Torquato, João Pinheiro, José Paulino; faltando com causa os srs. Bello, Freitas Guimarães, Castro, Antony e Felinto; e sem ella os srs. Carneiro da Rocha, Thury, padre Daniel e Mello; e passando um quarto de hora, o sr. presidente declara não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo. *Clementino José Pereira Guimarães*, presidente. — *Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario. — *José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Termo de 15 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas presentes os srs. Leão, Amorim, Braule Pinto, Tapajoz, Nina, padre Torquato, Bello, Antony e Sympson, faltando com causa os srs. Pereira Guimarães, Freitas Guimarães, Castro e Costa, Pinheiro e José Paulino, e sem ella os srs. Thury, Carneiro da Rocha, Damazo, padre Daniel e Mello; e sendo mais um quarto de hora o sr. presidente declara não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo. — *José Coelho de Miranda Leão*, presidente. — *Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario. — *José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Termo de 16 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Bello, José Paulino, João Pinheiro, Sympson, e Antony, faltando com causa os srs. Nina, Felinto, Freitas Guimarães, Castro, e Torquato, e sem ella os srs. Carneiro da Rocha, Thury, padre Daniel, Damazo, e Mello; e sendo passado um quarto de hora, o sr. presidente

declara não haver sessão por falta de numero.

Entra momentos depois o sr. deputado Nina.

E para constar se lavrou este termo.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 17 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, feita a chamada e presentes os srs. deputados Pereira, Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Antony, Nina, Bello, Silva Pinheiro, padre Torquato, Symson, e Felinto; faltando com causa os srs. deputados Freitas Guimarães, Castro e José Paulino; e sem ella os srs. Thury, Carneiro da Rocha e Mello; o sr. presidente abre a sessão.

Lida a acta da sessão de 13 do corrente é approvada.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

EXPEDIENTE.

Requerimento de Antonio Symplício Valente de Menezes, professor de ensino primario de Villa Bella da Imperatriz, pedindo pagamento de ordenado de 13 de fevereiro a 13 de julho de 1874, periodo em que esteve doente e 120\$000 de aluguel da casa onde funcionou a escola da mesma villa; oito mezes.

Officio do secretario da presidencia da provincia, sem numero, de 13 do corrente, transmettindo a esta assembléa a petição do Collector e Es-

crivão das rendas provinciaes da mesma villa, pedindo pagamento da quantia de 295\$374 réis, de porcentagens que dizem ter deixado de receber nos exercicios de 1872-1873 e 1873-1874. A' commissão de fazenda.

Officio do secretario da presidencia da provincia de 15 deste mez remettendo balanço e orçamento da camara municipal do Coary. A commissão de camaras.

Requerimento e proposta do cidadão Joseph Lyons Mac-Gee, pedindo favores e garantias a provincia para a extradicação de cem familias de lavradores allemães para se estabelecerem em terras devolutas do Rio Negro. A' commissão de agricultura, commercio, e etc.

Requerimento do sr. deputado Castro e Costa, dando parte de doente e requerendo licença para tratar-se.

De Romualdo de Oliveira Seixas e Leonardo Antonio Malcher, additando a petição de 5 do corrente obrigações reciprocas para o abastecimento d'agua potavel.

Representação do 1.º juiz de paz da freguezia do Andirá, Manuel Joaquim Bellem, contra a mudançã da séde da mesma freguezia. A commissão de poderes.

Entra o sr. deputado Damazo.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. deputado Tapajoz pede a palavra, lê e manda a meza os seguintes requerimentos:

« Requeiro que, com urgencia, me sejam presentes copias dos contractos para fornecimento dos altares e mais objectos para a matriz d'esta ci-

dade, como igualmente dos sinos, iluminação a gaz carbonico, e o feito com a companhia do Amazonas limitada, relativo a junção que fez com a companhia fluvial do Alto Amazonas.

Requeiro que pela secretaria da presidencia, thezouro publico provincial e camara municipal, se me dê certidões em forma que faça fé dos serviços que a esta provincia prestou o intitulado engenheiro José Garne subdito francez,—isto com urgencia.

O sr. deputado dr. Antony lê o seguinte:

« Requeiro que me sejam fornecidos os seguintes documentos:

1.º Cópia dos officios trocados entre o director das obras publicas provinciaes e o ex-presidente dr. Peixoto, relativos aos materiaes que hão de ser empregados nos alteres da nova matriz;

2.º A conta ou importancia paga pelos portaes, altares e pia baptismal de forma a conhecer-se o custo de cada objecto separadamente. »

Forão approvados.

Entra o sr. deputado padre Daniel.

2.ª Parte.—Teem 2.ª leitura os projectos n.ºs 4, 5 e 6 que passam a 3.ª. Terceira do de n.º 3, a imprimir.

Passa-se a eleição de um membro para a commissão de poderes, recebe-se quatorze cédulas e seo resultado é o seguinte:

Antony e Sympton, 4 votos cada um; Miranda Leão, 3; padre Daniel, 2; e Damazo 1; a sorte designa para membro da commissão o sr. deputado Antony.

Nada mais havendo a tratar-se o

sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, indicações, pareceres de commissões e etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura dos projectos n.ºs 4, 5 e 6. Primeira discussão dos de n.ºs 1 e 2.

Para constar se lavrou esta acta—*José Coelho de Miranda Leão*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 19 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães

As 11 horas, presentes os deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, padre Torquato, e Damazo; faltando com causa os srs. Freitas Guimarães, Castro, Nina, Bello, José Paulino, João Pinheiro, Antony, Tapajoz, e padre Daniel; e sem ella os srs. Thury, Carneiro da Rocha e Mello; e passado mais um quarto de hora o sr. presidente declara não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavra este termo—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 20 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Leão, Amorim, Braule Pinto,

Tapajoz, Antony, Nina, padre Torquato, Silva Pinheiro, José Paulino, Bello, padre Daniel, Felinto e Damazo; faltando com causa os srs. Pereira Guimarães, Castro, Freitas Guimarães e Sympson; e sem ella os srs. Carneiro da Rocha, Thury e Mello; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão de 17 do corrente.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

EXPEDIENTE.

Um officio do secretario da presidencia da provincia de 17, declarando estar s. exc. o sr. 1.º vice-presidente inteirado de haverem tomado assento os srs. deputados padre Da-

niel Pedro Marques d'Oliveira e Damazo de Souza Barriga. Archive-se.

Requerimentos:

O sr. deputado Silva Pingarilho, pedindo o subsidio de 500 annuaes para que seu filho Jose Victorino da Silva Pingarilho possa seguir o curso superior de seus estudos na Europa. A commissão de instrucção publica.

De D. Heloisa Monteiro de Castro e Costa, professora vitalicia do ensino primario do sexo feminino do bairro do Espirito Santo d'esta capital, requerendo trez mezes de licença com todos os vencimentos, para tratar-se fora da provincia.

De Raymundo Faria d'Almeida solicitando sua jubilação no cargo de professor do ensino primario n'esta provincia, por contar mais de dez annos de magisterio.

De Salomão G. Levy, residente na cidade de Teffé, pedindo permissão para rifar uma casa que possui na mesma.

De José Herculano Gomes Carneiro, professor particular de muzica vocal e instrumental da Villa de Silves, pedindo a gratificação de seis mezes que leccionou nos termos da lei n.º 298 de 12 de maio de 1874. A commissão de poderes.

Ordem do dia

1.ª Parte.—O sr. deputado Antony lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

« Requeiro que me seja apresentada copia do contracto assignado com o commendador Amorim, para a navegação entre Manãos e alguns portos da Europa. »

O sr. deputado Nina lê e manda o seguinte:

« Requeiro que se peça a presidencia da provincia as propostas que formariam base para o contracto da navegação directa entre os portos da Europa e esta provincia, de Alexandre Paulo de Brito Amorim, de Singleurst, Brokleurst & Companhia e outros proponentes, »

São approvados.

O sr. deputado Daniel apresenta o seguinte projecto:

« Sendo de reconhecida conveniencia a creação de uma cadeira de instrucção primaria do sexo masculino na povoação denominada «Repartimento» na confluencia dos dois rios que formão o «Maué-Assú» visto como mui perto dessa povoação ficão outras duas, sendo uma de indios Maués e outra de Mundurucús, por isso tenho a honra de offerecer a consideração da casa o seguinte projecto: A assembléa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º Fica desde já creada na

povoação denominada Repartimento no municipio da Conceição, uma cadeira de 1.^{as} letras para o sexo masculino.

Art. 2.^o A referida povoação conhecida pelo nome de Repartimento denominar-se-ha d'ora avante povoação de Maués.

Art. 3.^o Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 19 de abril de 1875.—O deputado, padre Daniel.

Tomou o n.^o 7 e teve a primeira leitura.

O sr. deputado Tapajoz apresenta o seguinte:

« Havendo o salutar recurso como se vê do § 7.^o do art. 11 do acto adicional, quando seja necessario punir a magistrado exorbitante de seos deveres calcando a lei e a justiça;

Refletindo os habitantes do termo de Maués annexado a comarca desta capital, em consequencia da grande distancia, e das difficuldades de transporte, soffrem hoje nos seos direitos, e nos seus interesses pela demora da acção judiciaria, e não convido augmentar o n.^o de comarcas pelas razões bem explicadas no Aviso do ministerio da justiça de 21 de outubro de 1843, e pelas duras provas por que temos passado;

Não sendo possivel que o juiz de direito desta comarca possa percorrer dentro do anno os termos que actualmente estão reunidos, que são: o desta capital, da cidade de Itacoatiara, da villa de Silves e o de Maués, para em cada uma presidir a quatro sessões do jury no anno;

Achando-se pois aquelles cidadãos

no pleno gozo, como os demais, do art. 179 §§ 2 e 13 da constituição do imperio, eu trago a consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa da provincia do Amazonas, resolve:

Art. Unico. Fica desligado desta comarca da capital o municipio e termo da villa da Conceição de Maués e novamente ligado a comarca de Parintins a qual antes pertenceo, revogada para isso a lei n.^o 291 de 5 de Maio de 1874.

—O deputado, Francisco Antonio M. Tapajoz.

Tomou o n.^o 8 e teve a primeira leitura.

2.^a Parte.—Teem a 3.^a leitura os projectos n.^{os} 4, 5 e 6, a imprimir.

Passão em 1.^a discussão os de n.^{os} 1 e 2, orão o sr. deputado sr. padre Daniel e Braule

Nada mais havendo a se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte:

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres, e etc.

2.^a Parte.—Segunda leitura dos projectos n.^{os} 7 e 8 e primeira discussão do de n.^o 3.

Para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Termo de 21 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. de-

putados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Bello, José Paulino, Silva Pinheiro, Damazo, padre Daniel, Felinto, Nina, Simpson e Antony; faltando com causa os srs. padre Torquato, Castro e Costa e Freitas Guimarães; e sem ella os srs. Thury, Carneiro da Rocha e Mello; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da antecedente.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

EXPEDIENTE.

Officio do secretario da presidencia da provincia declarando ter s. exc. o sr. 1.º vice-presidente mandado publicar a resolução que approva o regulamento da curra publico. Ar-

Requerimento do sr. 1.º vice-presidente mandado publicar a resolução que approva o regulamento da curra publico. Ar-

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Felinto depois de obter dia e hora, lê e manda a meza o seguinte parecer:

« A commissão de poderes a quem foi presente o requerimento do deputado Nicoláo José de Castro e Costa, pedindo licença para retirar-se para fora da provincia afim de tratar de sua saude profundamente alterada, é de parecer que esta assembléa conceda a licença pedida, e apoiando-se em precedentes justamente creados em favor de outros deputados collocados em circumstancias menos favoraveis, é tambem de parecer que seja abonado ao deputado

requerente o subsidio que marca a lei.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 21 de abril de 1875.—Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, Manuel Rodrigues Checks Nina, João Carlos Antony. »

O sr. Nina tambem obtem designação da presente hora para o parecer seguinte:

« A commissão de instrucção publica, a quem foi presente o requerimento do padre Miguel Joaquim Fernandes, lente jubilado na cadeira de latim da cidade de Bragança, da provincia do Pará, e vigario interino da freguezia de Villa-Bella da Imperatriz, em que pede a esta assembléa uma gratificação pelo ensino daquelle lingua, assim como de geographia

e muzica vocal que se propõe ensinar na referida villa, e caso é de parecer que o sr. presidente se dirija ao poder executivo da provincia a quem compete decidir a respeito

como se acha pela combinação dos arts. 147 e 95 do regulamento n.º 28 de 31 de dezembro de 1873 em vigor.

Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 21 de abril de 1875.—Manuel Rodrigues Checks Nina, João Carlos Antony. »

Ficão sobre a meza para entrar na ordem do dia.

O sr. Pinheiro pede dia e hora para apresentar um parecer da commissão de camaras.

O sr. presidente designa a sessão seguinte na primeira parte da ordem do dia.

O sr. deputado Damazo apresenta o seguinte projecto:

« Attendendo ao estado progressivo dos termos da cidade de Itacoatiara, e villas de Silves e Maués, e urgindo que a administração da justiça seja alli prompta e efficaz para melhor garantia dos cidadãos, temos a honra de apresentar a consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º Fica creada uma comarca denominada—de Itacoatiara—comprehendendo os termos judiciarios da cidade de Itacoatiara, Silves e Maués que se desligão da de Manáos.

Art. 2.º A nova comarca terá sua séde na cidade de Itacoatiara.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, em Manáos 21 de abril de 1875.—Os deputados, Damazo de Souza Barriga, Pedro Daniel, Frederico Guimarães, Torquato Antonio de Souza, Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, José Paulino von Hoonholtz, João Carlos da Silva Pinheiro. »

Tomou o n.º 9 e teve a primeira leitura.

O sr. deputado Felinto apresentou o seguinte projecto:

« Sendo de necessidade que nos termos desta capital, que tende de dia para dia para o augmento, a criação de um 3.º tabelião do judicial e notas, visto como os dois que existem em exercicio são insufficientes para o bom andamento dos negocios judiciais, e convindo outro sim para boa regularidade do serviço do fôro, a criação dos lugares de contador e

distribuidor e de partidador e avaliador temos a honra de apresentar a consideração d'esta assembléa o seguinte projecto:

Art. 1.º Fica creado nos termos desta cidade um terceiro tabelião do judicial e notas.

Art. 2.º Este novo serventuario escreverá por distribuição no juizo de orphãos.

Art. 3.º Ficão igualmente creados os lugares de contador e distribuidor e de avaliador e partidador.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 21 de abril de 1875.—Felinto E. F. de Moraes, João Pinheiro, José Paulino von Hoonholtz, Damazo de Souza Barriga. »

Tomou o n.º 10 e teve a primeira leitura.

O sr. Antony pede o regimento desta assembléa.

O sr. Nina dezeja saber quem são os membros da commissão especial para organizar tal projecto.

São satisfeitos e o sr. presidente pede a attenção da respectiva commissão para a reclamação do sr. deputado Antony.

2.ª Parte.—Teem segunda leitura os projectos n.ºs 7 e 8, e 1.ª discussão do de n.º 3.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres, e etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura dos

projectos n.^{os} 9 e 10; 3.^a dos de n.^{os} 7 e 8; 1.^a discussão do de n.^o 4; 2.^a dos de n.^{os} 1 e 2 deste anno e 23 do anno passado; 3.^o do de n.^o 38 de 1873 e discussão dos pareceres das commissões de poderes e instrucção publica.

Para constar se lavrou esta acta. — *Clementino José Pereira Guimarães*, presidente. — *Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario. — *José Justiano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Sessão de 22 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas presentes os srs. deputados Leão, Amorim, Braule Pinto,

Tapajoz, padre Daniel, Nina, Antony, Damazo, Felinto, José Paulino, Bello.

Heuro, faltão com causa os srs. Guimarães, padre Tor-

re, e Mello; o sr. presidente abre a sessão.

Não é lida a acta da sessão antecedente por não estar sobre a meza.

O sr. 1.^o secretario lê o seguinte:

EXPEDIENTE.

Officio do secretario da presidencia da provincia remettendo o processo da tomada das contas do ex-procurador da camara municipal da capital Manoel Ferreira dos Anjos dos exercicios de 1873--1874 e 1874--1875 e copia do contracto com Francisco de Souza Mesquita para a edificação de seo Paço. — A commissão de camaras.

Ordem do dia.

1.^a Parte. — O sr. deputado padre

Daniel lê e manda a meza o seguinte projecto:

« Sendo de reconhecida necessidade a criação de novas fontes de receita publica, e sendo a lavoura o elemento mais efficaz e aconselhado pelas circumstancias especiaes do Amasonas que pôde com profuzão satisfazer brevemente este grande desideratum; tenho a honra de apresentar a consideração da casa o seguinte projecto: *A assembléa legislativa provincial do Amasonas, resolve:*

Art. 1.^o E' autorisado o governo da provincia a emmittir apolices de 100\$ cada uma e ao juro de 8% ao anno, tantas quantas forem precisas para cobrir o deficit que se verificar

no corrente exercicio.

Art. 2.^o E' tambem autorisado o mesmo governo a contrahir um empréstimo de 300.000\$000 réis, se

100.000\$000 para serem applicados

a emigração de colonos e

estrangeiros que se destinam a lavoura, da provincia, e 200.000\$ para se-

rem exclusivamente distribuidos por

lavradores que se tenham de estabelecer, ou que já se achem estabelecidos

na provincia.

Art. 3.^o A quantia solicitada, que

não poderá exceder de 20.000\$, será

concedida sem juro algum até cinco

annos, e d'ahi em diante, o beneficia-

do pagará annualmente o juro de 8%

até real embolso, devendo indemnizar a quantia recebida do quinto an-

no em diante a razão de 10%.

Art. 4.^o Ao mesmo governo cum-

pre exigir dos respectivos pretendentes fiança idonea da quantia que soli-

citar, em forma que, de modo algum,

possa haver lezão aos cofres publicos.

Art. 5.º Os trezentos contos, destinados a lavoura e a emigração, serão retirados do banco, com quem for contractado o empréstimo, a medida que os pretendentes forem solicitando.

Art. 6.º O individuo que não applicar exclusivamente a quantia concedida em lavoura permanente, no prazo improrogavel de um anno, salvo caso de força maior, será obrigado a entrar immediatamente para os cofres com a quantia recebida.

Art. 7.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 22 de abril de 1875.—O deputado, padre Daniel P. M. de Oliveira. »

Tomou o n.º 11 e teve a primeira leitura.

O sr. Felinto como relator da comissão de poderes, depois de obter designação de hora, lê e manda a meza os tres seguintes pareceres cada um com seo projecto:

« Parecer.—A comissão de poderes attendendo ao que allega o petionario Nicoláo Tolentino, 2.º escripturario do thezouro provincial, é de parecer que se autorise a presidencia, a conceder-lhe seis mezes de licença com o respectivo ordenado para tratar de sua saude onde lhe convier, e portanto offerece o seguinte projecto:

Art. 1.º O presidente da provincia é autorizado a conceder seis mezes de licença com o respectivo ordenado ao 2.º escripturario do thezouro provincial Nicoláo Tolentino para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa provincial em 22 de Abril de 1875.—Felinto Elyzio Fernandes de Moraes.—Manoel Rodrigues Cheks Nina, vencido.—João Carlos Antony. »

« Parecer:—A comissão de poderes, a quem foi submettida a petição do thezoureiro do thezouro provincial Manoel Nogueira Borges da Fonseca, é de parecer que em attenção ao seo máo estado de saude, lhe seja concedida a licença que pede de um anno com todos os seus vencimentos para tratar de sua saude onde lhe convier, pelo que offerece o seguinte projecto:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorizado a conceder um anno de licença com todos os seus vencimentos ao thezoureiro do thezouro provincial Manoel Nogueira Borges da Fonseca para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 22 de Abril de 1875.—Felinto Elyzio Fernandes de Moraes.—Manoel Rodrigues Cheks Nina.—João Carlos Antony. »

« Parecer:—A comissão de poderes tendo em vista o que requereo o sapateiro do estabelecimento dos educandos artifices, Heleodoro dos Santos Monteiro, é de parecer que se autorise o governo da provincia a conceder lhe 4 mezes de licença com o jornal que percebe para tratar de sua saude onde lhe convier, e por isso offerece o seguinte projecto:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorizado a conceder ao mestre da officina de sapateiro do estabelecimento de educandos artifices, Heleo-

doro dos Santos Monteiro quatro mezes de licença, com o jornal que percebe para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 22 de Abril de 1875.—Felinto Elyzio Fernandes de Moraes. — Manoel Rodrigues Cheks Nina, vencido. — João Carlos Antony.»

Tiverão a primeira leitura e tomarão os n.ºs 12, 13 e 14.

O sr. Pinheiro como relactor da commissão de camaras lê o projecto seguinte:

A assembléa provincial do Amazonas,
decreta:

Art. 1.º Fica approvado o código de posturas da camara municipal da seguinte ordem:

Art. 1.º Fica approvado o código de posturas da camara municipal da seguinte ordem:

Art. 1.º Fica approvado o código de posturas da camara municipal da seguinte ordem:

Art. 1.º Fica approvado o código de posturas da camara municipal da seguinte ordem:

§ 1.º Os edificios não terão menos de 5 metros de altura na parede da frente, sendo terreo, a mesma altura os assobradados a contar do travejamento do assoalho; e 9 metros os sobrados, devendo ter as portas nunca menos de 3 metros, e as janellas nunca menos de 2 e 10 centímetros de altura, sobre 1 e 5 de largura. Quan-

do as portas e janellas forem de volta, as medidas supra serão tomadas do centro da mesma volta.

O contraventor das disposições acima será multado em 30\$000 réis e o dobro na reincidencia, demolidas as obras a sua custa.

§ 2.º Os proprietarios quando pedirem alinhamento deverão apresentar o desenho do edificio que pretendem construir, para ser approvedo pela camara, e sempre que a obra se afastar do risco apresentado será imposta a multa do § 1.º

§ 3.º Não é permittido, edificar-se telheiros, meias aguas, ou outras obras, com a fiente, fundo, ou lado na face dos alinhamentos das ruas, praças, etc. sob pena da multa do § 1.º

§ 4.º As casas que fizerem tanto serão construídas com duas camaras, ficando prohibida a pratica de fazer-se tacaquias para a frente para o seguimento da rua, e sempre que se houver de reparar as casas que as tiverem se observará esta disposição.

O infractor será multado em 30\$, e obrigado a desmanchar a obra.

Art. 2.º Fica prohibida a feitura de casebres, ou pequenos quartos, dentro dos alinhamentos das ruas, travessas e praças d'esta cidade, sem que os donos ou posseiros dos terrenos levantem no alinhamento um muro simulando casa, tendo de altura os metros exigidos no § 1.º do artigo 1.º

O infractor incorrerá na multa de 30\$, e o dobro na reincidencia.

Art. 3.º Nos terrenos onde já existirem esses casebres, com pequenos quartos, são obrigados os seus pro-

prietarios a levantar o dito muro, dentro de um anno, a contar da data da publicação desta postura.

O infractor incorrerá na mesma multa do artigo antecedente.

Art. 4.º Dentro do perimetro da cidade, serão obrigados os donos ou posseiros de terrenos a conserval-os sempre limpos de matto, cisco, imundices, etc. O infractor incorrerá na multa de 1\$000 por cada metro linear que fôr encontrado nestas condições.

Art. 5.º E' necessario licença da camara municipal, para cercar terrenos dentro dos limites urbanos, afim de que esta faça dar o alinhamento devido. O infractor incorrerá na multa de 5\$000 ou dois dias de prisão.

§ 1.º Os terrenos por edificar-se dentro dos limites da cidade deverão ser amurados, ou cercados por seus donos dentro do praso de dois annos, sob pena da multa de 1\$000 por metro de frente, e o dobro na reincidência.

Art. 6.º E' prohibido dentro da area do patrimonio municipal, roçar ou apossar-se de qualquer porção de terreno baldio, sem que pela camara seja concedido por aforamento. O infractor incorrerá na multa de 30\$000 ou oito dias de prisão.

§ Unico. Em quanto não estiver concluida a demarcação do patrimonio, são considerados pertencentes a elle todos os terrenos que se acharem comprehendidos dentro dos limites urbanos, e que não estiverem possuidos legalmente.

Art. 7.º E' prohibido aos posseiros de terrenos que estiverem sujeitos ao aforamento municipal, isto é, aos que

não tiverem sido comprados ao governo legitimados, ou revalidados, na conformidade da lei das terras, a transferencia por qualquer titulo, sem que o dito aforamento se tenha realizado. O infractor incorrerá na multa de 10\$00 ou tres dias de prisão.

Art. 8.º Os tabelliães antes de lançarem em seus livros de notas, as escripturas de transferencia por qualquer titulo, quer oneroso, quer gratuito, farão exhibir documento em que se prove achar-se o terreno em alguma das condições do artigo precedente. O infractor incorrerá na multa de 15\$000, ou quatro dias de prisão.

Art. 9.º Fica prohibido, d'ora em diante nas ruas dos Remedios, Boa-Vista, Espirito-Santo, Marcilio Dias, Flôres, Imperador, Brazileira, Manãos até o Atterro, Henrique Martins, 5 de Setembro, S. Vicente, Independencia, 7 de Setembro, Palma, Constituição, Innocentes, e travessas que lhes são correspondentes, bem como em todas as praças a edificação de casas cobertas de palha, sob pena de demolir-se a cobertura por conta de quem a fizer, e sujeito a multa de 30\$ ou oito dias de prisão.

Art. 10. Em todo o littoral da cidade é prohibido fazer-se escavações quebrar ou tirar pedras, maxime aquellas que segurão as barrancas, e impedem as excavações das aguas pluviaes, sob pena da multa de 10\$, ou dois dias de prisão, e de ser obrigado á pôr em seus lugares as pedras tiradas.

Art. 11. Nos lugares publicos não é permittido fazer-se excavações para tirar terra, barro, ou arcia, sob pena

de pagar o infractor a multa de 10\$, ou tres dias de prisão.

Art. 12. E' prohibido a abertura de buracos nas ruas e praças para fincar páos, levantar andaimes, ou qualquer outra obra, sem previa licença da camara, sob pena da multa de 5\$000, ou dois dias de prisão.

§ 1.º Em cada extremidade dos andaimes, é o dono da obra obrigado conservar durante a noite um lampião aceso, sob pena da multa de 5\$000, ou dois dias de prisão.

§ 2.º Permite-se um terço da largura da rua para a collocação de andaimes, e estada de materiaes até a conclusão da obra.

Art. 13. Fica prohibido sem licença da camara municipal, o corte de arvores, quer fructíferas, quer não, e de madeira de construcção, na area patrimonial. O infractor incorrerá na multa de 15\$, ou quatro dias de prisão, além de lhe ser apreendida a madeira.

Art. 14. Dentro do municipio, em estradas, margem de rios, igarapés, tambem ninguem poderá cortar arvores de qualquer especie, salvo nos lugares onde tenha de edificar-se, abrir ruas, estradas, ou caminhos etc. O infractor incorrerá na multa de 20\$, ou cinco dias de prisão.

§ 1.º No leito dos riachos, e igarapés dentro dos limites da cidade, e seus suburbios ninguem poderá revolver lama, deitar lixo, pedras, vidros, ou outra qualquer materia, que possa alterar a passagem e pureza das aguas ou causar damno ao publico. O infractor será multado em 30\$, ou oito dias de prisão.

§ 2.º Permite-se, porem, nos lu-

gares que a camara designar, fazer desmoronamentos de modo a nivellar os terrenos, e estradas não causando prejuizo aos terrenos visinhos, sob pena da multa do § 1.º deste artigo.

Art. 15. Tambem fica prohibido o corte de arvores nas margens dos igarapés das cachoeiras grande e pequena, contiguas a esta cidade, principalmente nos lugares que servem de logradouros publicos. O infractor incorrerá na multa de 30\$, ou oito dias de prisão.

Art. 16. Todo aquelle que causar damno as calçadas, pontes, muros, e edificios publicos ou particulares, plantações das ruas, praças, ou estradas, prenderem ou encostar nellas animaes, ou depositar qualquer objecto nos arredores será multado em 20\$, ou quatro dias de prisão e o dobro na reincidencia.

§ Unico. Aquelle que destruir ou alterar de qualquer modo o nome, numero e marcos das ruas, será multado em 5\$000, ou dois dias de prisão e o dobro na reincidencia.

Art. 17. As ruas de novo abertas, e as que ainda não estão edificadas, deverão ter de largura 16 metros de casa a casa, dando-se para as testadas ou passeios 2 metros de cada lado, e serão sempre em linha recta. Os quarteirões constarão de 132 metros de cada face, salvo quando o não permittirem as condicções do terreno.

Art. 18. Os que por meio de entulhos, excavações, ou quaesquer objectos obstruirem as ruas, serão multados em 30\$, e o dobro na reincidencia, sendo obrigados á reparar o damno no prazo improrogavel que lhe fôr marcado pelo fiscal.

Art. 19. Nas ruas que forem calçadas serão os donos dos predios nelas situadas, obrigados a fazer dentro do prazo que lhes fôr marcado pela camara os passeios ou testadas das suas casas, com os materiaes geralmente uzados por esta, para taes obras, salvo se fôr o dono reconhecidamente pobre, em cujo caso será feito pela camara. Os contraventores sofrerão a multa de 30\$, se findo o prazo não estiverem concluidos, e igual pena em cada novo prazo que lhes for concedido.

Art. 20. Os moradores das casas desta cidade, são obrigados a conservar sempre limpos os passeios ou testadas das mesmas, sob pena da multa de 5\$000, o dobro na reincidencia, e a pagar mais a despesa da limpeza, que o fiscal mandará fazer. Quando o morador for reconhecidamente pobre, a limpeza será feita pela camara.

Art. 21. A limpeza das ruas, praças e estradas fica a cargo da camara municipal, que proverá o que for necessario para esse serviço ser feito dentro de cada anno.

TITULO II

Commodo e segurança publica.

Art. 22. Os proprietarios de casas muro ou qualquer parede que ameace ruina, ou estejam desaprumadas, serão obrigados dentro do prazo que lhes fôr marcado fazerem a demolição sob pena da multa de réis 30\$000, da despesa em que importar a demolição, mandada fazer pelo fiscal.

Art. 23. Qualquer mestre de obra que edificar alguma parede, ou muro de alvenaria, ou de madeira, sem alicerces solidos, será multado em 30\$,

e compellido a demolir a obra a sua sua custa, no prazo que lhe for marcado.

Art. 24. São prohibidas nas casas desta cidade, quer de particulares ou de propriedade publica, as portas e janellas que abram para fora, e igualmente a colocação de degrãos na frente da porta da rua.

Os donos das que actualmente existem n'estas condições, serão obrigados a demolil-os e a reconstruir de accordo com o engenheiro da camara no prazo que for por ella marcado, sob pena da multa de 20\$000, e a pagar a despesa em que importar essa obra que o fiscal mandará fazer.

Art. 25. Ficão prohibidos os canos nos telhados que do alto precipitem á rua as aguas pluvias.

Os donos dos predios são obrigados a collocar calhas, e canos adoptados a receber e dar esgoto as agoas, por dentro ou junto a parede, de modo a despejarem ao nivel dos passeios ou nos canos de servidão dos mesmos predios.

O infractor incorrerá na multa de 20\$000, ou 5 dias de prisão, intimado a fazer o melhoramento no prazo que lhe for marcado.

Art. 26. Não é permittido nas ruas praças e portos a conservação de volumes e objectos ainda mesmo de commercio, de qualquer qualidade que seja, mais que o tempo necessario para descanso do conductor, sob pena da multa de 5\$000, ou 2 dias de prisão.

Art. 27. É prohibido transitarem pelos passeios das casas, as pessoas que carregarem volumes de qualquer natureza que seja, ou deposital-os.

Ao infractor a multa de 2\$000, ou 24 horas de prisão, e quando o depósito exceda de 6 horas, será a multa elevada a 20\$000, ou 5 dias de prisão, fazendo-se a remoção a custa do dono.

Art. 28. Os objectos, volumes ou qualquer artigo de industria ou commercio, que se descarregarem nas rampas, caes, ou outros pontos da cidade, não poderão alli ser conservados, alem do dia da descarga delles, salvando-se porem sempre o transito publico, sob pena da multa de 20\$, e o dobro na reincidencia, e feita a remoção a custa do dono.

Art. 29. Fica prohibido o embarque ou desembarque de madeira, pedra ou outros objectos pesados, que empedirem o transito nas rampas da praça da Imperatriz, e de Tamandaré e caes que lhes são prolongados a menos que não sejam transportados a proporção que os mesmos objectos se forem desembarcando para o transporte ou vehiculo que tiver de conduzir-os ao lugar de seu destino. Ao contraventor a multa de 20\$000, e o dobro na reincidencia.

Art. 30. Tambem é prohibido cravar-se pregos ou argolas, estacas, etc. nos caes e rampas da cidade, para amarrar embarcações, bem como para esse fim fincar-se nas praias do porto, moirões, ou estacas permanentes, sob pena de 5\$000 de multa, e o dobro na reincidencia, sendo as embarcações aprehendidas até a satisfação da multa.

Art. 31. Nos esteios e travessões das pontes desta cidade, não se prenderá botes, barcos ou qualquer embarcação, sob pena da multa de 10\$,

ou tres dias de prisão, e observada a disposição do artigo antecedente.

Art. 32. Podem porem, conservar-se atracados aos caes e rampas, os botes, barcos, ou qualquer embarcação o tempo necessario para receberem cargas ou passageiros, ou descarregarem. Os que excederem desse tempo pagarão 10\$000 de multa das pequenas, e 20\$ das de maior callado sendo ellas aprehendidas até a satisfação da multa.

Art. 33. Fica prohibido o ensino de animaes com vehiculo ou sem elle, nas ruas, praças da cidade, e somente permitido nas estradas, sendo o infractor multado em 5\$000 ou dous dias de prisão, apreendido o animal até a satisfação da multa.

Art. 34. É prohibido estabelecer-se fabricas de fogos artificiaes dentro da cidade. Os lugares para esse fim destinados, serão á occidente alem do perimetro da cidade. Aos contraventores a multa de 30\$000 ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidencia, quanto a pena pecuniaria.

Art. 35. Os estabelecimentos de industria, cujos trabalhos possam commodar os habitantes da cidade, só poderão fundar-se em lugares para esse fim destinados no litoral, ou alem do perimetro da cidade.

Os que por ventura estejam montados, a camara municipal lhes marcará prazo razoavel para serem removidos. Os contraventores quer n'um quer n'outro caso serão multados em 30\$000, e o dobro na reincidencia.

Art. 36. Os possuidores de terrenos com plantações de qualquer natureza, nas immediações da cidade, e nas estradas, são obrigados a con-

serval-los cercados, sob pena da multa de 1\$000 por cada metro de extensão de frente.

Art. 37. É prohibido apitar-se, ou uzar dos signaes das patrulhas e rondas, excepto caso de pedir soccorro, sob pena da multa de 5\$000, ou 2 dias de prisão.

Art. 38. As pessoas que apagam a luz ou quebrarem os vidros dos lampeões da illuminação publica, ou cauzar outro qualquer prejuizo, serão multados em 10\$000, ou 3 dias de prisão, pertencendo ao denunciante a metade da multa pecuniaria.

Art. 39. Não é permittido nas ruas da cidade soltar fogos de artificios denominados carretilhas, busca-pés, etc. Os contraventores incorrerão na multa de 30\$000, ou 8 dias de prisão.

Art. 40. É prohibido assoalhar-se roupa as janellas, ruas, praças, ou armar cordas, varas, etc., para estendel-a; assim como laval-a nos lugares que não estiverem designados pela camara municipal. Ao contraventor a multa de 5\$000, ou 2 dias de prisão, e o dobro na reincidencia.

Art. 41. Ninguém poderá disparar armas de fogo, ou flexas dentro dos limites da cidade e suburbios. Aos contraventores a multa de 5\$, sendo de dia e 10\$ de noite, ou dous dias de prisão e o dobro na reincidencia.

Art. 42. Mesmo nos suburbios da cidade, não é permittido queimar-se roçados, sob pena da multa de 20\$, ou 5 dias de prisão e o dobro na reincidencia.

Art. 43. Fica prohibido tirar-se agoa para vender-se a população no

igarapé do Atterro, e ahi lavar-se animaes, sob pena da multa de 5\$, ou 2 dias de prisão.

TITULO III

Limpeza publica.

Art. 44. Fica prohibido o despejo de qualquer natureza que seja nos terrenos, ruas, praças, pontes, rampas e caes da cidade, sob pena da multa de 20\$, e a remoção do despejo feita a sua custa, sendo famulo a multa será applicada a pessoa á cujo serviço estiver, ou soffrerá tres dias de prisão.

Art. 45. Os canos das casas só deverão despejar as aguas pluvias para as ruas, e nunca immundicies de qualquer natureza. O morador do predio onde se der a infracção, soffrerá a multa de 20\$000, e o dobro na reincidencia.

Art. 46. Ninguém consentirá de frente ou junto de sua morada animal algum morto, ou qualquer objecto immundo que exhale máo cheiro. O morador sob pena da multa de 5\$, dará parte ao fiscal da camara para este dar as providencias sobre a remoção.

§ Unico. Sabendo se quem é o dono do animal, ou quem alli o lançou será multado em 10\$000 e a despesa da remoção quando a não faça, ou 3 dias de prisão e o dobro na reincidencia.

Art. 47. A correntesa do rio no litoral da cidade, é o lugar proprio para o despejo das materias feaes, o qual só poderá ser feito das 10 horas da noite em diante, até a madrugada, em vazos proprios para não exhalar máo cheiro. Os contraven-

tores serão presos por 2 dias, ou multados em 5\$000.

Art. 48. Os donos dos terrenos alagados ou pantanosos, em que existem immundices, são obrigados no prazo de 6 mezes a cercal-os e atterral-os para tornal-os limpos e salubres. Aos contraventores a multa de 30\$000 e o dobro no fim de 8 dias depois de intimada a ordem se não derem começo aos beneficios dos mesmos terrenos.

Art. 49. Ninguém poderá conservar agua, ou qua'quer liquido deteriorado, lixo ou immundices, nas casas ou quintaes de suas, moradas, lojas, tabernas, officinas ou quaesquer outros estabelecimentos. Ao contraventor a multa de 30\$, ou 8 dias de prisão, fazendo-se a remoção a sua custa.

Art. 50. E' prohibido estreitar, fazer, ou edificar obras sobre canos, ou vallas publicas, incorrendo o infractor na multa de 10\$000, e na demolição da obra a sua custa.

Art. 51. Os entulhos provenientes de qualquer obra, ou demolição lançados junto a mesma serão tirados no prazo de 3 dias contados d'aquelle em que ella terminar. Ao contraventor a multa de 20\$000, e o dobro na reincidencia, e a remoção feita a sua custa.

§ Unico. Nas mesmas penas incorrerão as pessoas ou corporações a quem competir a remoção dos entulhos, que existirem nas ruas e praças publicas, o que será effectuado dentro de um mez depois da intimação do fiscal.

Art. 52. Os moradores desta cidade são obrigados a conservar limpos

os quintaes das casas em que habitão, e a remover as materias excrementicias para o lugar designado no art. 47, sob pena da multa de 10\$, e o dobro na reincidencia.

Art. 53. Os que forem achados a fazer despejos, ou obstrucção por meio de cerca, banheiros ou outro qualquer obstaculo ou entulho nos igarapés de S. Vicente, Espirito Santo e Remedios, que cortão esta cidade, serão multados em 30\$000 ou 8 dias de prisão, e o dobro na reincidencia.

Art. 54. D'ora em diante não é permittido estabelecimento ou conservação de cocheiras, cavalleriças, ou corraes de cavallos, nem chiqueiro de porcos dentro da cidade. Os que actualmente existem serão removidos para os suburbios no prazo de 60 dias, sob pena de pagar a multa de 30\$000, ou 8 dias de prisão, pelo que respeita as cocheiras etc., e dos chiqueiros de porcos 10\$000, ou 3 dias de prisão, e o dobro na reincidencia.

TITULO IV

Do mercado e entros.

Art. 55. Ninguém poderá abrir ou conservar aberta casa de commercio, qualquer que seja, fabricas, officinas, boticas, drogaria, casa de saude, hospedaria, açougues, padarias, hotéis, casas de jogos não prohibidos, escriptorios commerciaes, armazens, e trapiches de depósito ou quaesquer outros estabelecimentos, sem alvará de licença da camara municipal, o qual será passado a vista do pagamento dos impostos geraes, provinciaes e municipaes, do exercicio em que for

passada a licença. Ao contraventor a multa de 30\$, e o dobro na reincidência.

§ Unico. Nas mesmas penas incorrerão os que em particular venderem generos sem a competente licença, bem como, aquelles que em seus estabelecimentos fizerem venda d'aquillo para o que não pagarão o imposto.

Art. 56. Nos mezes de Julho, até Setembro de cada anno, terá lugar o pagamento dos impostos municipaes de todas as casas commerciaes, officinas e mais estabelecimentos, assim como se fará a aferição dos pezos, medidas e balanças, e findo esse prazo pagarão alem da multa de 30\$ e das aferições, o dobro da respectiva taxa.

§ Unico. Exceptua-se, as casas commerciaes e mais estabelecimentos que se abrirem dentro do exercicio, as quaes tirarão suas licenças antes de sua abertura. Os que assim o não fizerem ficarão sujeitos a multa do artigo antecedente.

Art. 57. Os estabelecimentos commerciaes se conservarão fechados nos Domingos, e na Semana Santa, desde Quinta-feira maior, até Sabbado depois d'Alleluia; excepto aquelles que venderem exclusivamente viveres, os quaes se conservarão abertos nos Domingos até meio dia somente. Ao infractor a multa de 30\$, e o dobro na reincidência.

Art. 58. Pelos padrões da camara municipal, deverão ser aferidos os pezos, medidas e balanças de que se servirem para venda de mercadorias. Aos contraventores a multa de 10\$, se feita a aferição estiverem exactos

com os padrões, e de 20\$ ou cinco dias de prisão, no caso contrario e o dobro na reincidência.

§ 1.º Sob pretexto algum, poderá o aferidor recusar á aferir podendo as pessoas que se julgarem prejudicadas, apresentar suas reclamações a camara para esta providenciar.

§ 2.º O aferidor pagará a multa de 10\$ á 30\$000, quando se provar sem motivo justificado sua negligencia no cumprimento de seus deveres.

Art. 59. As casas de commercio, e as de jogo licito, poderão conservar-se abertas até ás 10 horas da noite; sob pena da multa de 20\$, e o dobro na reincidência.

Art. 60. As boticas e drogarias, deverão conservar-se abertas até ás 11 horas da noite, e seus donos são obrigados a abri-las a qualquer hora da noite, para prepararem os remedios que lhe forem pedidos. No caso de infracção testemunhada pagarão 20\$ de multa, e o dobro na reincidência.

§ 1.º Fica prohibido aos boticarios e droguistas, venderem remedios ou drogas corruptas falsificadas ou inutilisadas, bem como introduzirem nos remedios mais ou menos drogas, ou diversas outras das que contiverem a receita ou pedido, sob pena da multa de 20\$, e o dobro na reincidência.

§ 2.º Tambem é vedado aos mesmos boticarios e droguistas, venderem a pessoas desconhecidas, escravos ou famulos, drogas venenozas ou toxicas, sem formulas ou receita dos medicos; sob pena de soffrerem as multas do artigo antecedente, alem

de outras penas que possam incorrer pelas leis criminaes.

Art. 61. O pão exposto a venda terá o pezo fixo de 64 grammas, 128, 256 e 384 ditas. Não tendo qualquer dos pezos marcados, o vendedor terá deprehendê-lo com contra-pezo sufficiente. Os contraventores soffrerão a multa de 10\$000, e o dobro na reincidencia.

§ Unico. A agoa empregada no fabrico do pão, será pura e de boa qualidade, sob pena da multa de 10\$ e o dobro na reincidencia.

Art. 62. As pessoas que venderem bebidas espiritosas a quem já estiver embriagado, incorrerá na multa de 5\$000, cada vez que o fizer.

Art. 63. O vasilhame empregado na venda de liquidos e comidas alimenticias, deverá andar sempre limpo e não será de metal cujo oxido seja nocivo. Ao contraventor a multa de 5\$000, e o dobro na reincidencia.

§ Unico. Nas mesmas penas incorrerão os que misturarem ingredientes nocivos nas comidas, ou liquidos para venderem.

Art. 64. As pessoas que commerciareem na venda da agoa potavel em pipas ou outras quaesquer vasilhas, deverão ter esses depositos sempre limpos, sendo estes conforme a bitola marcada pela camara, segundo o preço convencionado pela quantida-de. Aos contraventores a multa de 5\$000, e o dobro na reincidencia, ficando o fiscal obrigado a proceder sempre o respectivo exame.

§ Unico. Os potes em que os agua-deiros venderem agoa ao publico, deverão ser aferidos na camara municipal, e deverão ser da capacidade de

24 litros. Multa ao infractor de 5\$, ou 2 dias de prisão.

Art. 65. O marchante ou picador de carne, que por capricho ou má vontade recuzar a alguém a venda d'esta, quando exposta para esse fim em talhos publicos, ou não guardarem na mesma venda as devidas proporções, quando a carne não for sufficiente para satisfazer a todos, soffrerá a multa de 20\$000, ou cinco dias de prisão.

Art. 66. Compete ao fiscal de semanalmente fiscalisar os estabelecimentos commerciaes de molhados, embarcações ou quaesquer outros depositos, não só relativamente a qualidade dos generos alimenticios, como das balanças, pezos e medidas.

Art. 67. Aquelles generos cuja ruina esteja conhecida, ou se tornarem prejudiciaes á salubridade publica, serão pelo mesmo fiscal mandados lançar ao rio, pagando o dono a multa de 20\$000, e as despesas que se fizerem.

§ Unico. O mesmo fiscal quando entender conveniente convidará o medico para examinar os generos suspeitos de arruinados.

Art. 68. Qualquer que seja a obra de ouro ou prata exposta a venda, terá uma marca especial, indicativa do vendedor e outra do quilate do ouro ou do dinheiro da prata. No acto de requerer a licença o vendedor fará conhecer a camara a marca de que faz uzo, desenhando-a no seo requerimento. Ao contraventor a multa de 30\$000, e o dobro na reincidencia.

Art. 69. Toda a pessoa que for encontrada fazendo ou commettendo negocio fraudulento, vendendo objec-

tos falsos por verdadeiros, será multado em 30\$000, ou 8 dias de prisão lavrando-se auto da infracção para ser enviado a autoridade competente.

TITULO V

Das carroças.

Art. 70. Nos mezes de Julho á Setembro de cada anno se matricularão na camara municipal todos os carros, seges e carruagens de luxo; carroças ou outro qualquer vehiculo de transporte, ou conducção de cargas aqua etc. As carroças ou outro qualquer vehiculo, terão uma chapa de metal com o numero da matricula pregada na parte posterior. Os transportes de luxo ou de aluguel serão somente numerados. Aos contraventores a multa de 20\$, e o dobro na reincidencia; devendo os que forem encontrados sem o signal de matricula, serem nessa occasião numerados e matriculados, ficando em deposito até o pagamento da multa, e direitos respectivos.

§ 1.º Os mesmos carros, transportes etc., que forem postos em serviço depois dos referidos mezes, serão matriculados nessa occasião ou sujeitos as multas do presente artigo.

§ 2.º São obrigados á aferir na camara municipal as carroças ou carros de conducção de terra, areia ou pedra, os quaes terão de comprimento 1,^m45, de largura 0,^m91 e de altura 0,^m29 de capacidade, correspondente a uma carrada. O infractor incorrerá na multa de 5\$000, ou dois dias de prisão, e o dobro na reincidencia, sendo apprehendido o carro ou carroça até a satisfação da multa.

Art. 71. Os conductores de carros,

carroças ou vehiculos, deverão trazer seus animaes enfreados, e guial-os pela arreata, afim de não offenderem pessoa alguma, desviando-se de outro carro que encontrarem á distancia conveniente. Aos infractores a multa de 5\$000, e o dobro na reincidencia, ficando o carro em deposito até o pagamento da multa.

Art. 72. Aos carros, e carroças de conducção, será vedado todo o trafego nos Domingos e dias santos de guarda, assim como de Quinta feira Santa até depois de romper ás Alleluias no Sabbado. Aos infractores a multa de 20\$000, ou cinco dias de prisão.

§ Unico. Nos casos de urgente e indeclinavel necessidade, poderá o presidente da camara conceder por algumas horas desses dias, menos na Quinta, Sexta, e Sabbado até o romper das Alleluias, permissão aos carros ou carroças para se empregarem em certo e determinado serviço; sujeitos os que desta permissão abusarem á mesma multa estabelecida neste artigo.

Art. 73. As seges publicas e particulares, só poderão andar a trote, e terão lanternas acesas nas noites de escuro, e os carros, carroças e etc., só andarão a passo. Os infractores pagarão a multa de 10\$, ou tres dias de prisão, ficando o carro depositado até a satisfação da pena pecuniaria.

Art. 74. Os carros ou carroças, que chiarem pelas ruas e praças da cidade serão seus donos multados em 5\$000.

Art. 75. Os donos de carros de conducção d'agua, serão obrigados a conservar cheias as pipas todas as noites, e comparecerem com ellas no

lugar onde houver incendio, sob pena da multa de 20\$, ou cinco dias de prisão.

§ Unico. A camara municipal dará de premio 20\$, ao dono do primeiro carro com pipa d'agua que se apresentar no lugar do incendio, de noite, e 10\$ se fôr de dia.

Art. 76. Os conductores de carros ou outro qualquer vehiculo de conducção de lixo, estrumes, materias fecaes, para despejo, não deixarão derramar pelas ruas; e quando se dê o caso de isso acontecer deverão limpar immediatamente. Ao contraventor a multa de 4\$000, ou dois dias de prisão.

Art. 77. E' prohibido carregar os animaes com excessivo pezo, sob a pena da multa de 10\$, ou tres dias de prisão.

Art. 78. Nos carros, carroças ou outro qualquer vehiculo, não se empregará animal demasiadamente magro, doente, ou que não esteja ainda amestrado para esse serviço. Aos contraventores a multa de 10\$, ou tres dias de prisão.

Art. 79. Os conductores de qualquer vehiculo, não poderão nas ruas, praças etc., desatrelar os animaes que conduzirem cargas ao menos que não seja para substituil-os por outros. Quando por qualquer circumstancia tiverem de descarregar o vehiculo, só será permittido fazel-o a mão, e de modo que não estrague ou damnifique a calçada. Aos contraventores a multa de 10\$, ou tres dias de prisão.

Art. 80. Os donos dos carros ou outro qualquer vehiculo, que forem encontrados vãos, estacionando nas ruas, praças, estradas da cidade, se-

rão multados em 5\$000, ou dois dias de prisão, e obrigados a removel-os para suas cocheiras immediatamente, ou pagar as despesas que com isso se fizer.

Art. 81. Os carroceiros empregados na conducção da pedra, terra e areia, deverão trazer sempre seos carros ou carroças completos, com o volume correspondente a bitola municipal. O infractor incorrerá na multa de 5\$000, ou dois dias de prisão.

TITULO VI

Offensas á moral publica.

Art. 82. Todo aquelle que insultar com palavras, ou acções a qualquer pessoa será multado em 20\$, ou cinco dias de prisão.

Art. 83. E' prohibido nas ruas, praças e estradas, dar gritos fazer alaridos, pronunciar palavras obsenas, vozerias, assuadas e correrias, sem ser para pedir soccorro ou capturar algum criminoso. O infractor incorrerá na multa sendo de dia em 5\$000, ou 24 horas de prisão, sendo de noite o dobro desta pena.

Art. 84. Será multado em 5\$, e 2 dias de prisão a pessoa que andar embriagada, sendo a prisão applicada em dobro a quem não pagar a pena pecuniaria.

Art. 85. Aquelle que for encontrado escrevendo ou fazendo disticos, figuras indecentes ou collocando pasquins, escriptos immoraes, em qualquer edificio ou lugar, será multado em 30\$, ou 8 dias de prisão, alem das penas que incorrer pelas leis criminaes.

Art. 86. E' prohibido andar seminús ou indecentemente vestidos, pe-

las ruas, praças e estradas, sob pena da multa de 10\$, ou 3 dias de prisão.

Art. 87. Nas ruas, praças e estradas da cidade, é prohibido andar de faca, canivete ou outro ferro perforante, mesmo aquellas pessoas a quem esses instrumentos compitão em razão de seu officio; sob pena da multa de 5\$000, ou 2 dias de prisão e o dobro na reincidencia.

Art. 88. As pessoas alienadas ou affectadas de elephantiasis, ou outras molestias contagiosas, quer sejam livres ou escravas, não poderão transitar pela cidade, e as que por falta de meios não poderem ser tratadas em suas casas, a camara as mandará recolher á algum lugar para isso designado. Serão considerados infractores, aquelles a quem pertença esses individuos e multados em 20\$, ou 5 dias de prisão.

TITULO VII

Dos jogos e escravos.

Art. 89. São prohibidos os jogos de parada de qualquer denominação, e as rifas, embora effectuadas como loterias, e somente permittido os jogos de vara, bilhar, tabolas e quino. Os contraventores que são os donos das casas ou estabelecimentos, serão multados em 30\$, ou 8 dias de prisão e os jogadores em 25\$, ou o mesmo tempo de prisão, alem das penas do codigo criminal.

§ Unico. Se o dono da casa ou jogador for escravo, será preso por 2 dias, se o senhor não quizer pagar a multa do artigo acima.

Art. 90. Não é permittido o transito de escravos pela cidade depois das 9 horas da noite, sem licença por

escripto de seus senhores. O que for encontrado será preso até ser reclamado, e paga a multa de 1\$000, ou 24 horas de prisão.

Art. 91. Sem licença de seu senhor, não é permittido ao escravo ter casa allugada ou estabelecimento de commercio de qualquer natureza. Os donos das casas serão multados em 10\$, ou 3 dias de prisão e o dobro na reincidencia.

Art. 92. Os donos de qualquer estabelecimento commercial, não permittirão a reunião de escravos ou quaesquer outras pessoas que possam causar disturbios, e menos que estejam entretidos em bebidas espirituosas. Os que isso consentirem, serão multados em 20\$, e o dobro na reincidencia.

Art. 93. E' prohibido andar-se pelas ruas e lugares publicos, a jogar entrudo ou lançar sobre os transeuntes alguma cousa que possa prejudical-os, sob pena da multa de 10\$, ou 3 dias de prisão.

§ 1.º Permite-se as mascaradas, danças carnavalescas de modo que não offendão a moral e tranquillidade publica, e não contenhão allusão a religião, as autoridades ou a pessoas gradas, sob pena da multa de 10\$, ou 3 dias de prisão.

§ 2.º Pelas ruas, praças e estradas da cidade, não se andará com mascara na cara depois das Ave-Marias, salvo tendo para isso licença por escripto, da autoridade policial. O infractor será multado em 5\$000, ou 24 horas de prisão.

TITULO VIII

Dos animaes.

Art. 94. E' prohibido espancar a-

nimaes, quer com carga, quer sem ella, sob pena da multa de 10\$, ou 3 dias de prisão, e o dobro na reincidencia.

Art. 95. Não é permittido correr a desfilada a cavallo pelas ruas e praças da cidade. Ao contraventor a multa de 5\$000, ou 2 dias de prisão.

Art. 96. E' prohibido prender cavallos ou outros animaes as paredes, portas, pontes, cercas e moirões, ou conserval-os peados nas ruas e praças publicas, sob qualquer pretexto. O contraventor será multado em 10\$, ou 3 dias de prisão.

Art. 97. E' prohibido a divagação de gado vaccum e cavallar pelas ruas, e praças da cidade, os que forem encontrados serão apprehendidos e depositados no matadouro publico, até serem reclamados por seus donos dentro de 3 dias, os quaes pagarão a multa de 10\$, e as despesas que se houver feito com a apprehensão, sustento, etc.

§ 1.º Da mesma forma se praticará com outros animaes, sendo porem a multa de 5\$000, a fora as despesas.

§ 2.º Todos os animaes á cima mencionados, que não forem reclamados no prazo de 3 dias, serão arrematados em hasta publica no juizo de paz, precedidos os annuncios por editaes, e de seu producto ser paga a multa e despesas sendo o restante que houver entregue ao dono do animal.

§ 3.º Permite-se dentro da cidade e suburbios, pastarem vaccas leiteiras acompanhadas de vigias, e as que forem encontradas sem elles serão apprehendidas para proceder-se conforme o disposto no § 2.º deste artigo.

§ 4.º Os cães que não andarem acamados serão também apprehendidos, para se lhes dar o destino que a camara julgar conveniente, desde que não sejam reclamados e paga a multa do § 1.º Quando essa apprehensão não for possivel, serão mortos com as devidas cautellas e pelos meios mais efficazes.

Art. 98. Em terras agricolas não se poderá soltar annimaes que possam causar damno as plantas, sob pena da multa de 5\$000 por animal, alem da indemnisação do prejuizo causado.

§ 1.º Os donos das terras invadidas, farão apprehender os animaes e remetter ao fiscal para proceder conforme o artigo antecedente.

§ 2.º Quando o animal não possa ser apprehendido por ser bravio, e depois de certificar-se o fiscal do districto d'esta occorrenciã, será morto e o mesmo fiscal providenciará sobre a entrega ao dono, e pagamento da multa em que elle tiver incorrido.

Art. 99. Nas ruas, praças e estradas da cidade não podem divagar animaes bravios ou ferozes, que possam causar damno, sem serem presos e guilados por quem os possa conter. O dono que for infractor pagará a multa de 20\$, ou 5 dias de prisão, e o animal será morto.

Art. 100. Os animaes destinados ao consumo publico, só poderão desembarcar no matadouro publico, sob pena da multa de 10\$000, por cada um.

Art. 101. Só é permittido conduzir cavallos pelo cabresto, aquelle que montar em pelo, será multado em 5\$000, ou 2 dias de prisão.

TITULO IX

Salubridade publica.

Art. 102. São obrigados á vaccina depois de 3 mezes de nascidas, e em qualquer tempo, as pessoas que ainda não estiverem vaccinadas, sob pena da multa de 10\$, aos pais, tutores, educadores, etc., e de 20\$, as pessoas adultas que vivem sobre si.

§ Unico. Os vaccinados são obrigados á apresentarem-se ao medico vaccinador no dia que por este for designado, sob pena das multas do artigo antecedente.

Art. 103. As rezes destinadas ao consumo publico, serão mortas a chupa depois de sangradas. Aos contraventores a multa de 20\$, e o dobro na reincidencia.

Art. 104. Nos talhos, a carne será pendurada em ganchos de ferro, tendo panno branco na parede se tiver de encostar nella, renovando todos os dias este processo, sob pena da multa de 20\$000.

Art. 105. Os cortadores de carne terão sobre a roupa um avental limpo, que lhe cubra desde o pescoço até os joelhos. Ao contraventor a multa de 5\$000, ou 2 dias de prisão.

Art. 106. Tanto a carne, como os ossos, serão cortados a serrote apropriado. As balanças serão forradas de estanho ou zinco. O balcão será de pedra de cantaria ou de madeira forrada de zinco, trazendo-se tudo sempre limpo e bem lavado, bem como os utensis. Os contraventores soffrerão a multa de 10\$, ou 3 dias de prisão.

Art. 107. A venda de carne só poderá ser feita até as 12 horas do dia

subsequente a tarde em que se matar a rez, sob pena da multa de 10\$, ou 3 dias de prisão.

Art. 108. As pessoas que soffrem molestias contagiosas, não poderão ser empregadas no serviço dos talhos. Aos contraventores que serão os donos delles a multa de 10\$, ou 3 dias de prisão.

Art. 109. As carnes e mais comestiveis para consumo que exhalarem máo cheiro, ou seu aspecto indicar corrupção serão lançados no rio ou enterrados, e seos donos multados em 10\$, e o dobro na reincidencia.

Art. 110. É prohibido lançar ou bater timbó, ou outras hervas e leites venenosos nos rios, igarapés, lagos ou riachos, para matar peixe, sob pena da multa de 20\$, ou 5 dias de prisão.

TITULO X

Disposições geraes.

Art. 111. São prohibidas as tapagens nos lagos e igarapés para lancar peixe boi ou tartarugas. Aos infractores a multa de 30\$, ou 8 dias de prisão, e obrigado a demolir a tapagem.

Art. 112. Tudo quanto for prejudicial a saude publica, será apreendido e inutilisado.

Art. 113. A autoridade dos fiscaes e seus supplentes, no caso de flagrante infracção de posturas é commulativa em todo o municipio, e são responsaveis pelo exacto cumprimento das posturas.

Art. 114. Os que negarem-se a prestar auxilio aos fiscaes e seus supplentes, ficão sujeitos a multa de 5\$000, ou 2 dias de prisão.

Art. 115. Se a contravenção tiver lugar no interior da casa do cidadão, o fiscal ou supplente, fará denuncia por escripto ao procurador da camara o qual a remetterá á autoridade competente para proceder como for de direito.

Art. 116. Das multas por infracções impostas pelos fiscaes ou seus supplentes, será por elles lavrado um termo, com declaração da natureza da infracção e do art. da pena imposta. Este termo depois de assignado pelo fiscal ou supplente e por mais duas testemunhas, que tiverem presenciado a infracção, será intimado ao multado, e depois remettido a secretaria da camara para proceder á cobrança pelos meios competentes.

Art. 117. Quando o multado quizer pagar a multa no acto de ser-lhe ella intimada, não sendo esta de prisão, o poderá fazer e mesmo quando já estiver affecta ao juizo, caso este em que apresentará conhecimento do pagamento para ser junto aos autos respectivos, com o que findará a acção intentada.

Art. 118. Em todos os casos de multa, se o multado for escravo, pagará seu senhor e sobre elle tambem correrá a acção judicial, que se tenha de propor.

Art. 119. Os fiscaes e seus supplentes no exercicio de suas funcções são responsaveis pelos prejuizos que causarem quer á camara municipal por suas negligencias quer aos particulares, por dolos e serão multados de 10\$, a 30\$000 pela mesma camara alem de indemnizarem o prejuizo que houver.

Art. 120. Os empregados a quem

incumbe a execução do presente código, requisitarão das autoridades civis ou militares todo o auxilio que lhes for mister para cumprimento das disposições do mesmo.

Art. 121. As posturas municipaes para as quaes não estiver marcado prazo neste código, principiarão a ter effeito 15 dias depois de sua approvação.

Art. 122. Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 22 de abril de 1875.—Os membros da commissão, João Carlos da Silva Pinheiro, José Coelho de Miranda Leão; João Carlos Antony, com restricção.

Teve a primeira leitura e tomou o n.º 15.

O mesmo sr. Pinheiro mandou a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro dispensa da 2.ª e 3.ª leitura do projecto que acaba de ser lido e tomou o n.º 15, a fim de ser impresso e distribuido para entrar na ordem dos trabalhos. »

E' approvedo.

O sr. José Paulino dezeja consultar a collecção de leis geraes do anno pasdo, para estudar o que trata da colonisação, para dar um parecer sobre a petição de Mac-Gee.

O sr. Nina, pede a palavra pela ordem, e reclama a aquisição de collecções das leis geraes e outros livros para consultas das commissões.

O sr. 1.º secretario informa que já se fez encommenda das collecções de leis geraes a thezouraria da fazenda.

2.ª Parte.—Têm a 2.ª leitura os projectos n.ºs 9 e 10; 3.ª dos de n.ºs 7 e 8; passa em 1.ª discussão o de n.º 4; entrão em 3.ª discussão os de n.ºs 1 e

2, e são approvados com os seguintes substitutivos, emendas e additivos:

Orão os srs. Nina e padre Daniel.

Projecto n.º 1.—Substitutivo ao art. 1.º Fica o governo da provincia autorizado á emprestar a quem estabelecer em grande escala fazendas de de caffè, cacáo, canna, ou de outra cultura permanente, empregando braços livres nacionaes ou estrangeiros, até a quantia de vinte contos de réis a cada um pelo prazo de 15 annos.—O deputado, C. Nina.

Substitutivo ao art. 2.º A indemnisação da quantia emprestada começará a ser feita do sexto anno em diante, na razão de dez por cento ao anno.—O deputado, C. Nina.

Emenda ao art. 3.º Em vez de 50 contos, diga-se cem.—O deputado, C. Nina.

Emenda ao art. 4.º Em vez de um conto, diga-se quatro.—O deputado, C. Nina.

Additivo para lugar competente:

Esta assembléa solicitará dos poderes geraes a medição e demarcação dos terrenos que forem concedidos para o estabelecimento das fazendas, de que trata o art. 1.º ou em que ellas sejam estabelecidas, sejam feitas gratuitamente; no caso, porem o que não é de esperar, se não venha a obter este pequeno auxilio, a provincia fará todas as despesas com esse serviço.—O deputado, C. Nina.

Projecto n.º 2.—Emenda ao artigo unico. Em lugar de Caldeirão, diga-se Capacete a margem direita do Rio Solimões.—O deputado, Bello.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 23 do anno passado.

Orão os srs. Braule Pinto, Nina, padre Daniel e Pinheiro.

Posto a votos o art. 1.º o sr. presidente reconhece não haver numero e levantou a sessão dando a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, e etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura dos projectos n.ºs 11, 12, 13 e 14 e 3.ª dos de n.ºs 9, 10 e a da sessão anterior de que não se tratou.

Para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 23 de Abril de 1875,

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Leão, Braule, Antony, Tapajoz e Nina; faltam com causa os srs. Pereira Guimarães, Freitas Guimarães, Castro e Costa, Amorim, Bello, padre Torquato, Silva Pinheiro, José Paulino, Damazo, Felinto, padre Daniel e Sympson; e sem ella os srs. Thury, Carneiro da Rocha, e Mello; passado mais um quarto de hora o sr. presidente levanta a sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo. *José Coelho de Miranda Leão*, presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, 1.º secretario.—*João C. Antony*.

Sessão de 24 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Antony, Nina, padre Daniel, Bello, Silva Pinheiro, Freitas Guimarães, Damazo, Felinto, José Paulino e Sympson; faltam com causa os srs. padre Torquato e Castro e Costa; e sem ella os srs. Thury, Carneiro da Rocha e Mello; o sr. presidente abre a sessão.

São lidas e approvadas as actas de 21 e 22.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

EXPEDIENTE.

Requerimento do droguista Agostinho d'Almeida Lopes Godinho, pedindo a gratificação de 50\$000 mensaes para curarem suas enfermidades a população pobre da cidade de Itacoatiara. A comissão de poderes.

Officio do secretario da presidencia da provincia de 21 do corrente, transmittindo copias dos officios trocados entre a presidencia desta provincia com a do Pará, relativamente a arrecadação de impostos de exportação. As commissões reunidas de poderes e fazenda.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Felinto, como relator da comissão de poderes, depois de obter designação de hora, lê o seguinte parecer:

« A comissão de poderes examinando attentamente as razões que apresenta em sua petição João Leovegildo da Silva Sarmiento, segundo official da secretaria da presidencia,

é de parecer que não lhe seja concedida a licença de seis mezes que requer, não só por ter baseado o seu máo estado de saude na opinião de um só medico, existindo aliás tres facultativos n'esta cidade, como por apresentar elle o aspecto da mais perfeita robustez.

Paço da assembléa provincial do Amazonas, 24 de abril de 1875.—Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, Manuel Rodrigues Checks Nina, vencido; João Carlos Antony. »

O sr. Sympson, relator da comissão de fazenda, tambem obtem designação da presente hora, lê e manda a meza o parecer e projecto seguinte:

« A comissão de fazenda tendo em vista a crescente diminuição da renda provincial e o deficit de réis 271:872\$671, calculado pelo thezouro para o fim do corrente exercicio, e julgando urgente promover os meios de pagar-se a divida passiva da provincia, resolveu diminuir as despesas que não são imprescindiveis e augmentar a receita restabelecendo os dous por cento sobre a exportação da borracha que foram reduzidos no anno passado e que occasionaram um decrescimento da renda proxima-mente de 63:391\$769; e bem assim os 25 por cento sobre o consumo da aguardente que tinham sido reduzidos a 12 por cento pela lei do orçamento de 1874-1875.

A comissão tambem julgou necessario tributar o consumo do milho, feijão e farinha importados de fora da provincia, não somente como meio de augmentar a receita, mas tambem de estimular na provincia o

plantio e cultura desses generos de primeira necessidade.

A vista das difficuldades financeiras porque passa a provincia, julga a commissão indispensavel autorizar-se o governo a contrahir um emprestimo que não exceda a quantia de cento e cincoenta contos de réis a qual será exclusivamente applicada ao pagamento da divida atrasada do thezouro, por quanto a emissão de apolices, meio a que a commissão podia recorrer, não encontraria compradores nesta provincia pela grande falta que ha de moeda e nem na provincia vizinha, onde pouca procura tem tido as apolices d'aquella provincia que tambem luta com a crise financeira que tem affectado a esta.

Por estas razões a commissão entendendo indispensavel restringir, como de facto restringio, quanto lhe foi possivel a vista do orçamento do thezouro provincial, a despesa e procurou augmentar a receita publica offerecendo para isso á sabia deliberação da assembléa o seguinte projecto:

A assembléa provincial do Amazonas decreta:

Art. 1.º A receita provincial para o anno financeiro de 1875 á 1876 é orçada em 711:061\$333 réis.

Art. 2.º O presidente da provincia é autorizado a despendar a referida quantia pela forma seguinte:

TITULO I.

Da despesa.

Art. 3.º Representação provincial.

§ 1.º Subsidio aos Deputados d'assembléa e ajuda de custo na forma da lei n. 284 de 25 de Abril de 1874 13:090\$000

§ 2.º Vencimentos dos empregados na forma da tabella de 26 de maio de 1873. 3:700\$000

§ 3.º Expediente, publicação de trabalhos e despesas miudas. 3:000\$000

19:790\$000

Art. 4.º Secretaria do governo.

§ 1.º Vencimentos dos empregados na forma da tabella de 6 de Junho de 1874, inclusive a gratificação do secretario 20:860\$000

§ 2.º Expediente, impressões de leis, relatórios e regulamentos, e despesas miudas 6:200\$000

§ 3.º Subsidio a folha que publicar o expediente. 1:500\$000

28:560\$000

Art. 5.º Instrução publica.

§ 1.º Vencimentos dos empregados e professores. 65:300\$000

§ 2.º Aluguel de casas para escolas. 6:660\$000

§ 3.º Prestação ao Seminario de S. José para sustento e ensino de 16 meninos pobres filhos da provincia. 5:760\$000

§ 4.º Gratificação ao reitor do seminario 600\$000

§ 5.º Idem ao vice-reitor 400\$000

§ 6.º Expediente da directoria, premios aos alumnos, compra de utencillos para as escolas etc 3:360\$000

§ 7.º Subsidio ao estudante Torquato Xavier Monteiro Tapajoz. 1:200\$000

§ 8.º Idem ao estudante Manuel Coelho de Leão. 1:200\$000

§ 9.º Idem ao estudante Antonio Gomes Correia de Miranda. 1:200\$000

§ 10.º Idem a José Antonio Rodrigues Pará para applicar-se á pintura na Italia. 1:200\$000

§ 11.º Idem ao estudante da escola militar da Corte João Capistrano Raposo. 800\$000

§ 12.º Compra de livros e estantes para a bibliotheca da provincia 2:000\$000

89:680\$000

Art. 6.º Estabelecimento dos educandos.

§ 1.º Vencimentos dos empregados, ficando elevada a 1:000\$000 a gratificação do director 8:600\$000

§ 2.º Alimentação a 40 educandos 10:000\$000

§ 3.º Jornaes a mestres das officinas, lavadeira e cosinheira. 12:000\$000

§ 4.º Fardamento dos educandos. 6:666\$666

§ 5.º Materiaes para as officinas 12:000\$000

§ 6.º Utencillos e instrumental. 4:000\$000

§ 7.º Expediente, despesas miudas e concertos 3:000\$000

§ 8.º Medicamentos e dietas. 2:000\$000

58:266\$666

Art. 7.º Culto publico.

§ 1.º Festa da Semana Santa. 400\$000

Esta quantia será entregue ao encarregado da festa, que prestará contas ao thezouro provincial.

Art. 8.º Saude e caridade publica.

§ 1.º Tratamento de presos pobres, colonos e indigentes recolhidos a enfermaria militar por ordem da presidencia 3:000\$000

§ 2.º Dito aos infelizes atacados de elephantiasis, inclusive a quantia de dois contos de réis para melhoramento da casa que serve de enfermaria. 6:000\$000

9:000\$000

Art. 9.º Obras publicas.

§ 1.º Vencimentos dos empregados da directoria 8:800\$000

§ 2.º Expediente da repartição. 700\$000

§ 3.º Com a conclusão da matriz da capital, na forma da lei n.º 164 de 24 de Outubro de 1866 \$

§ 4.º Reparos em proprios provinciaes. 5:000\$000

14:500\$000

Art. 10.º Repartição da Fazenda Provincial.

§ 1.º Vencimentos dos empregados do thezouro na forma da portaria de 1.º de Julho de 1874 21:758\$000

§ 2.º Idem dos da recebedoria provincial	8:940\$000
§ 3.º Expediente destas repartições.	5:320\$000
§ 4.º Ordenados dos empregados aposentados.	13:430\$862
§ 5.º Ordenados aos quatro guardas conferentes das collectorias	1:600\$000
§ 6.º Porcentagens aos empregados da Recebedoria, Collectorias e agencias, na forma das tabellas de 1.º de Julho de 1874.	\$

51:648\$862

Art. 11. <i>Diversas despezas.</i>	
§ 1.º Illuminação da capital.	25:000\$000
§ 2.º Apreensão e condução de presos de justiça dentro da provincia.	1:300\$000
§ 3.º Gratificação ao carcereiro da cadeia da capital.	720\$000
§ 4.º Idem ao carcereiro da cidade de Itacoatiara.	240\$000
§ 5.º Idem ao official de justiça que servir perante o juiz dos feitos da fazenda provincial.	240\$000
§ 6.º Subvenção à Amazon Stean Navigation Company, Limited.	54:000\$000
§ 7.º Idem a Liverpool and Amazon Royal Mail Stean Ship Company Limited.	100:000\$000
§ 8.º Gratificação ao superior dos missionarios Frei Samuel Mancini.	1:200\$000
§ 9.º Impressão do almanack administrativo da provincia.	300\$000
§ 10. Eventuaes.	6:000\$000
§ 11. Reposições e restituições.	\$
§ 12. Exercícios findos.	271:872\$671
	461:072\$671

TITULO II

Da receita.

Art. 12. A receita provincial desta lei será effectuada com os impostos especificados nos §§ seguintes e com os saldos de exercicios anteriores.

Exportação.

§ 1.º 12.º deduzido do valor da borracha de qualquer forma fabricada que se exportar para fora da provincia.

§ 2.º 10.º sobre outros quaesquer generos idem—Excepto a madeira que nada pagará.

Interior.

§ 3.º 25.º sobre o consumo da aguardente ou outra qualquer bebida alcoolica fabricada no Imperio. A fabricada na provincia nada pagará.

§ 4.º 10.º sobre o consumo da farinha, feijão e milho que forem importados de fora da provincia.

§ 5.º 5.º sobre a compra e venda de embarcações.

§ 6.º Imposto sobre armazens, lojas, escriptorios, agencias commerciaes, tabernas, casas de pasto, boticas e drogarias, a saber:

Até 2:000\$000	40\$000
De 2:000\$000 a 4:000\$000.	20\$000
De mais de 4:000\$000.	30\$000

§ 7.º Imposto sobre casas commerciaes em que se venderem joias, objectos de ouro ou prata e pedras preciosas.

Até 100\$000	50\$000
--------------	---------

§ 8.º Armazem de grosso trato.

Até 50\$000	30\$000
-------------	---------

§ 9.º Casas de bilhares ou outros jogos licitos.

Até 60\$000	60\$000
-------------	---------

§ 10. Lojas ambulantes, excepto as que venderem viveres.

§ 11. Imposto sobre a venda de joias, pedras preciosas, objectos de ouro ou prata pelas ruas das cidades, villas e freguezias.

400\$000

A este imposto tambem são sujeitos os que venderem taes objectos pelo interior da provincia em canoas de regatão ou lojas fora dos povoados.

§ 12. 2.º de siza de bens de raiz vendidos em praça judicial ou em leilão.

§ 13. 1.º de bens moveis vendidos em leilão.

§ 14. 1.º sobre os leilões commerciaes.

§ 15. Loja de qualquer natureza fora do povoado.

50\$000

§ 16. Canoas e quaesquer outras embarcações empregadas no commercio de regatão

100\$000

§ 17. Açougues e paderias somente nas cidades.

20\$000

§ 18. Folha corrida para qualquer fim que seja requerida paga antes da apresentação do respectivo alvará.

2\$000

§ 19. Licença para tirar esmolos, excepto as irmandades que tiverem compromisso aprovado e as commissões de obras de igrejas.

50\$000

§ 20. Canoas empregadas na condução de pedras, madeira, arêa ou lenha somente na capital.

20\$000

§ 21. Carros de condução somente na capital.

20\$000

§ 22. Catraias empregadas no embarque e desembarque de passageiros e cargas somente na capital.

20\$000

§ 23. Por pessoa empregada na extracção da borracha qualquer que seja o titulo de propriedade das terras que occupem.

5\$000

§ 24. 4.º de ensinuação de doação quando a cousa doada não exceder de 360\$000.

§ 25. 10.º de heranças e legados, excepto as heranças a que addirem ascendentes ou descendentes e os legados pios.

§ 26. 4.º das fianças criminaes.

§ 27. 10.º sobre a compra e venda de escravos.

§ 28. 5.º sobre provimento de empregados provinciaes.

§ 29. Rendimento do estabelecimento de educandos e de proprios provinciaes.

§ 30. Multas por infracção de leis, regulamentos e contractos.

§ 31. Productos da venda de leis, regulamentos e relatorios.

§ 32. Emolumentos de titulos e outros papeis expedidos pelas repartições provinciaes.

§ 33. Cobrança da divida activa.

Extraordinaria.

§ 34. Premios e donativos.

§ 35. Renda não classificada.

§ 36. Rendimento do Evento.

§ 37. Reposições, restituições e alcances.

TITULO III

Disposições geraes.

Art. 13. O governo da provincia fica autorisado a contrahir um emprestimo da quantia de 150:000\$000 para ser exclusivamente applicada como auxilio ao pagamento da divida de exercicios findos que for reconhecida no fim do exercicio de 1874-1875.

Art. 14. Ficão approvados os aumentos de creditos autorisados pela presidencia no exercicio de 1873-1874 no valor total de réis 51:157\$656.

Art. 15. Ficão revogados os §§ 1.º e 8.º do art. 21 da lei n.º 302 de 13 de maio de 1874.

Art. 16. Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 24 de abril de 1875.—Thomaz Luiz Sympon, João José de Freitas Guimarães.

Teve a primeira leitura e tomou o n.º 16.

O sr. Pinheiro, relator da commissão de camaras, pede designação de dia e hora á apresentar o projecto da lei do orçamento municipal.

O sr. presidente designa a primeira parte da ordem do dia da primeira sessão.

O mesmo sr. Pinheiro pede que sejam dados na ordem do dia os projectos n.ºs 19 e 20 do anno passado.

O sr. presidente declara que hão de ser dados.

O sr. Tapajoz lê e manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro que com urgencia se me informe para fins honestos, pela repartição competente o que ha; como applicada com quem contractada a execução da verba marcada no § 11 do art. 5.º da lei n.º 302 de 13 de maio de 1874.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 24 de abril de 1875.—O deputado, Tapajoz. »

Orão os srs. Amorim, Nina, Tapajoz, Leão e Antony; posto a votos é aprovado.

O sr. Antony lembra a eleição de um membro para a commissão de fazenda, á prehencher a vaga do sr. deputado Castro e Costa.

O sr. presidente declara que o sr. deputado hade ser attendido na ordem do dia.

2.ª Parte.—Tem 2.ª leitura os projectos n.ºs 11 que é julgado objecto de deliberação, 12, 13 e 14.

Terceira leitura os de n.ºs 9 e 10, a imprimir.

Entra em discussão o parecer da commissão de poderes sobre a licença requerida pelo sr. deputado Castro e Costa. É' aprovado.

Tambem entra em discussão e é' aprovado, o parecer da commissão de instrucção publica, sobre o requerimento do padre Miguel Joaquim Fernandes.

O sr. presidente dezeja saber a causa de não terem todos os membros da respectiva commissão assignado o parecer.

Ora o sr. Nina.

O sr. presidente decide que os pareceres devem ser assignados por toda a commissão, com as restricções que parecer a cada membro.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 38 de 1873.

O sr. padre Daniel, lê e manda a meza a seguinte emenda:

Elimine-se no art. 1.º as palavras que se seguem depois de Sumauma, inclusive.

Paço etc., 24 de abril de 1875.—Padre Daniel.

O sr. Nina manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro que este projecto seja enviado ao governo da provincia a fim do ouvir a autoridade ecclesiastica sobre a alteração dos limites das freguezias.—C. Nina. »

O sr. Leão lê e manda a meza o seguinte additivo:

« Os limites da villa do Coary serão d'ora em diante, pela margem direita do Solimões: a boca do lago Camará inclusive o mesmo lago e o da Salsa; e da parte esquerda, o furo do

Trocary como o é actualmente, pertencendo porem o lago d'este nome áquella villa. Pela parte de cima servirão de limites a margem esquerda da boca do lago Carapaná-tuba e a margem direita as barreiras do Mutum-Cuara, pelo rio Cupeia, a boca do lago Jurupary inclusive, assim como o paranamiry do Cudajás-miry até a foz do lago Pioriny inclusive e seus tributarios.

Paço etc., 24 de abril de 1875.—O deputado, Leão. »

O sr Freitas Guimarães, lê o seguinte requerimento:

« Requeiro que sejam ouvidas por intermedio da presidencia da provincia, as camaras municipaes de Villa-Bella, Maués e Silves, a cerca das novas divizões que estabelece o projecto n.º 38, em discussão. »

Orão os srs. Nina, Sympson, Leão, padre Daniel, Braule Pinto, Antony e Freitas Guimarães.

E' approvedo o requerimento do sr. Nina.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 23 do anno passado que é approvedo com a seguinte emenda e subemenda:

Emenda ao art. 1.º Depois das palavras desde já, diga-se: com o bacharel Ernesto Rodrigues Vieira ou com a typographia que mais confiança lhe merecer.

Elimine-se as palavras: com uma só typographia. No fim do art. em vez de até a quantia de quatorze contos, diga-se: as quantias votadas para taes despesas na lei do orçamento.

S. R.—Paço etc., 24 de abril de 1875.—João Pinheiro.

Sub-emenda. Elimine-se as pala-

avras: com o bacharel Ernesto Rodrigues Vieira.—Checks Nina.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte. — Projectos, requerimentos, indicações, pareceres e etc.

2.ª Parte. — Segunda leitura do projecto n.º 16; 3.ª dos de n.ºs 11 e 14; 1.ª discussão dos projectos n.ºs 5, 6 e 7 deste anno, 19 e 20 do anno passado; 2.ª dos de n.ºs 3 e 4; 3.ª dos de n.ºs 1 e 2 deste anno e 23 do anno passado; discussão do parecer da commissão de poderes sobre a petição de João Leovigildo da Silva Sarmiento e eleição de um membro para a commissão de fazenda.

Para constar se lavrou esta acta—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 26 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Pinheiro, José Paulino, padre Daniel, Felinto, e Damazo; faltam com causa os srs. Bello, Torquato, Freitas Guimarães, Nina, Antony, e Castro; e sem ella os srs. Thury, Mello e Carneiro da Rocha; e sendo mais um quarto de hora o sr. presidente levanta a sessão por falta de numero.

E para constar se lavra este ter-

mo.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 27 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, Mello, Tapajoz, Antony, Nina, Leão, Freitas Guimarães, José Paulino, Silva Pinheiro, Damazo, Felinto, e Symphon; faltam com causa os srs. padre Torquato, e Castro e Costa; e sem ella os srs. Thury e Carneiro da Rocha; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta de 24 do corrente.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

EXPEDIENTE.

Requerimento de Antonio José Pereira Carneiro, pedindo o abatimento de 40 por cento na arrematação por elle feita perante o thezouro provincial do imposto de 2\$000 por pessoa empregada na extracção da borraça. A commissão de fazenda.

Dito do padre Manuel Raymundo Alves, professor do ensino primario da villa de Barcellos, pedindo se lhe mande contar o tempo em que exerceo o magisterio interinamente. A commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.º Parte.—O sr. Nina lê e manda a meza o seguinte:

« Requeiro copia do contracto fei-

to com Antonio José Pereira Carneiro para a cobrança dos impostos no Rio Purús.

Paço etc., 27 de abril de 1875.—
Checks Nina. »

E' approvedo.

O sr. Leão, lê emanda a meza o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas decreta:

Art. 1.º As camaras municipaes da provincia ficão autorizadas a despendêr no anno financeiro de 1875 a 1876, as quantias que lhes são votadas pela presente lei a saber:

CAPITULO I

DESPEZAS MUNICIPAES

Art. 2.º Camara da Capital

§ 1.º Pessoal:

Secretario	ord.	1:600\$000	
	grat.	200\$000	
			1:800\$000

Dous Amanuenses	ords.	1:600\$000	
	grats.	800\$000	
			2:400\$000

Porteiro	ord.	700\$000	
	grat.	200\$000	
			900\$000

Dous Fiscaes	ords.	2:600\$000	
	grats.	1:000\$000	
			3:600\$000

Engenheiro	ord.	800\$000	
	grat.	400\$000	
			1:200\$000

Advogado de partido	grat.		1:000\$000
Aferidor	grat.		500\$000

Procurador	porc.	10 %	\$
Agentes fiscaes de fora			\$

Expediente			2:000\$000
----------------------	--	--	------------

§ 2.º Cemiterio:			
Administrador	ord.	1:000\$000	
	grat.	200\$000	
			1:200\$000

Capellão	grat.		600\$000
Dous coveiros, diaria a cada um		3\$000	2:196\$000

Festa do dia 2 de Novembro			400\$000
Guisamento para a capella			80\$000

Utensils e outras despesas			400\$000
--------------------------------------	--	--	----------

§ 3.º Mercado Publico:			
Administrador	ord.	1:200\$000	
	grat.	400\$000	
			1:600\$000

Porteiro	ord.	600\$000	
	grat.	300\$000	
			900\$000

Expediente e outras despesas			200\$000
--	--	--	----------

§ 4.º Aulas nocturnas:			
Tres Professores	ords.	1:800\$000	
	grats.	600\$000	
			2:400\$000

Luz, agua, e despesas miudas			600\$000
--	--	--	----------

§ 5.º Tres Guardas Urbanos	vencimentos	2:460\$000	
	Fardamento	300\$000	
			2:460\$000

§ 6.º Matadouro Publico:			
Administrador	ord.		960\$000
Percentagem 10 .º			\$

Dous Serventes, diaria a cada um de	2:000	1:464:5000
Custão do estabelecimento.		200:5000
§ 7.º Custas judicias, jury e eleições.		2:600:5000
§ 8.º Festas do culto Divino e regosijo publico.		1:000:5000
§ 9.º Limpeza de ruas, praças e estradas da cidade		7:000:5000
§ 10. Dita das ruas e praças das freguezias do municipio		1:000:5000
§ 11. Arborisação e conservação		8:000:5000
§ 12. Continuação da edificação do Paço Municipal		16:000:5000
§ 13. Construção de uma varanda em roda do edificio que serve de mercado publico.		5:000:5000
§ 14. Melhoramento de fontes d'agua potavel		4:000:5000
§ 15. Condução, em carroças, do lixo das ruas, praças e casas particulares da cidade, para o lugar destinado.		3:000:5000
§ 16. Pequenas indemnisações aos prejudicados no alinhamento de ruas, travessas e praças.		6:000:5000
§ 17. Eventuaes.		2:400:5000
§ 18. Reposições e restituições		5
§ 19. Exercícios fiados		5
§ 20. Aposentados :		600:5000
Porteiro da secretaria. ord.		85:360:5000

Art. 3.º *Camara de Itacoatiara*

§ 1.º Pessoal :	800:5000
Secretario ord.	500:5000
Fiscal	
Porteiro, continuo e administrador do cemiterio. ord.	600:5000
Procurador e fiscaes de fóra: porcentagem. 10 %	5
Aferidor, porcentagem. 50 %	5
Capellão do cemiterio.	360:5000
Um coveiro do mesmo, diaria de 500	183:5000
§ 2.º Custas judicias, jury e eleições	1:200:5000
§ 3.º Guisamentos para a capella do cemiterio.	50:5000
§ 4.º Festas do culto Divino e regosijo publico.	200:5000
§ 5.º Expediente.	400:5000
§ 6.º Illuminação publica	900:5000
§ 7.º Limpeza de ruas, praças, estradas e do cemiterio.	1:400:5000
§ 8.º Luz e compendios para a escola nocturna	200:5000
§ 9.º Indemnisação a camara da capital das despesas feitas com o sustento e vestuario dos presos pobres deste municipio, no 2.º semestre do exercicio de 1873 á 1874	322:5100
§ 10.º Eventuaes	500:5000
	7:615:5100

Art. 4.º *Camara de Silves.*

§ 1.º Pessoal :	500:5000
Secretario. ord.	

Fiscal e administrador do cemiterio ord.	240:5000
Porteiro e continuo	200:5000
Procurador e fiscaes de fóra porcentagem 10 %	5
Aferidor, idem 50 %	5
§ 2.º Custas judicias, jury e eleições	200:5000
§ 3.º Festas do culto Divino e regosijo publico.	100:5000
§ 4.º Limpeza de ruas e estradas	300:5000
§ 5.º Expediente.	100:5000
§ 6.º Indemnisação a camara da capital das despesas feitas com o sustento e vestuario de prezos pobres, deste municipio, recolhidos a cadeia de Manaos, nos exercicios de 1870 á 1871 até 1873 á 1874	1:235:5170
§ 7.º Eventuaes	50:5000
	2:925:5170

Art. 5.º *Camara da Conceição.*

§ 1.º Pessoal :	800:5000
Secretario. ord.	
Fiscal e administrador do cemiterio. ord.	500:5000
Porteiro, continuo e aferidor	400:5000
Procurador e fiscaes de fóra, porcentagem 10 %	5
§ 2.º Custas judicias, jury e eleições	150:5000
§ 3.º Expediente.	100:5000
§ 4.º Festas do culto Divino e regosijo publico.	100:5000
§ 5.º Limpeza de ruas, praças e cemiterio	300:5000
§ 6.º Eventuaes	200:5000
	2:550:5000

Art. 6.º *Camara de Villa Bella da Imperatriz.*

§ 1.º Pessoal :	600:5000
Secretario. ord.	200:5000
	800:5000
Fiscal ord.	300:5000
	100:5000
	400:5000
Porteiro ord.	200:5000
	50:5000
	250:5000
Procurador e fiscaes de fóra porcentagem. 10 %	5
Aferidor, porcentagem 50 %	5
Administrador, do cemiterio. ord.	250:5000
	50:5000
	300:5000
Capellão do mesmo ord.	300:5000
	50:5000
	350:5000
Um coveiro do mesmo grat.	240:5000
§ 2.º Festas do culto Divino e regosijo publico.	150:5000
§ 3.º Custas judicias, jury e eleições	600:5000
§ 4.º Expediente.	100:5000
§ 5.º Limpeza de ruas, praças e cemiterio	800:5000
§ 6.º Limpeza de ruas e praças da freguezia do Andara	200:5000
§ 7.º Professor da escola nocturna grat.	300:5000

§ 8.º Eventuaes	200\$000
	<u>4:990\$000</u>
Art. 7.º <i>Camara de Teffe</i>	
§ 1.º Pessoal :	
Secretario ord.	1:200\$000
	grat. 400\$000
	<u>1:600\$000</u>
Fiscal ord.	480\$000
Porteiro e continuo	240\$000
Procurador e fiscaes de fóra,	
porcentagem 10 %	\$
Aferidor, porcentagem 50 %	\$
Administrador do cemiterio, ord.	300\$000
Capellão do mesmo grat.	300\$000
Sachristão do mesmo	120\$000
Dous coveiros do mesmo grati-	
ficação a cada um de 240\$000	480\$000
Carcereiro da cadeia grat.	240\$000
§ 2.º Festas do culto Divino	
e regosio publico	200\$000
§ 3.º Dita do cemiterio á 2	
de Novembro	100\$000
§ 4.º Limpeza de ruas, pra-	
ças e cemiterio	400\$000
§ 5.º Dita das freguezias do	
municipio	200\$000
§ 6.º Custas judiciais, jury	
e eleições	1:200\$000
§ 7.º Illuminação publica da	
cidade	1:500\$000
§ 8.º Expediente	400\$000
§ 9.º Indemnisação á cama-	
ra da capital, das despesas feitas	
com sustento e vestuario dos	
prezos pobres, deste municipio,	
recolhidos a cadeia de Manáas	
nos exercicios de 1870 á 1871	
até 1873 á 1874	7:890\$140
§ 10.º Eventuaes	500\$000
	<u>16:130\$140</u>

Art. 8.º *Camara de Barcellos.*

§ 1.º Pessoal :	
Secretario ord.	600\$000
Fiscal e administrador do cem-	
iterio ord.	300\$000
Porteiro e continuo	150\$000
Procurador e fiscaes de fóra por-	
centagem 10 %	\$
Aferidor, porcentagem 50 %	\$
§ 2.º Custas judiciais, jury	
e eleições	200\$000
§ 3.º Expediente	100\$000
§ 4.º Festas do culto Divino	
e regosio publico	100\$000
§ 5.º Limpeza de ruas e pra-	
ças, e das freguezias do muni-	
cipio	800\$000
§ 6.º Para a construcção de	
um edificio para paço municipal	8:000\$000
§ 7.º Reparo do desmorona-	
mento do igarapé da ponte jun-	
to á ponte da matriz	500\$000
§ 8.º Abertura de vallas pa-	
ra o esgoto de aguas pluvias	300\$000
§ 9.º Dous coveiros do cemite-	
rio, cada um de gratificação	100\$000
	200\$000
§ 10.º Eventuaes	300\$000
	<u>11:550\$000</u>

Art. 9.º *Camara do Coary.*

§ 1.º Pessoal :	
Secretario ord.	500\$000
Fiscal e administrador do cem-	
iterio ord.	300\$000
Porteiro e continuo	200\$000
Procurador e fiscaes de fóra,	
porcentagem 10 %	\$
Aferidor, idem 50 %	\$
§ 2.º Expediente, compra de	
um cofre e mobilia	650\$000
§ 3.º Festa do culto Divino	
e regosio publico	50\$000
§ 4.º Custas judiciais, jury	
e eleições	100\$000
§ 5.º Limpeza de ruas, pra-	
ças e do cemiterio	300\$000
§ 6.º Abertura de novas ruas	
§ 7.º Com uma cerca de pao	
a pique no cemiterio	400\$000
§ 8.º Para o começo da edi-	
ficação do paço municipal	1:000\$000
§ 9.º Idem idem de uma pon-	
te da baixa que divide os dous	
bairros da villa	700\$000
§ 10.º Aluguel da casa que ser-	
ve de paço municipal	480\$000
Um coveiro do cemiterio, grat.	100\$000
§ 11.º Eventuaes	200\$000
	<u>5:280\$000</u>

CAPITULO II

RENDAS MUNICIPAES

Art. 10. As camaras municipais da provincia, farão arrecadar no exercicio de 1875 á 1876, as rendas seguintes :

§ 1.º Aferição de pezos e medidas na forma da ta-	
bella em vigor	\$
§ 2.º 2 % do valor official dos generos per-	
tinentes a seo municipio que forem expor-	
tados, regulando-se pelas pautas organisda s	
pela Recebedoria provincial	\$
§ 3.º Multa por infracção de leis e regula-	
mentos	\$
§ 4.º Saldo dos exercicios anteriores	\$
§ 5.º Prestações e donativos	\$
§ 6.º Rendimentos dos cemiterios	\$
§ 7.º Cobrança de divida activa	\$
§ 8.º Reposições e restituções	\$
§ 9.º Alvarás de licenças	1\$000
§ 10. Imposto sobre casas commerciaes	
fóra do povoado	20\$000
§ 11. Idem sobre canoas de regatão	50\$000
§ 12. Idem sobre canoas empregadas na	
conducção de pedras, areia e madeira	20\$000
§ 13. Idem sobre theatros, bailes mascar-	
ados e espectaculos publicos, não gratuitos	30\$000
§ 14. Idem sobre bilhares e qualquer jo-	
go licito	60\$000
§ 15. Idem sobre officinas	2\$000
§ 16. Idem sobre feitorias de salga de pei-	
xo	2\$000
§ 17. Idem sobre quitandas, botequins,	
boticas e padarias, excepto nas freguezias	25\$000
§ 18. Idem sobre hoteis	50\$000
§ 19. Idem sobre casas de pasto	25\$000
§ 20. Idem sobre lojas ambulantes de fa-	
zendas e mindezas, excepto as que só vende-	
rem viveres	60\$000
§ 21. Idem sobre cada pessoa que vender	
joias de ouro ou prata e pedras preciosas,	
pelas ruas das cidades, villas, e freguezias, e	
interior dos municipios	250\$000

§ 22. Idem sobre lojas ou casas commerciaes que venderem joias de ouro ou prata, e pedras preciosas	400\$000
§ 23. Idem sobre carros de conducção e de vender agua	30\$000
§ 24. Idem sobre cada casa, barraca, ou feitoria em que se fabricar borracha	5\$000
§ 25. Idem sobre escriptorios de agentes de leilões e de comissões	20\$000
§ 26. Idem sobre casas commerciaes em que se venderem seccos ou molhados, ou ambos os generos a retalho. — a saber : Sendo o fundo até 1:000\$000	40\$000
Até 2:000\$.	20\$000
Dahi para cima	30\$000
§ 27. Imposto de armazens em que se vender por atacado seccos ou molhados, ou ambos os generos	40\$000
§ 28. Idem por pessoa empregada na extracção de ovos de tartaruga, nas praias dos respectivos municipios	5\$000
Art. 11. Renda especial da Camara da Capital.	
§ 1.º Rendimento do mercado publico	\$
§ 2.º Dito do matadouro publico	\$
§ 3.º Foros de terrenos, do patrimonio da camara concedido na razão de 200 réis por metro linear de frente dentro do perimetro urbano, e de 100 réis fóra d'elle	\$
§ 4.º Laudemios por traspasso dos ditos terrenos na razão de 6 %	\$
§ 5.º Alinhamento dado aos terrenos particulares nesta cidade, na razão de 250 réis por metro de frente para as ruas, praças, estradas e travessas	\$
§ 6.º Catraias e canoas empregadas no embarque e desembarque de cargas	20\$000
§ 7.º 1 % no rendimento liquido dos leilões commerciaes	\$
Art. 12.º Renda especial da Camara da Barcellos.	
§ 1.º Imposto sobre barraca ou feitoria para o corte de piassaba	10\$000
§ 2.º Afforamento de terrenos na villa	\$
Art. 13.º Renda especial da Camara de Coary.	
§ Unico. Imposto sobre as nomeações de commandantes de praias	25\$000

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES GERAES.

- Art. 14. Ficão approvados :
- § 1.º A compra que fez a Camara Municipal da Capital da casa, que pertenceo a Companhia de Navegação do Amazonas limitada, para servir provisoriamente de seo Paço, pela quantia de 8:682\$860, inclusive os reparos feitos com a mesma casa.
- § 2.º A deliberação da Camara da Capital indeferindo a petição do empresario de carnes verdes, pretendendo isenção de pagamento das despesas peculiares do curro, mercado publico, afflicção de pezos e medidas e outros que não forem inherentes a estabelecimentos que pertencem ao mesmo empresario.
- § 3.º O contracto celebrado com o commendador Francisco de Souza Mesquita, para a conclusão do edificio que tem de servir de Paço municipal da Camara da Capital.
- § 4.º A tomada de contas do procurador da mesma Henrique Barboza de Amorim, relativa aos exercicios de 1871-1872 a 1873-1874, devendo ser-lhe debitada a quantia que por falta de escripturação foi encontrada de menos.
- § 5.º A tomada de contas do ex-procurador da mesma Manoel Ferreira dos Anjos, relativamente aos exercicios de 1873 e 1874 a 1874 e 1875, tempo em que o mesmo exerceo aquelle emprego.

DISPOSIÇÕES PERMANENTES.

Art. 15. Fica creada uma escola nocturna em Villabella da Imperatriz, a camara municipal organisará o respectivo regulamento, que submeterá a approvação da assembléa em sua proxima reunião.

Art. 16. Fica igualmente creada mais uma escola nocturna nesta capital, que funcionará no lugar designado pela camara municipal.

Art. 17. Fica tambem creado o lugar de Advogado de partido da camara da capital, e supprimido o de Medico.

Art. 18. Logo que fór installada a camara da villa de Cudajaz, se regulará em suas despesas, nas destinadas para a camara municipal de Coary, ficando revogado o art. 2.º da lei n.º 304.

Art. 19. O Feitor do Matadouro Publico, denominar-se-ha, desde já, Administrador do Curro Publico, com o vencimento que lhe vai marcado; a camara da capital dará o competente titulo, e mandará averbar, em seo assentamento, o tempo que exerceo aquelle lugar.

§ Unico. Fica alterado nesta parte o art. 6.º do respectivo regulamento.

Art. 20. As camaras de Tefé, Itacoatiara e Silves, indemnizarão no exercicio de 1875 a 1876, as quantias que estão a dever á camara da capital, ficando sujeito ao juro de 6 % ao anno, qualquer sallo, que ficarem restando, no fim do mencionado exercicio.

Art. 21. Revogão-se as disposições em contrario. Paço d'assembléa provincial em Manaus 26 de Abril de 1875. — João Carlos da Silva Pinheiro. — João Carlos Antony. — José Coelho de Miranda Leão.

Teve a primeira leitura e tomou o n.º 17.

2.ª Parte. — Tem 2.ª leitura o projecto n.º 16 e 3.ª os de n.ºs 11 á 14. A imprimir.

São approvados em primeira discussão os projectos n.ºs 5 e 6 deste anno e 19 e 20 do anno passado.

Retira-se o sr. deputado José Paulino.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 3.

Orão os srs. Braule Pinto, Symphon e Nina.

Vão a meza as emendas e requerimentos seguintes:

Emenda ao art. 1.º do projecto n.º 3. — Elimine-se as palavras «ou importados.»

Paço etc., 27 de abril de 1875. — O deputado, Braule Pinto.

Requeiro que seja nomeada uma comissão especial para dar seo parecer sobre o projecto n.º 3 que se

discute, tendo de estudar a questão de contrabandos, para o que estudará as idéas constantes dos officios trocados entre esta provincia e a do Pará.

Paço etc., 27 de abril de 1875.—Checks Nina.

Emenda ao requerimento do sr. Nina: Em vez de commissão especial, diga-se: as commissões reunidas de fazenda e poderes.

Paço etc., 27 de abril de 1875.—O deputado, Braule Pinto.

E' approvedo o requerimento do sr. Nina com a emenda do sr. Braule.

Foi marcado pelo sr. presidente cinco dias para as ditas commissões darem seu parecer, por assim ter a assembléa deliberado.

Entra em segunda discussão o art. 1.º e seus §§, do projecto n.º 4. E' approvedo.

Entra também em segunda discussão o art. 2.º e seus §§, do mesmo projecto.

Orão os srs. Nina, Freitas Guimarães, Felinto, Daniel, Braule Pinto, Antony, Leão e Sympson.

Vão a meza as seguintes emendas:

Art. 2.º, § 1.º Em vez de orphãos, diga-se; menores, e bem assim sempre que esteja esta palavra.

§ 2.º Em vez de juiz de orphãos, diga-se, previamente pelo presidente da provincia.—Checks Nina.

E' regeitado e approvedo o art. e seus §§.

Entra em discussão o art. 3.º e seus §§. Veem a meza as seguintes emendas:

No art 3.º § 1.º Em lugar de 50 annos, diga-se 30 annos.—O deputado, padre Daniel.

Emenda ao § 1.º do art. 3.º do projecto n.º 4. Em vez de 50 annos, diga-se 10 annos.—O deputado, Braule Pinto.

Elimine-se o § 5.º do art. 3.º.—C. Nina.

Emenda ao § 1.º do art. 3.º Em vez de 50 annos, diga-se 10 annos. Eliminam-se os §§ 2.º, 3.º, 4.º e 5.º.—O deputado, Sympson.

Orão os srs. Nina, Freitas Guimarães, Felinto, Daniel e Braule.

Estando esgotada a hora o sr. presidente declara interrompida a discussão para a sessão seguinte, ficando com a palavra os srs. deputados Antony, Freitas Guimarães, Leão e Nina.

O sr. presidente convida aos srs. deputados á votarem em um membro para a commissão de fazenda; recebe se treze cédulas que dão o seguinte resultado:

Bello, 9 votos; Nina, 2; Mello, e Antony 1 cada um. E' membro da commissão o sr. Bello.

O sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte. — Projectos, requerimentos, pareceres, e etc.

2.ª Parte. — Segunda leitura do projecto n.º 17; 3.ª do de n.º 16; discussão do parecer da commissão de poderes sobre a petição de João Leovegildo da Silva Sarmento; 3.ª discussão dos projectos n.ºs 1 e 2 deste anno e 23 do anno passado e continuação da 2.ª discussão do projecto n.º 4.

Para constar se lavrou esta acta—
Clementino José Pereira Guimarães,

presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 28 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Antony, padre Daniel, Freitas Guimarães, José Paulino, Damazo e Sympson; faltam com causa os srs. Bello, padre Torquato, e Castro e Costa; e sem ella os srs. Thury e Carneiro da Rocha. O sr. presidente abre a sessão.

Não é lida a acta da antecedente por não estar sobre a mesa.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Requerimento de Ireno Porfírio da Costa, lente de mathematicas do lyceio e procurador fiscal do thezouro provincial, pedindo um anno de licença com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

Dito de diversos habitantes da villa da Conceição pedindo revogação da lei de 5 de maio do anno passado e annexação novamente do termo d'essa villa á comarca de Parintins. A commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Freitas Guimarães, relator da commissão de agricultura, commercio e etc., depois de obter designação da hora presente, lê e manda a meza o parecer e projecto seguinte:

« A commissão d'agricultura, commercio, artes e navegação, a quem foi presente a petição de Joseph Lyons Mac-Gee, pedindo certos favores para emigração e introdução de cem familias allemães, que tem de se estabelecerem nas margens do Rio Negro, é de parecer que seja adoptado o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amasonas, decreta:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado a contractar com Joseph Lyons Mac-Gee, ou com quem mais vantagens offerecer a introdução de cem familias allemães, sob as basses e condições seguintes:

§ 1.º As cem familias de que trata este artigo, serão apresentadas no porto de Manãos pelo contractante, dentro do prazo de um anno a contar da data da assignatura do contracto.

§ 2.º Pela apresentação de cada familia de lavradores allemães em Manãos o contractante terá direito a receber dos cofres provinciaes a quantia de cem mil réis, e por pessoa adulta que vier, alem das cem familias perceberá mais a quantia de dez mil réis, assim tambem de cada familia que faltar para completar o numero das cem familias, lhe será descontada a quantia de cem mil réis.

§ 3.º Entende-se por familia, marido, mulher, filhos e parentes dos grãos mais proximos, cujo numero minimo deverá ser de seis pessoas e por individuo maior de quinze annos não pertencente a familia, o contractante perceberá o estipulado no parographo precedente.

§ 4.º O governo da provincia fará

transportar essas com famílias para a margem esquerda do Rio Negro, acima da foz do Rio Anavilhana, no lugar que melhor se prestar, e onde previamente deverá ser demarcada a zona de terreno que tiver de ser occupado pela projectada colonia, terreno que o governo da provincia solicitará dos poderes competentes.

Art. 2.º O presidente da provincia no contracto que celebrar, garantirá os direitos legaes dos colonos, a posse das terras devolutas que venhão a occupar, e a liberdade de consciencia em materia de religião, em harmonia com as leis geraes em vigor.

Art. 3.º O contractante receberá dos cofres provinciaes a quantia de cinco contos de réis no acto da assignatura do contracto e o resto de conformidade com o § 2.º do art. 1.º

§ 1.º Para compra de animaes, vehiculos de conducção, instrumentos agricolas e edificação de um barração para morada provisoria no lugar da projectada colonia, poderá ser despendida até a quantia de cinco contos de réis.

§ 2.º Para compra da alimentação mais necessaria dos colonos, nos primeiros seis mezes, serão coadjuvados pela provincia com o adiantamento a titulo de emprestimo, da quantia de um mil réis diarios por familia, devendo principiar a amortisação no fim do setimo mez, em prestações mensaes equivalentes ás quantias que tiverem recebido, correndo esse processo pela repartição fiscal competente.

Art. 4.º O contractante será obrigado a prestar fiança idonea.

Art. 5.º Revogão-se todas as disposições em contrario.

Sala das commissões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 28 de abril de 1875.—João José de Freitas Guimarães, José Paulino von Hoonholtz, Felinto Elyzio Fernandes de Moraes. »

Teve a primeira leitura e tomou o n.º 18.

Entrão os srs. deputados Nina, Mello e Pinheiro.

2.ª Parte.—Tem 2.ª leitura o projecto n.º 17 e 3.ª o de n.º 15, a imprimir.

Entra em discussão o parecer da commissão de poderes indeferindo a petição do segundo official da secretaria do governo João Leovegildo da Silva Sarmento.

Orão os srs. Nina Antony e Felinto. E' approvedo.

Tem 3.ª discussão o projecto n.º 1.

Ora o sr. deputado padre Daniel, e manda a meza o seguinte requerimento:

Requeiro que este projecto e o de n.º 11 vão a uma commissão para refundil-os.

Paço etc., 28 de abril de 1875.—Padre Daniel.

E' approvedo.

O sr. presidente declara que a meza ainda não tinha lembrado a remessa d'esses projectos a uma commissão especial por não serem completamente identicos.

O mesmo sr. presidente convida aos srs. deputados á votarem em tres deputados para membros da commissão de que se trata.

Recebem-se quinze cédulas que apuradas dão o seguinte resultado:

Padre Daniel e Sympson, 12 votos cada um; Nina, 7; Guimarães, 4; Antony, Pinheiro, Mello e Felinto, 2 cada um; Leão e José Paulino, 1 cada um.

Ora o sr. Nina e pede dispensa da comissão. Não é attendido.

O sr. presidente declara membros da comissão os tres srs. deputados mais votados, a quem se vae remetter os projectos n.ºs 1 e 11.

E' approvedo em 3.ª discussão e vae a comissão de redacção o projecto n.º 2. Entra tambem em 3.ª discussão o projecto n.º 23.

Orão os srs. Leão, Pinheiro e Braule Pinto.

Suscitou-se duvidas sobre a votação de um projecto com emendas em 3.ª discussão.

O sr. presidente dá sua opinião a respeito que é adoptada, ficando como praxe a votação englobadamente salvo requerimento de algum sr. deputado em contrario e que seja approvedo.

E' approvedo o projecto com as emendas, tendo votado contra os srs. Nina e Braule e Pinto, que requerirão assim se mencionasse na acta.

Continua em discussão o art. 3.º e seus §§ do projecto n.º 4, e bem assim as emendas.

Orão os srs. Antony, Freitas Guimarães, Leão, Nina e José Paulino; e estando esgotada a hora e não havendo numero para votação por se terem retirado os srs. deputados Freitas Guimarães, Felinto, Silva Pinheiro, Damazo, padre Daniel e Mello; o sr. presidente levanta a sessão, ficando com a palavra o sr. Leão, e dá a seguinte:

Ordem do dia

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, indicações, e etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura do projecto n.º 18; 3.ª do de n.º 17; 1.ª discussão dos de n.ºs 12 e 13; 2.ª dos de n.ºs 5, 6, 7, 8, deste anno, e 19 e 20 do anno passado e continuação da segunda do de n.º 4.

Para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 29 de Abril de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Nina, padre Daniel, Silva Pinheiro, Damazo, José Paulino, Felinto, Freitas Guimarães e Sympson; faltam com causa os srs. Bello e Castro; e sem ella os srs. Thury e Carneiro da Rocha; o sr. presidente abre a sessão.

Entra o sr. padre Torquato.

São lidas e approvedas as actas de 27 e 28 do corrente, depois de ter o sr. deputado Sympson observado não haver tomado a palavra quando se discutio o art. 2.º e §§ do projecto n.º 3 e assim ha equivoco na inclusão de seo nome como tendo orado.

O sr. 1.º secretario, lê o seguinte:

EXPEDIENTE.

Um officio do secretario do governo de 28 do corrente acompanhando

22 exemplares das leis provinciaes de 1852 a 1858. Destribua-se e archive-se.

Um dito do mesmo secretario e da mesma data remettendo uma informação do thezouro provincial relativamente a encommenda de livros feita a Joseph Gaune pela presidencia da provincia. A quem requisitou.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. Sympson lê e manda á meza o seguinte requerimento:

« Requeiro que se peça ao governo as seguintes informações:

1.^a A data em que Manuel Lopes Barroso requereo o abatimento de 40 por cento sobre a quantia por elle proposta para a arrecadação do imposto de 2\$000 por pessoa empregada na extracção da borracha no Rio Madeira.

2.^a A data em que o mesmo assignou o contracto, qual a quantia anteriormente proposta e qual a contractada.

3.^a A data em que Antonio José Pereira Carneiro, requereo igual abatimento e qual a quantia por elle offerecida pela arrecadação do dito imposto no Rio Purus.

4.^a A data em que este proponente assignou o contracto.

5.^a As informações do thezouro sobre os requerimentos de ambos os proponentes.

6.^a Se estes proponentes já pagaram as letras por elles assignadas para o pagamento das quantias porque arrematarão o imposto; e si essas letras se achão ou não vencidas.

Paço da assembléa provincial do

Amazonas, 29 de abril de 1875.—O deputado, Thomaz Luiz Sympson. »

Posto a votos é approvado.

2.^a Parte. — Tem segunda leitura o projecto n.º 18, passa a terceira.

Terceira leitura do de n.º 17, a imprimir.

Entrão em primeira discussão os projectos n.ºs 8 e 12, posto a votos são regeitados.

Passam em primeira discussão os de n.ºs 7 e 13; e, em segunda os de n.ºs 5 e 6.

Os srs. deputados Tapajoz, Antony, Nina e Braule declararão ter votado a favor do projecto n.º 8 e pedem se mencione na acta esta declaração.

Tambem passa em 2.^a discussão o projecto n.º 19 do anno passado com as seguintes emendas, tendo orado os srs. Freitas Guimarães, Nina, Leão, Antony, Sympson, Braule, Amorim e padre Torquato.

Emenda ao art. 1.º do projecto n.º 19: Em vez de quatro dias de prisão, diga-se, tres dias.—Antony.

Emenda ao art. 1.º do projecto n.º 19: Elimine-se as palavras — aposar-se de terrenos — o mais como está.—Leão.

Emenda ao art. 2.º do projecto n.º 19: Em vez de 1,25^m, diga-se, 1^m de largura; no final, em vez de oito dias, diga-se, seis dias.—Antony.

Emenda ao art. 7.º do projecto n.º 19: Em lugar de 60 palmos, diga-se, 20^m.—Freitas Guimarães.

Emenda ao art. 10 do projecto n.º 19: Depois das palavras — 20\$000 réis — diga-se, ou seis dias de prisão. — Braule Pinto.

Emenda ao art. 12 do projecto em discussão: Depois de — 10\$ réis —

diga-se, ou tres dias de prisão.—Braulio Pinto.

Emenda ao art. 32: em lugar de 12 dias de prisão, diga-se 8.—Padre Torquato.

Emenda ao art. 35: Em lugar de oito dias de prisão, diga-se, seis.—Padre Torquato.

Emenda ao art. 39 do projecto n.º 19: Depois da palavra — autoridade — elimine-se o resto do artigo até a palavra—ocasionado—o mais como está.—Freitas Guimarães.

Emenda ao mesmo art: Em lugar de oito dias de prisão, diga-se, seis.—Freitas Guimarães.

Emenda ao art. 41: Em vez de 20\$ réis de multa, diga-se, 15\$.—Freitas Guimarães.

Emenda ao art. 44: Em vez de oito dias de prisão, diga-se, seis.—Amorim.

Emenda ao art. 51: Depois da palavra — animal — augmente-se, e um dia de prisão; o mais como está.—Freitas Guimarães.

Emenda ao art. 55: Em vez de 20\$, diga-se, 15\$ réis.—Amorim.

Emenda ao art. 60: Em lugar de 20\$, diga-se, 15\$ réis.—Padre Torquato.

Forão regeitadas as seguintes emendas:

Emenda ao art. 1.º do projecto n.º 19: Depois da palavra —fiscal— diga-se, das freguezias de fóra.—Freitas Guimarães.

Emenda ao art. 4.º: Em vez de 150, diga-se, 100 réis.—Thomaz Sympson.

Nas disposições geraes: Elimine-se o art. 57.—Padre Daniel.

Continuação da discussão do art. 3.º e §§ do projecto n.º 4.

O sr. Nina pede a palavra pela ordem, lê e manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro prorrogação da hora para que se discuta e vote o art. 3.º do projecto n.º 4, já addiado á dois dias.—Checks Nina.» Posto a votos é aprovado.

Orão os srs. deputados Leão, padre Daniel, Felinto, José Paulino, Sympson, Amorim e Antony.

Vem a meza as seguintes emendas:

Emenda ao § 2.º do art. 3.º projecto n.º 4: Em vez de dez, diga-se, cinco, e depois da palavra—canna—acrescente-se, que será extensiva aos outros lavradores da provincia.—Miranda Leão.

Emenda ao § 3.º do projecto n.º 4: Em vez de metade, diga-se, um terço, e em lugar de cinquenta, diga-se, vinte.—Miranda Leão.

§ Substitutivo ao § 4.º do art. 3.º do projecto n.º 4: Isenção por dez annos de direitos provinciaes nos artefactos manufacturados nas mencionadas fabricas, pelo systema dos Estados-Unidos ou por outro melhor da gomma elastica, somente nas respectivas colonias e que forem exportadas para as provincias do imperio.—Miranda Leão.

§ Substitutivo ao § 5.º do art. 3.º do projecto n.º 4: Logo que montar-se na provincia, outra qualquer empresa, em iguaes condições, com recursos proprios, e sem favores concedidos pela mesma, ficará desde logo, considerada revogada a presente lei.—Miranda Leão.

No § 3.º do art. 3.º, em vez de 50 annos, diga-se, 20 annos; no § 4.º do

referido artigo, depois da palavra —isenção—acrescente-se, da metade, o mais como está; e em lugar de 30 annos, diga-se, 20 annos, cuja materia prima seja de sua propria producção; elimine-se o § 2.º do mencionado artigo.—Padre Daniel.

No § 5.º art. 3.º em vez de cincoenta, diga-se trinta.—Padre Daniel.

Additivo aos §§ 4.º e 5.º do art. 3.º Esta isenção só terá lugar com relação a borracha que for extrahida pelas pessoas empregadas para esse fim pela empresa, ficando sujeita ao pagamento de todos os direitos aquella que for comprada ou adquirida por qualquer motivo pela mesma empresa ainda mesmo para ser applicada em artefactos.—Felinto.

O sr. deputado Nina, pede a palavra pela ordem.

O sr. presidente diz que nos termos do regimento não a pode conceder, por já ter o mesmo sr. deputado fallado duas vezes sobre a materia em discussão; consulta no entanto a assembléa se deve conceder a palavra ao sr. Nina. A assembléa resolve negativamente.

Retira-se o sr. presidente e toma a cadeira o sr. vice-presidente, Miranda Leão.

O sr. deputado Mello lê e manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro o encerramento da discussão sobre o art. 3.º e seus paragraphos.

Paço etc., 29 de abril de 1875.—O deputado, Mello. »

E' approvedo.

Posto a votos o art. 3.º e seos §§ do projecto n.º 4, tendo antes o sr. presidente pedido attenção dos srs. de-

putados para a disposição do art. 171 do regimento, é regeitado, ficando assim prejudicadas todas as emendas.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, pareceres de commissões, e etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 18; 1.ª discussão do de n.º 14 e 2.ª do de n.º 20 do anno passado.

E para constar se lavrou esta acta.—*José Coelho de Miranda Leão*, presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 30 de abril de 1875.

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Leão, Amorim, Braule Pinto, Tapajoz, Nina, Antony, Silva Pimheiro, Damazo, padre Torquato, Felinto, e Freitas Guimarães; faltam com causa os srs. Bello, Pereira Guimarães, padre Daniel, Mello, José Paulino, e Castro e Costa; e sem ella os srs. Carneiro da Rocha e Thury: o sr. presidente abre a sessão:

E' lida e approvada a acta da sessão antecedente, depois do sr. deputado Nina ter observado que ha engano na parte que diz haver pedido a palavra, nessa sessão, pela ordem, cuja lhe foi negada; e sim que pedira a palavra para discutir sobre o conteúdo de novas emendas apresenta-

das ao art. 3.º e paragraphos do projecto n.º 4.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

EXPEDIENTE.

Requerimento de Francisco Carlos Delduque, pedindo a subvenção mensal de 40:000\$000 para dirigir e custear o estabelecimento dos educandos artifices. A commissão de fazenda.

Ordem do dia.

O sr. deputado Nina, lê e manda a meza os tres projectos seguintes:

« Considerando que a provincia se acha a braços com um *deficit* já igual a metade de sua receita;

Considerando que sem que sejam extirpadas as causas de um tal estado financeiro este *deficit*, em pouco tempo, attingirá á grandes proporções, compromettedoras dos creditos da provincia, apresento a consideração d'esta illustre assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa da provincia do Amazonas; resolve:

Art. 1.º Nenhuma obra publica provincial, será iniciada na provincia sem que a sua urgencia tenha aconselhado a sua decretação por esta assembléa.

Art. 2.º O governo da provincia fará sustar a continuação de quaesquer obras publicas provinciaes que se acharem em via de execução, salvo aquellas que, por sua natureza ou por ficarem expostas as intemperies, exijão a sua conclusão.

§ 1.º Não se comprehendem os artigos 1.º e 2.º os reparos, os quaes serão ordenados pelo governo da pro-

vincia até a quantia de quinhentos mil réis.

Art. 3.º Não poderá ser applicada a pretexto algum, na despesa de uma das verbas provinciaes, os saldos ou sobras de outra qualquer.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

S. R.—Sala das sessões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 30 de abril de 1875.—O deputado, M. Rodrigues Checks Nina. »

« Attendendo ao estado de desequilibrio em que se achão as finanças da provincia;

Attendendo a necessidade urgente de suspender qualquer despesa improductiva de modo, senão a equilibrar as finanças, a justificar, com proficuos resultados, qualquer sacrificio pecuniario;

Attendendo á que não é licito aos poderes do estado, sem offensa grave dos principios economicos, manter um acto qualquer que, por circunstancias execpcionaes e não superadas em um longo periodo, á despeito de innumeras reformas, longe de produzir beneficio algum á população, se tenha constituido, contra a expectativa das mais bellas theorias, no mais insaciavel sorvedouro de suas contribuições; submetto á illustrada consideração d'esta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º Fica extinto, desde já, o estabelecimento com internato para educandos artifices, creado pela lei n.º 60 de 21 de agosto de 1856.

Art. 2.º Os educandos que ainda não são considerados officiaes, serão

entregues n'esta cidade a mestres de officios.

Art. 3.º A entrega se effectuará em vista de contracto, competentemente lavrado e assignado, onde os mestres se obrigarão:

§ 1.º A' apresentar em tempo prefixo, os educandos que houverem recebido, promptos do respectivo officio.

§ 2.º A fazer-os frequentar uma das escolas nocturnas, estabelecidas n'esta cidade, concorrendo no que lhes couber para o aproveitamento d'elles.

§ 3.º A' trazel-os decentemente vestidos, a alimentar-os convenientemente, e á tratá-los em suas enfermidades.

§ 4.º Serão obrigados á multas pela infracção das condições do contracto, alem do procedimento judicial em que houverem incorrido.

Art. 4.º Findo o prazo marcado para o ensino, receberão os mestres a gratificação de duzentos mil réis por cada um dos seus educandos que apresentarem promptos no officio e nas materias do ensino primario elementar; além d'isto o governo da provincia dirigirá um voto de louvor á cada um dos mestres que mais se houverem distinguido no cumprimento de tão importante missão.

Art. 5.º Durante o tempo do contracto ficarão isentos dos impostos provinciaes e municipaes, as officinas onde aprenderem cinco ou mais educandos.

Art. 6.º O governo da provincia, por meios efficazes, auxiliará aos mestres contra a evasão dos educandos que lhes houverem sido confiados; fazendo recolher á companhia de me-

nores d'armada áquelles que se mostrarem incorregiveis, ou cuja má conducta provada aconselhar um regimen mais severo.

Art. 7.º O governo da provincia mandará proceder, por pessoas habilitadas e edoneas, á um inventario severo para arrecadação dos instrumentos de muzica, ferramentas utensilios, materia prima, moveis, etc., das diversas officinas e de mais casas do estabelecimento; e bem assim á tomada das contas dos diversos responsáveis, fazendo proceder contra os autores de quaesquer faltas ou desvios.

Art. 8.º Todos os moveis, utensilios, instrumentos de muzica, ferramentas, materia prima, etc., existentes serão vendidos em hasta publica.

Art. 9.º As differentes officinas, e as demais casas do estabelecimento, serão arrendadas annualmente em hasta publica.

Art. 10. Fica extincta a escola que funciona no estabelecimento.

Art. 11. O governo da provincia mandará addir á repartições provinciaes, até que sejam aproveitados em outros empregos que vierem á vagar, os empregados do estabelecimento que n'elle houverem bem servido mais de dez annos.

Art. 12. Ficão revogadas as disposições em contrario.

S. R.—Sala das sessões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 30 de abril de 1875.—O deputado, M. R. Checks Nina. »

« Attendendo ao estado de ignorancia em que se acha a maior parte

da população do interior da provincia;

Attendendo que a instrucção é, senão a primeira, uma das principais bases da felicidade publica; e, portanto, um dos primeiros cuidados que devem occupar a attenção dos poderes do estado;

Attendendo que, no interior da provincia, sómente á uma pequena parte da população podem aproveitar os beneficios das escolas que têm sido creadas por esta assembléa, em consequencia das grandes distancias em que a maior parte vive dos povoadus;

Attendendo ao proveito que deve produzir o estudo pratico de agricultura, ensinando aos meninos o valor do trabalho e o da propriedade; habituando-os desde a pouca idade á rica producção da nossa terra; inspirando-lhes assim o amor da agricultura;

Attendendo á necessidade de harmonisar a contribuição do povo com o gráo de proveito á que tem elle direito; e, ao mesmo tempo, cooperando para o desenvolvimento da agricultura, necessidade vital que todos reconhecemos, para a prosperidade da provincia; submetto á illustrada apreciação d'esta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amasonas, resolve:

Art. 1.º Em cada comarca do interior da provincia haverá uma escola rural, com internato para os meninos que pela distancia de suas residencias não poderem frequentar a diariamente.

Art. 2.º Alem do ensino primario elementar, haverá em cada uma das

escolas ruraes um curso pratico de agricultura.

§ Unico. Si o governo da provincia, julgar conveniente fará addicionar alguma ou algumas das officinas de carpina, carpinteiro, calafate, ferreiro ou serralheiro.

Art. 3.º Este serviço será feito por arrematação publica á que sómente serão admittidas pessoas de reconhecida edoneidade e habilitações.

§ Unico. O ensino poderá ser feito pelo proprio empresario ou por pessoal por elle contractado que prove reunir as habilitações exigidas; ficando n'este caso o empresario d'ella dispensado.

Art. 4.º Os empresarios serão obrigados á vestir decentemente os alumnos, á alimental-os, em vista da tabella previamente organizada em relação aos recursos de cada uma das localidades, approvada pelo presidente da provincia, assim como á tratall-os em suas enfermidades.

Art. 5.º Os empresarios receberão a importancia porque houverem contractado esse serviço, e nunca de uma só vez, depois de haverem prestado fiança edonea.

Art. 6.º As escolas ruraes de comarca ficarão sujeitas á immediata inspecção do governo da provincia, para o bom resultado d'ellas, não somente no que concerne ao moral e intellectual mas tambem ao material.

Art. 7.º Os contractos durarão dez annos, podendo ser innovados dentro dos periodos de sua duração, no sentido de melhorar os estabelecimentos, desenvolvendo as materias do ensino.

Art. 8.º Os regulamentos para o ensino serão organizados pelo gover-

no da provincia, e o que houver de regularisar o serviço interno e economico do estabelecimento carecerá de approvação do mesmo governo.

Art. 9.º As escolas ruraes terão as suas sêdes nos termos, cabeças das respectivas comarcas.

Art. 10. Nas localidades em que forem instituidas as escolas ruraes de comarca, ficarão extintas as que actualmente existem.

§ 1.º Os respectivos professores que forem effectivos ou vitalicios serão removidos para outras localidades.

§ 2.º Os empresarios, com approvação do governo da provincia poderão contractar os professores das escolas extintas.

§ 3.º Os professores que servirem nas escolas ruraes de comarca, não receberão vencimento algum pelos cofres da provincia; ficarão porem sujeitos ao regulamento da instrucção publica, no que não fôr de encontro aos regulamentos especiaes do estabelecimento.

Art. 11. O governo da provincia fará inspecção nas escolas ruraes de comarca, sempre e como lhe parecer conveniente; e por outro lado, prestará, por si e pelas autoridades locais; todo o auxilio de que carecerem os empresarios.

Art. 12. Os alumnos matriculados nas escolas ruraes de comarca, que tenham boa conducta e aproveitamento, não poderão ser matriculados na companhia de menores d'armada.

Art. 13. Os paes dos alumnos terão o direito de visitar o estabelecimento, e representar ao governo da

provincia contra qualquer abuso da parte dos empresarios, o que provado, será punido por meio de multas, ou por outro qualquer meio segundo a gravidade da infracção; até a rescisão do contracto sem onus para a provincia.

Art. 14. Revogão-se as disposições em contrario.

S. R. — Sala das sessões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1875. — O deputado, M. R. Checks Nina. »

Tiverão a primeira leitura e tomarão os n.ºs 19, 20 e 21.

O mesmo sr. Nina tambem manda a meza a seguinte indicação:

« Indico que esta assembléa se derija a assembléa geral legislativa, pedindo que seja instituida n'esta provincia uma escola de agricultura theorica e pratica, e que na lei do orçamento geral do Imperio seja votada a competente verba e autorizado o respectivo Ministerio a realisar esta necessidade palpitante, para o que fallecem os meios aos cofres provinciaes. Sala das sessões 30 de Abril de 1875. — O deputado, M. R. Checks Nina. » E' approvada.

O sr. deputado Tapajoz lê e manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro que, para fins honestos, me seja devolvido o abaixo assignado pelos moradores do municipio de Maués, que foi enviado a commissão de poderes. Paço da assembléa 30 de Abril de 1875. — O deputado, Tapajoz. » E' approved.

2.ª Parte. — Tem terceira leitura o projecto n.º 18. A' imprimir.

Entra em primeira discussão o projecto n.º 14: Orão os srs. Pinheiro,

Antony, Felinto, Nina, Braule Pinto e Sympson. Posto a votos é regeitado.

Tem segunda discussão o projecto n.º 20 do anno passado que é approvado com as seguintes emendas, com excepção do art. 51 que é regeitado.

Ao art. 4.º: Depois da palavra — alinhamento — diga-se, não poderão ser reedificados, sob pena da multa de 20\$ réis, ou oito dias de prisão; elimine-se o mais do artigo. — Checks Nina.

Ao art. 4.º: Depois da palavra — alinhamento — diga-se, ou com fundos para o rio. — T. Sympson.

Sub-emenda a emenda do sr. deputado Nina: Em vez de oito dias de prisão, diga-se, seis dias; o mais como está. — Amorim.

Emenda ao art. 17: Elimine-se as palavras — ou para algum outro fim. — Checks Nina.

Emenda ao art. 19: Elimine-se a primeira parte deste artigo. — Thomaz Sympson.

Emenda ao art. 22: Depois da palavra elephantiasis, diga-se, profissionalmente reconhecida. — Checks Nina.

Emenda ao art. 27: Das 10 horas da noite em diante. — T. Sympson.

Emenda ao art. 31: Em vez de coberto diga-se vestido. — T. Sympson.

Emenda ao art. 49: Depois da palavra — noite — diga-se, na villa. — T. Sympson.

Emenda ao art. 50: Elimine-se as palavras — ou que apitar de noite não sendo pessoa encarregada da segurança publica. — Checks Nina.

O sr. padre Torquato manda a mesa um requerimento autorizando a

commissão de redacção a alterar os dias de multas e prisões do projecto em discussão para irem de accordo com a legislação em vigor; ora o sr. Nina, e o sr. padre Torquato retira o requerimento.

Continua em segunda discussão o art. 4.º e §§ do projecto n.º 4; orão os srs. deputados Nina e Freitas Guimarães; posto a votos é regeitado.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte ordem do dia:

1.ª Parte. — Projectos, requerimentos, indicações etc.

2.ª Parte. — Segunda leitura dos projectos n.ºs 19, 20 e 21; segunda discussão dos de n.ºs 7 e 13; e terceira dos de n.ºs 5 e 6 deste anno e 19 do passado.

E para constar se lavrou esta acta. — Henrique Barboza d'Amorim, presidente. — José Justiniano Braule Pinto, 1.º secretario. — João Carlos Antony, 2.º dito.

Sessão de 1.º de maio de 1875

Presidencia do Sr. Amorim.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Amorim, Braule Pinto, Antony, Nina, Tapajoz, Freitas Guimarães, Sympson, Damazo, Felinto, Mello, e José Paulino; faltam com causa os srs. Pereira Guimarães, Leão, Castro e Costa, e Bello; e sem ella os srs. Thury, e Carneiro da Rocha; o sr. presidente abre a sessão.

O sr. 1.º secretario tendo occupado a cadeira de presidente na ausencia d'elle e do sr. vice-presidente, con-

vida ao sr. deputado Antony para occupar a de 2.º secretario, na qualidade de supplente mais votado.

E' lida e approvada a acta da sessão antecedente.

EXPEDIENTE.

Officio do secretario da presidencia da provincia de 30 do passado, remettendo documentos em forma, dos serviços que a esta provincia prestou o subdito francez Joseph Gaune. A quem requereo.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Felinto, relator da commissão de poderes; depois de lhe ser designada a presente hora lê e manda a meza os dois seguintes pareceres:

« A commissão de poderes considerando sobre a materia contida na petição junta de Salomão G. Levy, pedindo que se lhe conceda permissão para rifar uma sua casa situada na cidade de Tefé d'esta provincia; é de parecer que semelhante concessão não pode ter lugar, por não ser ella da competencia d'esta assembléa.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 1.º de maio de 1875.—Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, Manuel Rodrigues Checks Nina, João Carlos Antony. »

« A commissão de poderes tendo lido attentamente a representação junta dirigida a esta assembléa pelo sr. juiz de paz da freguezia do Andirá Manuel Joaquim Bellem, é de parecer que semelhante representação não pode ser julgada objecto de deliberação, não só por tratar ella pura-

ramente de questões partidarias como por estar concebida em termos inconvenientes e desrespeitosos a esta assembléa, que tem incontestavel direito de ser acatada por qualquer particular quer nacional quer estrangeiro, e muito mais ainda por um funcionario publico como é o representante que, além de tudo, não representa por si somente a população da freguezia.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em Manáos 1.º de maio de 1875.—Assignados, Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, Manuel Rodrigues Checks Nina, João Carlos Antony. »

Ficão sobre a meza para serem incluídos na ordem do dia.

Entra o sr. deputado Silva Pinheiro.

O sr. deputado Nina, lê e manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro que pelos canaes competentes me sejam dadas as seguintes informações:

Qual a quantia despendida desde a installação da provincia com as matrizes do interior, incluindo a capella de S. Sebastião n'esta cidade, de modo a conhecer-se a quantia relativa a cada uma;

A quem forão entregues essas quantias separadamente e se forão prestadas as contas competentemente.—Sala das sessões, 1.º de maio de 1875.—Checks Nina. »

Posto a votos é aprovado.

Entrão os srs. deputados padre Daniel e padre Torquato.

2.ª Parte.—Teem 2.ª leitura os projectos n.ºs 19, 20 e 21, que são julgados objectos de deliberação.

O sr. deputado Nina manda a meza o seguinte requerimento, que é approvedo:

« Requeiro dispensa da terceira leitura e dos interstícios para os projectos n.º 20 e 21, afim de que sejam impressos e distribuidos para entrarem em discussão. — O deputado, Checks Nina. »

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 7.

Passa a presidir a sessão o sr. deputado Braule Pinto, occupão as cadeiras de 1.º secretario o sr. deputado Antony e de segundo o sr. deputado Silva Pinheiro.

Orão os srs. Amorim, Daniel, Nina, Pinheiro, Mello, e Antony.

Veem a meza as seguintes emendas e additivos:

Emenda ao projecto n.º 7. Onde se lê Repartimento no municipio da Conceição, diga-se Badajoz no lago Cudajás á margem esquerda do Solimões. — O deputado, Amorim.

Additivo ao mesmo projecto. E bem assim, no Rio Branco, Moreira e Baetas.

Art. additivo. Estas escolas serão fechadas se dentro de seis mezes não contarem pelo menos vinte alumnos.

Paço da assembléa, 1.º de maio de 1875. — Silva Pinheiro.

Emenda ao art. additivo do sr. Pinheiro. Depois das palavras estas escolas, diga-se, não serão providas se não estiverem nas condições do regulamento respectivo em vigor. — C. Nina.

São approvadas e fica prejudicado o art. 2.º do referido projecto.

Volta a cadeira de presidente o sr. deputado Amorim.

E' approvedo em segunda discussão o projecto n.º 13.

E' tambem approvedo em terceira discussão o projecto n.º 5, depois de terem orado os srs. Symphon e padre Torquato e bem assim o seguinte substitutivo:

Substitutivo ao § unico do art. 1.º O primeiro destricto começará do rio Marmellos inclusive até o igarapé das tres onças; O segundo destricto, do igarapé das tres onças até a foz do rio Machado; O terceiro destricto do rio Machado inclusive até os limites da provincia com a Bolivia.

Paço, 1.º de maio de 1875. — Thomaz Symphon.

A redacção.

Entra em terceira discussão o projecto n.º 6.

O sr. Nina apresenta o seguinte requerimento:

« Requeiro addiamento da 3.ª discussão do projecto n.º 6, até que me sejam fornecidas as informações que pedi em o requerimento que hoje apresentei. — Checks Nina. »

E' approvedo.

Passa em terceira discussão e vae a redacção o projecto n.º 19 do anno passado, com a seguinte emenda:

Ao projecto n.º 19 do anno passado. Ao art. 1.º Elimine-se n'este artigo as palavras: ou fiscal da mesma, e todas as emendas relativas ao dito artigo. — O deputado, Antony.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte. — Requerimentos, projectos, indicações, pareceres de comissões, e etc.

2.^a Parte.—Discussão dos pareceres da commissão de poderes sobre o requerimento de Salomão G. Levy e representação do sr. juiz de paz da freguezia do Andirá, Manuel Joaquim Bellem; 1.^a discussão dos projectos n.^{os} 9, 10, 16 e 17 e 3.^a dos de n.^{os} 4 e 7.

Para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Termo de 3 de maio de 1875.

Presidencia do Sr. deputado Amorim.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Amorim, Braule Pinto, Antony, Bello, Sympson, e Silva Pinheiro; faltam com causa os srs. Pereira Guimarães, Leão, Castro e Costa, padre Torquato, Nina, Tapajoz, Freitas Guimarães, José Paulino, Mello, Felinto, padre Daniel, e Damazo; e sem ella os srs. Thury e Carneiro da Rocha; e sendo passado mais um quarto de hora, o sr. presidente declara não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavra este termo —*Henrique Barboza de Amorim*.—*José Justiniano Braule Pinto*.—*João Carlos Antony*.

Sessão de 4 de maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim,

Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Freitas Guimarães, Antony, Nina, Mello, Sympson, Damazo, Bello, Felinto, e José Paulino; faltam com causa os srs. Castro e Costa, padre Torquato e Carneiro da Rocha; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE.

Requerimento do sr. deputado padre Torquato Antonio de Souza, pedindo licença para retirar-se para fora da capital, afim de restabelecer-se. A commissão de poderes.

Requerimento do professor do ensino primario do bairro dos Remedios, Francisco Publico Ribeiro Bitencourt, pedindo suppressão de tempo que falta para obter sua vitaliciedade. A commissão de instrucção publica.

Officio do secretario do governo de 1.^o do corrente remettendo copia do contracto celebrado entre o thezouro publico provincial e Antonio José Pereira Carneiro. A quem requireo.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. Sympson como relator da commissão de redacção obtem designação da presente hora para lèr e mandar a meza a redacção dos projectos n.^{os} 2, 5 e 23. Ficão sobre a meza para serem incluídos na ordem do dia.

O sr. deputado Mello lê o seguinte requerimento:

« Requeiro que se peça a camara municipal da cidade de Itacoatiara, por intermedio do exm. sr. vice-presidente da provincia, com a maxima

brevidade, as precisas informações a cerca do procedimento que, precedeo a licença concedida a Agostinho de Almeida Lopez Godinho, para abrir botica n'aquella cidade, e nella manipular remedios e se o referido individuo, nesse acto exhibio perante a mesma camara o respectivo titulo de habilitação.

Manãos, 4 de maio de 1875.—O deputado, Mello. »

E' approvedo.

Entra o sr. deputado Pinheiro.

O sr. Sympson, relator da commissão de fazenda, obtem designação da presente hora para ler os quatro pareceres seguintes:

« A commissão de fazenda para dar parecer sobre a petição do vigario geral e collado da parochia da capital padre dr. José Mancel dos Santos Pereira, em que sollicita verba para pagamento de gratificação votadas ao vigario geral não accumulando as funções de parochio, precisa que seja ouvida previamente a commissão de poderes, visto versar o requerimento sobre incompatibilidade do pagamento dessas gratificações ao vigario geral que serve de parochio, decretada pelo § 1.º do art. 7.º da lei n.º 278 de 29 de Maio de 1873.

Sala das commissões da assembléa do Amasonas, em 28 de Abril de 1875.—Thomaz Luiz Sympson, João José de Freitas Guimarães, Francisco de Paula Bello. »

« A commissão de fazenda, tomando em consideração o requerimento do secretario do governo dr. Theodoro Thaddeu d'Assumpção, em que, pede a assembléa que seja convertida

em augmento de sua gratificação a porcentagem a que tem direito pela arrecadação dos emolumentos da respectiva secretaria guardando-se uma justa proporção entre os vencimentos dos outros empegados, pois que actualmente são superiores aos seus os vencimentos do official-maior; é de parecer que com quanto o secretario do governo não tenha direito a augmento de vencimentos pelo orçamento provincial por ser empregado geral, pode-lhe ser elevada a gratificação que já percebe votada por esta assembléa que é de 600\$000 réis, assim pois no caso de ser este parecer approvedo a commissão de fazenda enviará a mesa uma emenda no sentido requerido.

Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amasonas, em 28 de Abril de 1875. — Thomaz Luiz Sympson, Francisco de Paula Bello, João José de Freitas Guimarães. »

« A commissão de fazenda é de parecer a vista das informações do thezouro provincial, que o collecter e escrivão da collectoria de Villa-Bella, não tem direito ao pagamento que requer, visto como a falta de provimento de um dos lugares de guarda d'aquella collectoria, não pode alterar as distribuições das porcentagens que lhes forão marcadas devendo reverter como reverteu em favor da fazenda a que competia ao guarda como muito bem decedio a extincta thezouraria de fazenda provincial.

Sala das commissões da assembléa legislativa do Amasonas, 28 de Abril de 1875. — Thomaz Luiz Sympson,

João José de Freitas Guimarães, Francisco de Paula Bello.»

« A commissão de fazenda examinando a petição de Antonio Symplício Valente de Menezes, professor publico do ensino primario de Villabella da Imperatriz, em que requer o pagamento do ordenado desde o dia 13 de Fevereiro do anno passado em que teve conhecimento de sua remoção para a cadeira da cidade de Itacoatiara, até 13 de Julho do dito anno em que tomou conta da dita cadeira, entende que não tem o supplicante direito ao que requer, por o empregado removido só ter direito ao ordenado do emprego depois que entra em exercicio das respectivas funções, não procedendo a razão de doença allegada pelo supplicante, por não serem os attestados que apresenta passados por profissionaes.

Sala das commissões da assembléa legislativa do Amasonas, 28 de Abril de 1875. — Thomaz Luiz Sympson, Francisco de Paula Bello, João José de Freitas Guimarães.»

Ficão sobre a meza para entrarem na ordem do dia.

Entra o sr. deputado padre Daniel.

O sr. Felinto, relator da commissão de poderes, pede designação de dia e hora para apresentar alguns pareceres; sendo designada a presente hora, lê e manda a meza os seguintes:

« Não tendo a maioria da commissão de poderes concordado com o parecer que apresentei com relação a petição do 2.º official archivista da secretaria do governo, Antonio Teixeira Ponce de Leão, por entender

que não tem elle direito ao que requer, desejando eu não afastar-me das razões, que alleguei em seu favor, por entender que são baseadas nos principios de justiça por isso que determinando o art. 1.º do regulamento n.º 19 de 31 de março de 1869 que a secretaria seja composta, além do secretario, d'um official maior, 3 primeiros officiaes chefes de secção, 3 segundos officiaes, 3 amanuenses, 1 segundo official archivista e 1 porteiro, o art. 9.º que os primeiros officiaes chefes de secção, serão substituidos, em suas faltas e impedimentos pelos segundos officiaes; e tendo o artigo 10, na distribuição que fez dos trabalhos pertencentes a cada secção collocado na 3.ª o archivo de que é encarregado o peticionario, sem dar-lhe destino algum, isto é, sem determinar a que secção devia pertencer, sou portanto de parecer que deve o segundo official archivista pertencer a 3.ª secção onde já se acha o archivo, e como tal com direito a substituir o respectivo chefe em suas faltas e impedimentos, visto ser elle empregado de classe e não se achar nas condições do porteiro e continuo que não tem direito a substituição.

N'este sentido pois tenho a honra de offerecer a consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amasonas, resolve:

Art. 1.º O 2.º official archivista da secretaria do governo, fica pertencendo a 3.ª secção, onde já se acha o archivo, e como tal com direito a substituir o respectivo chefe em suas faltas e impedimentos, sempre que a isso tiver direito por antiguidade.

Art. 2.º Quando este 2.º official se achar substituindo, no archivo pelo seo immediato, e na falta deste pelo mais moderno de qualquer outra secção que não estiver substituindo o respectivo chefe.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa do Amazonas em Manáos 3 de maio de 1875.—O deputado relator da commissão de poderes, Felinto Elyzio Fernandes de Moraes. »

« O 2.º official archivista da secretaria da preidencia, Antonio Teixeira Ponce de Leão, apresentou n'esta assembléa uma petição em que se queixa de preterições *que diz ter soffrido*, e pede á assembléa uma decisão que estabeleça regra para as substituições dos logares *daquelle* secretaria, e á commissão de poderes á quem foi presente a referida petição, estudando o seo objecto, chegou ao resultado de que as secretarias das presidencias, *embora consideradas repartições provinciales pelo § 7.º do art. 10 do acto addicional*, são do numero das estabelecidas por leis geraes, relativas á objectos sobre os quaes não podem as assembléas provinciales legislar competindo-lhes sómente a faculdade de fixar o numero, sem alterar a natureza e attribuições dos empregos.

Esta decisão se encontra em diversas consultas do conselho de estado, e com ella concorda a commissão de poderes que, deixando de apreciar as razões do peticionario, é de parecer que elle se dirija ao presidente da provincia á quem compete, não somente resolver qualquer duvida que

se suscite na interpretação das disposições do regulamento de sua secretaria, mas tambem apreciar as razões da queixa dos seus empregados que, como o peticionario, se julguem feridos em seus direitos; o que, se for observado pelo peticionario, teria sem duvida sido plenamente resolvido pelo actual administrador da provincia.

Sala das commissões, etc. 4 de maio de 1875.—Manuel Rodrigues Checks Nina, João C. Antony. »

« Discordando os meus collegas da commissão de poderes do parecer que apresentei com relação as propostas contidas nas petições juntas, assignadas, duas por Romualdo d'Oliveira Seixas e Leonardo Antonio Malcher, e uma por Raymundo João Carneiro & C.ª, pedindo aquelles o privilegio de vinte annos para vender agoa potavel a população desta capital, e estes igual privilegio e mais o emprestimo da quantia de cinco contos de réis pelos cofres da provincia, para o mesmo fim, e tratando as ditas petições ou propostas de objectos inteiramente identicos, entendo reunil-as e dar sobre ellas o meu parecer em separado, declarando que semelhantes propostas não devem ser acceitas por esta assembléa. já por ter desapparecido o motivo que deu lugar a taes propostas e já finalmente por serem inconstitucionaes.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 4 de maio de 1875.—O relator da commissão, Felinto Elyzio Fernandes de Moraes.

« A commissão de poderes, toman-

do na devida consideração o objecto de que tratão as petições de Romualdo de Oliveira Seixas e Leonardo Antonio Malcher, e de Raymundo João Carneiro & C.^a, que lhe forão presentes, e considerando que é urgente tomar-se uma medida no intuito de melhorar provisoriamente o serviço d'agua potavel, até que o estado financeiro da provincia permitta tomar-se outra permanente, é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A assembléa legislativa da provincia do Amazonas, decreta:

Art. 1.^o O governo da provincia, pela repartição competente, mandará estudar as vertentes d'agua potavel nas proximidades d'esta cidade.

Art. 2.^o Escolhida a que offereça mais abundancia, melhor qualidade, mais proximidade do centro populoso, mais commodidade para o transporte da agua, além de outras circunstancias que devão tambem ser attendidas, o mesmo governo mandará proceder ao plano, planta e orçamento das obras que devão ser feitas.

§ 1.^o O serviço será feito no lugar da nascente, em lugar fechado por muro ou cerca de modo á conservar em perfeito aceio; impedindo-se a entrada de qualquer animal, deverá ser calçado convenientemente; a agua do deposito será conduzida para fora do muro da frente por tubos apropriados em cujas extremidades externas se collocarão tórneiras, de modo que possam ser cheias as pipas que em caso algum poderão transpor o portão.

§ 2.^o O engenheiro nos trabalhos

que apresentar indicará o modo e o systema que se deva adoptar no serviço.

Art. 3.^o O governo da provincia, se julgar conveniente, contratará a execução do plano adoptado, com qualquer dos peticionarios ou com qualquer outro cidadão que se obri-gue competentemente pelas condições que o governo julgar acertadas no interesse da população e mais pelas seguintes:

§ 1.^o O empresario nenhuma quantia receberá dos cofres provinciaes ou municipaes pelas obras que tiver de fazer de accordo com o plano da repartição de obras publicas.

§ 2.^o As obras serão inspeccionadas pela referida repartição de obras publicas, que fará executar com exactidão o plano adoptado.

Art. 4.^o O contracto durará por dez annos, contados da data em que começar a funcionar o deposito ou caixa d'agua, e dentro do periodo de sua duração ninguém poderá vender agua potavel n'esta cidade que não seja a do referido deposito ou caixa d'agua sob pena da multa de 20\$, sujeita ao dobro na reincidencia, salvo se sugear-se á fazer obra igual nas mesmas condições porque houver sido feita a primeira.

Art. 5.^o O deposito ou caixa d'agua, será isento de qualquer direito ou imposto provincial e municipal durante o tempo do contracto.

Art. 6.^o Findo o prazo do contracto poderá ser elle innovado, com os melhoramentos que forem então aconselhados.

Art. 7.^o A execução das obras, bem como o cumprimento do contracto no

tempo de sua duração ficará á cargo da repartição de obras publicas.

Art. 8.º Na falta de particulares que se proponhão á execução d'este serviço, o governo mandará proceder as obras, attentas a sua urgente necessidade pela verba —Obras publicas— do orçamento provincial que ficará elevada com a quantia que for precisa.

§ 1.º O governo em qualquer dos casos dará regulamento para o serviço do deposito ou caixa d'agua, menos no que disser respeito ao pessoal se fôr contractado.

Art. 9.º Revogão-se todas as leis e quaesquer disposições em contrario.

S. R.—Sala das commissões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 4 de maio de 1875.—Manuel Rodrigues Checks Nina, João C. Antony. »

Ficão sobre a meza para entrarem na ordem do dia para a sessão seguinte.

O sr. deputado Nina declara que está autorizado a participar a esta assembléa que o sr. deputado Luiz Carneiro da Rocha não tem comparecido as suas sessões por motivos de molestia.

O sr. presidente manda que se mencione na acta esta participação.

2.ª Parte.—Entra em discussão o parecer da commissão de poderes, e é approvedo, sobre a representação do 1.º juiz de paz da freguezia de Andirá, e a requerimento verbal do sr. deputado Braule Pinto é dito parecer transcripto na acta, cujo é o seguinte:

« A commissão de poderes tendo lido attentamente a representação junta dirigida a esta assembléa pelo

1.º juiz de paz da freguezia de Andirá Manoel Joaquim Belem, é de parecer que semelhante representação não podê ser julgada objecto de deliberação, não só por tratar puramente de questões partidarias como por estar concebida em termos inconvenientes e desrespeitosos a esta assembléa, que tem incontestavel direito de ser acatada por qualquer particular quer nacional quer estrangeiro, e muito mais ainda por um funcionario publico como é o representante que, alem de tudo, não representa por si somente a população da freguezia. Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, em Manáos, 1.º de Maio de 1875.—Assignados: Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, Manoel Rodrigues Checks Nina, João Carlos Antony. »

Entra tambem em discussão o parecer da mesma commissão de poderes sobre a petição de Salomão Levy: orão os srs. Amorim, Nina, Freitas Guimarães, Antony e Felinto.

E' approvedo o seguinte requerimento do sr. Nina:

« Requeiro addiamento da discussão do parecer da commissão de poderes sobre concessão de rifa que se discute por vinte e quatro horas.—Checks Nina. »

Passa em terceira discussão o projecto n.º 7 com a seguinte emenda:

Depois da palavra—Rio-Branco—diga-se, e uma para o sexo feminino.—O deputado, José Paulino.—A redacção.

Cahe em terceira discussão o projecto n.º 4, tendo orado o sr. Freitas Guimarães, e sendo a votação nominal a vista de requerimento do sr. de-

putado Nina, reconheceo-se terem votado a favor do projecto os srs. Pereira Guimarães, padre Daniel, Mello, Felinto, José Paulino, Freitas Guimarães, e Damazo; e contra os srs. Amorim, Braule Pinto, Tapajoz, Leão, Antony, Nina, Pinheiro, Sympson e Bello.

Passão em primeira discussão os projectos n.º 10, 16 e 17; e cahio tambem em primeira discussão o de n.º 9.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte ordem do dia:

1.ª Parte.—Projectos, requerimentos, pareceres de commissões, e etc.

2.ª Parte.—Discussão das redacções dos projectos n.º 23 do anno passado, e 2 e 5 deste anno; discussão dos pareceres das commissões de fazenda e poderes apresentados hoje e do que ficou addiado a requerimento do sr. Nina; e terceira discussão do projecto n.º 20 do anno passado.

Para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 5 de Maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas da manhã presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Bello, José Paulino, Silva Pinheiro, Freitas Guimarães, Felinto, Sympson, Nina, Antony, Tapajoz, e padre Daniel; faltão com causa os srs. Castro, padre

Torquato, Damazo e Carneiro da Rocha; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE.

Requerimento do cidadão Francisco Antonio Monteiro Tapajoz pedindo a remissão da divida que tem para com a fazenda provincial. — A commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte. — O sr. deputado Silva Pinheiro, relator da commissão de camaras municipaes requer designação de dia e hora para apresentar um parecer da mesma commissão. O sr. presidente designa a primeira parte da ordem do dia da primeira sessão.

O sr. Nina, relator das commissões reunidas de poderes e fazenda, pede designação de dia e hora para apresentar o parecer sobre os papeis que forão submettidos a apreciação das mesmas relativamente á arrecadação de impostos provinciaes etc. O sr. presidente tambem designa a primeira parte da ordem do dia da primeira sessão.

2.ª Parte. — São approvadas as redacções dos projectos n.º 23 do anno passado, e 2 e 5 do corrente; e, os pareceres da commissão de fazenda concernentes as petições do professor do ensino primario Antonio Simplicio Valente de Menezes, do collector e do escrivão das rendas provinciaes de Villa-Bella da Imperatriz.

Entra em discussão o parecer da commissão de poderes relativamente a petição de Salomão G. Levy.

O sr. Amorim manda a mesa a seguinte emenda:

Emenda ao parecer: Depois das palavras é de parecer, diga-se que se adopte o seguinte projecto, eliminando-se o mais:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º Fica o presidente da provincia autorizado a conceder á Salomão G. Levy permissão para extrahir uma rifa, cuja sorte seja o predio de sua propriedade sito na cidade de Teffé nesta provincia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contaario.

Paço da assembléa etc., 5 de Maio de 1875. — O deputado, Henrique Barboza de Amorim.

Orão os srs. Bello, Felinto, Nina e Amorim. E' approvedo o parecer e regeitada a emenda.

Entra em discussão o parecer da commissão de fazenda sobre a petição do revd. padre dr. José Manoel dos Santos Pereira; o sr. deputado Amorim manda ao mesmo parecer a seguinte emenda:

Emenda ao parecer da commissão de fazenda sobre a pretensão do vigario geral padre José Manoel dos Santos Pereira, onde se lê — é de parecer — accrescente-se, que se inclua opportunamente na lei do orçamento a verba que por mal entendida incompatibilidade conforme o art. 7.º 1.º da lei n.º 278 de 27 de Maio de 1873 deixou de ser-lhe paga; elimine-se o resto. Assembléa provincial do Amazonas, 5 de Maio de 1875. — O deputado, Amorim.

E' approvedo o parecer com a emenda depois de terem orado os srs.

deputados Freitas Guimarães, Amorim, Nina e Sympson.

Entrão em discussão os pareceres da maioria e da minoria da commissão de poderes sobre a petição do 2.º official da secretaria do governo Antonio Teixeira Ponce de Leão; orão os srs. Nina, Amorim e Felinto; e, é approvedo o parecer da minoria e adoptado o projecto a elle annexo que toma o n.º 22 e tem a primeira leitura.

Estando esgotada a hora dos trabalhos o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte ordem do dia:

1.ª Parte.—Projectos, indicações, pareceres de commissões etc.

2.ª Parte. — Segunda leitura do projecto n.º 22; segunda discussão dos de n.ºs 16 e 17; terceira do de n.º 20 do anno passado e dos pareceres das commissões de poderes e de fazenda sobre as petições de Romualdo d'Oliveira Seixas, Leonardo Antonio Malcher, Raymundo João Carneiro & C.ª e do dr. Theodoro Thaddeu d'Assumpção.

E para constar se lavra esta acta. — *Clementino José Pereira Guimarães*, presidente. — *Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario. — *José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 7 de maio de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Nina, Antony, Mello, Freitas Guimarães, José Paulino, Silva Pinheiro, e Felinto; faltam com causa os srs.

Garneiro da Rocha, Castro e Costa, padre Torquato, padre Daniel, Sympson, Bello, e Damazo; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Requerimento de Claudio Correa da Costa, pedindo um pequeno auxilio para a conclusão da egreja da povoação de Badajoz. A comissão de obras publicas.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. deputado Antony pede urgencia na satisfação dos esclarecimentos que ha pedido.

O sr. presidente declara que vae-se officiar novamente a presidencia da provincia sobre o assumpto.

Os srs. deputados Silva Pinheiro e Nina, declararão que não apresentam os pareceres das comissões de que são relatores por não ter a secretaria desta assembléa acabado de passal-os a limpo.

O sr. deputado Amorim manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro que seja discutido na segunda parte da ordem do dia de hoje o parecer sobre a licença do padre Torquato.—O deputado Amorim.

2.^a Parte.—Tem segunda leitura o projecto n.º 22.

E' approvedo o parecer da comissão de poderes sobre a licença do sr. deputado padre Torquato depois de orarem os srs. Amorim, Felinto e Antony, e bem assim a seguinte emenda:

Emenda ao parecer em discussão. Depois das palavras do interior da

provincia, diga-se: com o respectivo subsidio.—O deputado Felinto.

Entra em segunda discussão o projecto n.º 16 (orçamento provincial). São descutidos e votados nos termos do regimento os artigos 1 a 5 e seus §§; tendo orado os srs. deputados Leão, Nina, Freitas Guimarães, Amorim, Antony e Braule Pinto.

Fica addiada a votação d'um § additivo, do sr. Nina ao art. 5.º sobre os estudantes Lauro Baptista Bittencourt, Leopoldino e Lourenço Mello, por ficar empatada.

Emendas e additivos approvados:

Emenda ao § 3.º do art. 3.º Depois da palavra, trabalhos, accrescente-se compra das collecções de leis do Imperio e decizões do governo, o mais como está.

No algarismo em vez de 3:000\$ leia-se 3:600\$000.—O deputado Miranda Leão.

Emenda ao § 3.º do art. 3.º Depois da palavra, trabalhos, diga-se: tachigraphia e despesas miudas 6:000\$. —O deputado Nina.

§ Additivo ao art. 3.º Com os actos religiosos no dia da abertura da assembléa 400\$000.—O deputado, Miranda Leão.

Emenda ao § 1.º do art. 5.º Depois da palavra professores, accrescente-se: na forma da tabella annexa a lei n.º 221 de 22 de maio de 1871.—O deputado, Antony.

Emenda ao § 2.º do art. 4.º Depois da palavra relatorios, diga-se: publicação do expediente e despesas miudas 6:200\$000. Elimine-se o § 3.º do mesmo art.—O deputado, Checks Nina.

Emenda ao § 3.º do art. 5.º Depois

da palavra ensino, diga-se: a vinte meninos desde já e a gratificação de 1:000\$000 ao reitor 10:000\$000.

Elimine-se os §§ 4 e 5.—O deputado Checks Nina.

Sub-emenda a emenda do sr. deputado Nina ao § 3.º do art. 5.º Depois da palavra reitor, diga-se: devendo o augmento proposto n'esta emenda ser destinado a gratificar professores nos ensinos adoptados no seminário, o mais como está. — O deputado, Braule Pinto.

Emenda rejeitada. Emenda ao § 9 do art. 5.º da lei do orçamento provincial. Em lugar de 1:200\$000, diga-se 800\$000.—O deputado, Freitas Guimarães.

Entra em discussão o art. 6.º e seus §§; vem a meza os seguintes substitutivos:

Substitutivo ao art. 6.º § unico. Com o custeio do estabelecimento durante o exercício, sem que possa ser augmentada esta verba, elevando o numero de educandos a 100 e de preferencia por contracto, 40:000\$000.—O deputado, Braule Pinto.

Substitutivo ao art. 6.º Se não passar o substitutivo do sr. deputado Braule Pinto. Art. 6.º Literalmente o que se acha votado na lei do orçamento de 1874 em vigor.—C. Nina.

Ficção com a palavra os srs. Nina, e Felinto.

Estando esgotada a hora dos trabalhos o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos e pareceres.

2.ª Parte.—Terceira discussão do projecto n.º 22; 1.ª do de n.º 20; 2.ª do de n.º 16 (continuação) e 17; 3.ª do de n.º 20 do anno passado; discussão dos pareceres da comissão de poderes sobre as petições de Romualdo de Oliveira Seixas, Leonardo Antonio Malcher, Raymundo João Carneiro & C.ª, e dr. Theodoro Thadeo d'Assumpção; e eleição de um membro para as commissões de instrucção publica e redacção em substituição do sr. deputado padre Torquato.

Para constar se lavrou esta acta—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 8 de maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Nina, Mello, padre Daniel, Freitas Guimarães, José Paulino, Silva Pinheiro, Sympson, Felinto e Antony; faltam com causa os srs. Carneiro da Rocha, Castro e Costa, padre Torquato, Damazo, e Bello; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da anterior.

EXPEDIENTE.

Officio do secretario do governo de 7 do corrente remettendo as informações requisitadas pelo sr. deputado Sympson. A quem requereo.

Requerimento de D. Thereza de Jesus Mendes Lyns Saraphico, propondo-se a instalar nesta cidade um internato para o sexo feminino. A' commissão de instrução publica.

Ordem do dia

1.ª Parte.—O sr. deputado padre Daniel, relator da commissão especial para refundir os projectos n.ºs 1 e 11, obtem designação da presente hora para ler o respectivo parecer, o que fez em acto successivo, lendo a d.º sr. Nina em separado:

« A commissão especial encarregada de refundir os projectos de n.ºs 1 e 11, sobre o auxilio da lavoura, tendo estudado a questão, é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º E' autorizado o governo da provincia á contrahir um emprestimo de duzentos contos de réis para ser distribuido exclusivamente aos agricultores da provincia, ou a individuos que nella queirão estabelecer-se no mesmo ramo de industria.

Art. 2.º Os duzentos contos de que trata o art. antecedente serão retirados do banco á medida que os pretendentes forem solicitando o emprestimo.

Art. 3.º A quantia que for emprestada a cada um pretendente não poderá exceder á vinte contos de réis, sujeito ao juro que tiver de ser pago pela provincia.

Art. 4.º O quantum de que trata o art. antecedente será applicado a fundação de fazendas de café, canna, cacaó, ou de outra cultura permanente.

Art. 5.º O emprestimo que a provincia fizer será pelo prazo de dez annos, começando a indemnisação proporcional do 6.º anno em diante.

Art. 6.º O pretendente será obrigado a prestar fiança idonea, á pagar o juro annualmente, e a iniciar a cultura no praso improrogavel de um anno, sob pena da multa de dez por cento, salvo caso de força maior competentemente provado.

Art. 7.º Se no prazo de dois annos o agricultor não tiver ainda applicado o emprestimo na forma do art. 4.º, será obrigado á indemnisação immediata da quantia recebida e á multa de vinte por cento.

Art. 8.º O governo mandará inspeccionar as fazendas para o fim de verificar a applicação do emprestimo e cumprir as disposições dos artigos 6.º e 7.º, correndo as despesas por conta dos proprietarios.

Art. 9.º Fica revogada a lei n.º 280 de 29 de maio de 1873, e todas as mais disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 8 de maio de 1875.—Padre Daniel P. M. d'Oliveira, Thomaz Luiz Sympon. »

« Retiro as minhas emendas. Sou de parecer que seja adoptado o projecto n.º 1, nas letras de sua redacção porque estudando o objecto e attendendo ao estado financeiro da provincia, reconheço que as emendas que apresentei são extemporaneas, e serão em tempo opportuno melhormente apresentadas por outro deputado.

Sala das commissões da assembléa provincial do Amazonas, 8 de maio

de 1875.—O membro da commissão, Manuel Rodrigues Checks Nina. »

Ficão sobre a mesa para entrar na ordem do dia.

O sr. Pinheiro, relator da commissão de camaras municipaes, lê e manda a meza o seguinte parecer e projecto que approva o código de posturas da camara da cidade de Tefé:

«A commissão de camaras a quem foi presente o código de posturas da camara municipal de Tefé tendo-o examinado attentamente e não achando disposições contrariás a constituição é de parecer que seja o mesmo approvado, por isso offerece a consideração da assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa da provincia do Amazonas, decreta:

Art. 1.º Fica approvado o código de posturas da camara municipal da cidade de Tefé.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das commissões 6 de Maio de 1875.—Os membros, João Carlos da Silva Pinheiro, José Coelho de Miranda Leão, João Carlos Antony.»

CODIGO DE POSTURAS DA CAMARA MUNICIPAL DE TEFÉ.

TITULO I

Aformoseamento e regularidade da Cidade e suburbios.

Art. 1.º Dentro dos limites da cidade, não se dará começo a qualquer edificio ou muro nem reconstrucção delles, sem previa licença da camara e alinhamento dado pelo fiscal ou aruador; e sempre que fôr possível

buscará o projectado edificio ou muro a altura do que lhe ficar annexo, de apparencia mais elegante, não tendo porem os edificios menos de cinco metros de altura na parede da frente sendo terreos, a mesma altura os sobradados a contar do travejamento ao selho, e nove metros os sobrados; devendo ter as portas nunca menos de tres metros de altura e as janellas dous metros e cincoenta centímetros sobre um metro e vinte e cinco centímetros de largura. O contraventor incorrerá na multa de 30\$, ou dez dias de prisão e o dobro na reincidencia, demolida a obra a sua custa.

§ 1.º Os proprietarios, apresentando o risco e desenho exterior da obra que desejam construir, deverão requerer á camara o alinhamento necessario afim de que, approvados pela camara taes desenhos, ella conceda o referido alinhamento.

§ 2.º A multa deste artigo se fará extensiva á aquelles que sem consentimento se afastarem do risco, desenho e alinhamento approvados pela camara.

Art. 2.º Dentro dos limites da cidade, os terrenos por edificar deverão ser amurados ou cercados por seus donos ou quem suas vezes fizer, dentro do prazo de seis mezes, sob pena de perderem o direito de propriedade sobre os mesmos terrenos se o houver, e não havendo, perderão igualmente o direito á licença que a camara tem concedido para sua edificacão.

Art. 3.º Fica prohibido d'ora em diante, nas ruas da Praia, Estrella, Santa Thereza, Bôa-Vista, Alegre, e travessas que lhes são correspondentes, e na praça Formosa, a edificacão

de casas cobertas de palha; sob pena de demolir-se a obra por conta de quem a fizer e sujeito a multa de 30\$, ou oito dias de prisão.

Art. 4.º É prohibido fazer escavações em todo o litoral da cidade, bem como tirar terra, barro ou areia nos terrenos e mais lugares publicos, sob pena de pagar o infractor a multa de 10\$, ou tres dias de prisão além de ser obrigado a tapar ditas escavações.

§ Unico. Permite-se porem, nos lugares que a camara designar, fazer desmcrnamentos de modo a nivellar os terrenos e mais lugares publicos, não causando isso prejuizo aos terrenos vizinhos, sob pena da multa do presente artigo.

Art. 5.º Tambem é prohibida a abertura de buracos nas ruas e praças para fincar páos, levantar andaimes ou outra qualquer obra sem previa licença da camara. O infractor será multado em 5\$000, ou dous dias de prisão.

§ Unico. Em cada extremidade dos andaimes, é o dono da obra obrigado a conservar durante a noite, dous lampeões acesos, sob pena da multa de 5\$000, ou dous dias de prisão.

Art. 6.º A camara mandará fazer em livro proprio o lançamento do nome das ruas e praças desta cidade, de conformidade com os já adoptados, bem como a numeração de todas as casas. Será multado em 5\$000, ou dous dias de prisão e o dobro na reincidencia, aquelle que alterar ou destruir de qualquer modo os nomes e numeros das ruas, praças e casas.

Art. 7.º As ruas que de novo se abrirem e as que ainda não tiverem edificação, deverão ter a largura de

16 metros de casa a casa, dando-se para as testadas ou passeios dous metros de cada lado e serão sempre em linha recta.

Art. 8.º Os que por meio de entulhos, escavações, ou quaesquer objectos obstruïrem as ruas, serão multados em 30\$, e o dobro na reincidencia, sendo obrigado a remover por sua conta os ditos objectos no prazo que lhe for marcado pelo fiscal.

Art. 9.º Os moradores das casas desta cidade, são obrigados a conservar sempre limpos os passeios das mesmas, e os possuidores de terrenos a terem limpa a sua frente. Aos contraventores a multa de 10\$, e o dobro na reincidencia, e neste caso o fiscal da camara mandará fazer a limpeza a custa do infractor.

Art. 10. A limpeza das praças, estradas e ruas ficará a cargo da camara, devendo o seo fiscal prover o que for necessario para este ramo de serviço publico, que deverá ser feito opportunamente dentro do anno.

TITULO II

Commodo e segurança publica.

Art. 11. Os proprietarios de casas, muros ou qualquer edificio que ameace ruina ou estejam desaprumados, serão compellidos pela camara para, dentro do praso que lhes for marcado, praticarem a demolição, sob pena da multa de 30\$, ou oito dias de prisão.

Art. 12. Qualquer mestre d'obras que edificar alguma parede ou muro de alvenaria ou de madeira, sem alicerces solidos, e depois de examinados por peritos, será multado em 30\$, e compellido a demolir a obra

defeituosa para a por nas condições necessarias, tudo á sua custa.

Art. 13. E' prohibido estabelecer-se fabricas de fogos artificiaes dentro da cidade. Os lugares para esse fim destinados são a occidente alem do perimetro da cidade. Aos contraventores a multa de 30\$, ou oito dias de prisão e o dobro na reincidencia.

Art. 14. Os possuidores de terrenos com plantações de qualquer natureza nas immedições e dentro da cidade, são obrigados a conserval-os cercados.

Art. 15. As pessoas alienadas ou affectadas de elephantiasis ou outras molestias contagiosas, quer sejam livres ou escravas, não poderão transitar pela cidade, e as que por falta de meios não poderem ser tratadas em suas casas, a camara as mandará recolher á algum lugar que para esse fim for designado. Serão considerados contraventores aquelles a quem pertença esses individuos, e multados em 30\$, ou oito dias de prisão e o dobro na reincidencia.

Art. 16. Todo aquelle que se intitular pagé ou que a pretexto de tirar feitiços se introduzir em qualquer casa, ou receber alguém para simular curas por meios supersticiosos e bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações e outros embustes, incorrerá na multa, assim como o dono da casa de 20\$, ou oito dias de prisão.

Art. 17. Os moradores, vizinhos de qualquer casa incendiada, que se não prestarem com seus servos, vazilhas com agua, ou não derem qualquer soccorro ao seo alcance, incorrerão na multa de 20\$, ou oito dias

de prisão, imposta ao chefe da familia.

§ Unico. Logo que se descobrir incendio deverão os moradores immediatamente illuminar as janellas de suas habitações, desde o lugar em que principiar o concurso do povo destinado a apagal-o, sob pena da multa de 5\$000, ou dois dias de prisão, imposta a cada chefe de familia.

Art. 18. Todo aquelle que, podendo, não prestar soccorro a qualquer pessoa ou embarcação que estiver em risco de se perder, incorrerá nas penas do paragrapho antecedente.

Art. 19. Não é permittido accenderem-se fogos do ar, ou roqueiras depois das nove horas da noite, sem licença da camara, que não poderá conceder a pessoa que não estiver no caso de indemnizar qualquer prejuizo occasionado, sob pena de ser multado o infractor em 20\$, ou oito dias de prisão.

§ Unico. Nas mesmas penas incorrerão os que accenderem de dia ou de noite, fogos do ar a porta da igreja matriz, devendo fazel-o somente nos lugares que para esse fim forem designados pela camara, afim de não causar incendio nos predios vizinhos.

Art. 20. E' prohibido apitar-se ou uzar dos signaes das patrulhas e rondas, excepto o caso de pedir soccorro. Aos contraventores a multa de 5\$000, ou dois dias de prisão.

Art. 21. As casas de commercio onde haja á venda bebidas espirituosas, e as do jogo licito, só poderão conservar-se abertas até as nove horas da noite. Aos contraventores a multa de 20\$000.

Art. 22. A pessoa que apagar a luz ou quebrar vidros dos lampeões da illuminação publica ou causar outro qualquer prejuizo, será multado em 10\$, ou tres dias de prisão, pertencendo ao denunciante metade do valor da multa.

Art. 23. Não é permittido soltar nas ruas da cidade os fogos de artificio denominados busca-pés e carrêtilha. Os contraventores incorrerão na multa de 30\$, ou oito dias de prisão.

Art. 24. E' prohibido assoalhar-se a roupa ás janellas, ruas e praças, bem como armar cordas para estendel-as nos mesmos lugares, e só poderá fazer-se nos lugares onde ellas se lavarem, ou nos que para esse fim forem designados pela camara. Os contraventores pagarão 5\$000 de multa ou dous dias de prisão, e o dobro na reincidencia.

Art. 25. Ninguem poderá disparar armas de fogo dentro da cidade e suburbios, bem como flechas. Ao contraventor a multa de 5\$000, sendo de dia, de 10\$ sendo de noite e o dobro na reincidencia.

Art. 26. Não é permittido fincar-se nas praias dos portos da cidade, moirões permanentes ou estacas para amarrar embarcações. Ao contraventor 5\$000 de multa e o dobro na reincidencia, além da perda da estaca ou moirão.

§ Unico. Nas mesmas penas incorrerão aquelles que entulharem os portos de transito commun, com lenha, madeira ou outro qualquer objecto, sem deixar campo sufficiente para o serviço de cargas e descargas.

Art. 27. Ninguem poderá pôr fo-

go a coivaras ou roçados, sem ter feito sufficiente aceiro, e de antemão avisado a seus vizinhos para tomarem medidas de cautella. O infractor incorrerá na multa de 5\$000, ou dois dias de prisão, além da satisfação do damno causado.

Art. 28. Todo aquelle que for encontrado nas roças ou qualquer outro sitio em que hajão plantações, ou seja a pretexto de ajuntar fructas ou para algum outro fim, sem previa licença de seus donos, incorrerá na multa de 20\$, ou oito dias de prisão.

TITULO III

Limpeza publica.

Art. 29. Fica prohibido todo o despejo de qualquer natureza que seja, nas ruas, praças, praias e mais lugares publicos desta cidade. Ao contraventor a multa de 20\$, e a remoção do despejo feita á sua custa, e sendo o contraventor famulo soffrerá tres dias de prisão e applicavel a multa á pessoa a cujo serviço se achar.

Art. 30. Os canos das casas só deverão despejar as aguas pluvias para as ruas e nunca immundicies de qualquer natureza. O morador do predio onde se der a infração deste artigo, soffrerá a multa de 20\$, e o dobro na reincidencia.

Art. 31. Ninguem consentirá de frente de sua morada, animal algum morto, ou qualquer objecto immundo que exhale máo cheiro. O morador sob pena da multa de 5\$000, dará parte a camara afim de que esta tome providencias no sentido da remoção ou enterramento do animal. Sabendo-se quem alli o lançou será es-

te multado em 10\$, e a despesa da remoção á sua custa, ou quatro dias de prisão se não pudér pagar a multa, o dobro destas multas nas reincidências.

Art. 32. A correnteza do rio no litoral da cidade é o lugar proprio para o despejo das materias fecaes, e só poderá ser feito o despejo das nove horas da noite em diante, até a madrugada, em vasos proprios para não exhalar máo cheiro. Os contraventores soffrerão a pena da multa de 5\$000, ou dois dias de prisão.

Art. 33. Os donos de terrenos alagados ou pantanosos em que existam immundicies, são obrigados, no prazo que a camara marcar a cercal-os e aterral-os para tornarem-se limpos e salubres. Aos contraventores a multa de 30\$, e o dobro na reincidencia, se no fim de oito dias depois de intimada a ordem se não derem começo aos beneficios dos mesmos terrenos.

Art. 34. Os moradores cujas casas fizerem fundos para o rio, serão obrigados a mandar limpal-os. O infractor incorrerá na multa de 5\$000, ou dois dias de prisão.

Art. 35. Ninguém poderá conservar agua ou qualquer liquido deteriorado, lixo ou immundices aglomeradas, nas casas de suas moradas, lojas, tabernas, officinas ou quaesquer outros estabelecimentos. Ao contraventor a multa de 30\$, ou oito dias de prisão, fazendo-se a remoção a sua custa.

Art. 36. Os entulhos provinientes de qualquer obra, edificação ou demolição, lançados juntos a mesma, serão tirados no prazo de tres dias,

contados d'aquelle em que ella terminar. Aos contraventores a multa de 30\$, e o dobro na reincidencia, e a remoção feita a sua custa.

Art. 37. Os moradores dos predios desta cidade são obrigados a conservar limpos os quintaes respectivos, sob pena de 10\$ de multa, e o dobro na reincidencia.

TITULO IV

Das casas de commercio e das licenças em geral.

Art. 38. Ninguém poderá abrir ou conservar aberta casa de commercio qualquer que seja, fabricas ou officinas e quaesquer outros estabelecimentos sujeitos a impostos geraes ou provinciaes sem previa licença da camara e pagamento da taxa respectiva, fixada na lei do orçamento municipal, a qual deverá ser satisfeita no mez de julho de cada anno e na occasião da abertura da casa de commercio, fabrica, etc. Aos contraventores a multa de 30\$, e o dobro na reincidencia.

§ Unico. Nas mesmas penas incorrerão os que em particular venderem generos sem previa licença da camara tirada nas epochas referidas no artigo antecedente.

Art. 39. As licenças para as canoas do commercio interno, ou de regatão, dentro do municipio, deverão ser tiradas pelos respectivos donos, mestres ou encarregados antes de emprehenderem a primeira viagem em cada exercicio; ao que não fizer, será apreendida a canoa com as mercadorias até que pague a multa de cem a duzentos mil réis, para a camara ou suas agencias nas fregue-

cias, ou outros quaesquer lugares onde as houver; ficando além disso sujeito ao pagamento dos competentes direitos do alvará de licença que deverá immediatamente solicitar.

§ Unico. A falta do pagamento da multa deste artigo, será punido com cinco á trinta dias de prisão, obrigando o dono ou mestre da embarcação ao pagamento dos referidos direitos.

Art. 40. Deverão ser aferidas pelos padrões da camara todos os pesos e medidas de que se servirem os commerciantes para a venda de suas mercadorias ou generos. Aos contraventores a multa de 10\$, se feita a aferição estiverem exactas com os padrões, e de 20\$, ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidencia, se não estiverem conforme.

Art. 41. Todos os annos nos mezes de julho e agosto se farão na camara as aferições pelo respectivo empregado que para esse fim annunciara por edital o dia em que deve principiar esse trabalho, que será feito das nove horas da manhã até as tres da tarde, em dias uteis. Os contraventores pagarão 10\$ de multa ou tres dias de prisão.

§ 1.º Sob pretexto algum poderá o aferidor recusar-se a aferir os pesos e medidas que lhe forem apresentadas, podendo as pessoas que se julgarem prejudicadas apresentar suas reclamações ao fiscal para trazel-as ao conhecimento da camara e esta dar as providencias que julgar convenientes.

§ 2.º O aferidor pagará a multa de 10\$ a 30\$, quando se provar, sem motivo justificado, sua negligencia no cumprimento de seus deveres.

Art. 42. Aos fiscaes no exercicio

de suas funcções serão facultadas as licenças quando as exigirem, salvo se houver motivo justo para negal-as, caso em que as apresentarão dentro de vinte e quatro horas depois da intimação. Aos infractores a multa de 30\$ e o dobro na reincidencia.

Art. 43. Qualquer que seja a obra de ouro ou prata exposta a venda terá uma marca especial indicativa do vendedor E outra do quilate do ouro, ou do dinheiro da prata. Exceptua-se desta segunda marca a obra que não fôr fabricada no municipio. No acto de requerer-se a licença o vendedor fará conhecer a camara a marca de que faz uzo. Aos contraventores a multa de 30\$ e o dobro nas reincidencias.

Art. 44. Toda a pessoa que fôr encontrada fazendo ou commettendo negocio fraudulento, vendendo objectos falsos por verdadeiros será multada em 30\$ e soffrerá oito dias de prisão, lavrando-se o respectivo auto de infracção para ser enviado a autoridade competente.

Art. 45. O pão exposto a venda terá o pezo fixo de cincoenta e oito grammas, cento e deseseis, duzentos e trinta e dous, trescentos quarenta e oito ditas. Não tendo qualquer dos pesos marcados, o vendedor deveráprehendel-o com sufficiente contrapezo. Os contraventores soffrerão a multa de 10\$ e o dobro nas reincidencias.

§ Unico. A agua e farinha empregada no fabrico do pão exposto a venda será pura e de bôa qualidade. Aos contraventores a multa de 10\$, e o dobro nas reincidencias.

Art. 46. As pessoas que venderem bebidas espirituosas á quem já esti-

ver embriagado incorrerá na multa de 5\$000 cada vez que o fizer.

Art. 47. O vasilhame empregado na venda de liquidos e comidas alimenticias deverá andar sempre limpo e não será de metal cujo oxido seja nocivo. Aos contraventores a multa de 5\$000, por infracção.

§ Unico. Na mesma pena incorrerão os que misturarem ingredientes nocivos as comidas ou liquidos para venderem. Aos contraventores a multa de 10\$000.

Art. 48. Compete ao fiscal a obrigação de semanalmente fiscalisar os estabelecimentos commerciaes de molhados, não só relativamente a qualidade dos generos alimenticios como das balanças e pezos. Aquelles generos cuja ruina esteja conhecida ou se tornem prejudiciaes a salubridade publica, serão pelo mesmo fiscal mandados lançar ao rio, pagando o infractor a multa de 20\$, e as despesas que se fizerem.

§ Unico. O mesmo fiscal, quando entender conveniente, requererá á camara para que os generos arruinados sejam vistoriados por pessoa que ella designar como competente lavrando-se nestes casos o respectivo termo de vistoria e consumo se o houver.

Art. 49. E' prohibido estender-se ou assoalhar nos passeios das casas generos de qualquer qualidade. O contraventor incorrerá na multa de 15\$ por infracção e obrigado a tiral-os d'ahi, sob pena de ser isso feito a sua custa.

TITULO V

Disturbios e offensas á moral publica.

Art. 50. Todo aquelle que insul-

tar com palavras ou acções a qualquer pessoa será multado em 20\$, ou quatro dias de prisão.

Art. 51. E' prohibido dar gritos, fazer alaridos, voserias, assuadas e correrias nas ruas, praças e mais lugares publicos, sem ser para pedir soccorro ou captura de algum criminoso. O infractor, sendo de dia, pagará 5\$000 de multa ou soffrerá vinte e quatro horas de prisão; sendo de noite o dobro destas penas.

Art. 52. Será multado em 5\$000, ou dous dias de prisão a pessoa que andar embriagada pelas ruas, sendo a prisão applicada em dobro á aquelle que não tiver meios de pagar a pecuniaria.

Art. 53. Todo aquelle que fôr encontrado escrevendo ou fazendo disticos, figuras indecentes ou collocando pasquins e escriptos immoraes em qualquer edificio ou lugar será multado em 30\$, ou oito dias de prisão.

Art. 54. E' prohibido andar seminú ou indecentemente vestido pelas ruas, praças e mais lugares publicos da cidade, tomar banho nù e lavar roupa fóra dos lugares para isso marcados por edital pela camara. Pena de 10\$ de multa, ou dez dias de prisão.

§ Unico. As pessoas, que andarem trabalhando poderão trazer o corpo descoberto da cintura para cima.

Art. 55. Nas ruas, praças e mais lugares publicos é prohibido trazer á cintura faca ou canivete de ponta á aquellas pessoas a quem ainda mesmo compitão esses instrumentos em razão de seus officios, sob pena de multa de 5\$000, ou dous dias de prisão.

Art. 56. Ficão prohibidas as as-

suadas e mais actos praticados no Sabbado d'Alleluia contra as figuras denominadas—Judas—e assim tambem os mesmos Judas. Aos contraventores a multa de 10\$, ou quatro dias de prisão.

§ Unico. O fiscal será obrigado a retirar, e destruir taes figuras á custa da camara antes das seis horas da manhã.

TITULO IV

Jogos prohibidos e escravos.

Art. 57. São prohibidos os jogos de parada de qualquer denominação, e as rifas, embora effectuadas como loterias; e somente permittidos os jogos de vasa bilhar e tabolas. Aos contraventores que são os que em suas casas os admittirem, a multa de 30\$, alem das penas do art. 181 do codigo criminal e mais disposições a respeito.

Art. 58. As pessoas que forem encontradas em algum lugar publico, que não fôr o destinado para o jogo licito, á jogar qualquer especie de jogo prohibido serão multadas em 25\$, ou oito dias de prisão e o dobro nas reincidencias. Se fôr escravo soffrerá dous dias de prisão, se o seu senhor não pagar logo a multa.

§ Unico. Aquelles que permittirem essas pessoas em alguma taberna ou outro qualquer estabelecimento não destinado para jogo licito, incorrerão na multa de 25\$ ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidencia.

Art. 59. Não é permittido o transito de escravos pelas ruas além das nove horas da noite sem autorisação por escripta de seus senhores. Os infractores serão presos até o dia se-

guinte, dependendo a sua soltura da multa de 1\$000, ficando retido por mais vinte e quatro horas se a multa não fôr satisfeita.

Art. 60. Os donos de qualquer estabelecimento commercial não permittirão a reunião de escravos ou de quaesquer outras pessoas que possam causar disturbios em seus estabelecimentos, especialmente se estiverem entretidos em jogos ou em bebidas espirituosas. Os que assim consentirem serão multados em 20\$, e o dobro nas reincidencias.

Art. 61. E' prohibido andar-se pelas ruas e lugares publicos á jogar entrudo ou lançar alguma cousa sobre os transeuntes. Pena de 10\$ de multa ou tres dias de prisão.

§ 1.º Permite-se as mascaradas e danças carnavalescas, de modo que não se offenda a moral e tranquillidade publica e não contenhão allusão as autoridades ou a religião.

§ 2.º Pelas ruas, praças e mais lugares publicos da cidade não transitarão pessoas mascaradas depois do toque de Ave-Maria, salvo as que tiverem para isso licença da autoridade policial. Os infractores incorrerão na multa de 5\$000, ou dous dias de prisão.

TITULO VII

Dos animaes damninhos etc.

Art. 62. Ninguem poderá ter animaes bravios, ferozes ou que causem danos aos habitantes, se não presos e bem seguros, sob pena de incorrer o dono na multa de 20\$ ou oito dias de prisão, e de ser morto o animal que fôr encontrado a divagar.

§ Unico. Os cães que andarem pe-

las ruas, sem colêra ao pêscoco, onde se leia o nome do dono, serão apprehendidos para se lhes dar destino.

Art. 63. É prohibido ter-se gado de qualquer especie amarrado nas ruas, praças e mais lugares publicos; assim como porcos soltos pelas ruas e outros quaesquer animaes damninhos, sob pena de 10\$ de multa ou quatro dias de prisão.

Art. 64. A pessoa que tiver porcos, cujos chiqueiros exhalarem máo cheiro por falta de limpeza, incorrerá na multa do artigo antecedente; e os animaes desta especie que forem encontrados pelas ruas serão apprehendidos para serem entregues a seus donos, depois de pagarem a multa respectiva.

§ Unico. Se depois de tres dias, ninguem os reclamar, serão vendidos, e o producto, deduzidas todas as despesas e a multa, será arrecadado no cofre da camara, para ser entregue a quem pertencer, depois de provada a propriedade perante á autoridade competente e por esta ordenada a entrega.

Art. 65. Em terras agricultadas ninguem poderá soltar animaes que possam causar damno ás plantas cultivadas.

Aos contraventores a multa de 5\$000 por animal alem da indemnisação do damno causado. Os moradores das terras invadidas farão delles apprehensão e os remetterão acompanhados de um termo de infracção, assignado por duas testemunhas de vista, ao fiscal competente para proceder de conformidade com o artigo antecedente.

TITULO VIII

Salubridade publica.

Art. 66. São obrigados a vaccina depois de tres mezes de nascidas as creanças e em qualquer tempo as pessoas que ainda não tiverem sido vaccinadas, depois de avisadas pelos editaes que se publicarem sob pena da multa de 10\$ e o dobro nas reincidencias aos pais, tutores ou educadores d'aquellas, e 20\$ a estas.

§ Unico. Os vaccinados deverão comparecer no lugar onde se fizer a vaccina, ao oitavo dia depois de serem operadas, para ser verificada a vaccina, sob pena de incorrerem os infractores nas penas do artigo antecedente.

Art. 67. Não se poderá matar ou esquartejar rez alguma para consumo publico ou particular, senão no lugar que fôr designado pela camara. O infractor incorrerá na multa de 20\$ ou oito dias de prisão.

Art. 68. A carne verde não poderá ser vendida senão publicamente, afim de que se possa fiscalisar a limpeza e salubridade do lugar e da carne e a fidelidade do pezo: e aquelle que vender particularmente ou sem conhecimento do fiscal no mesmo dia de matança será multado em 20\$, ou oito dias de prisão.

§ Unico. Em igual pena incorrerá aquelle que matar, para consumo, rezes doentes: a camara nomeará pessoa idonea para examinar a carne antes de ser entregue ao dono, afim de que a corrupta seja inutilisada.

Art. 69. As pessoas que soffrerem molestias cutaneas ou contagiosas não podem vender carne ou outro qual-

quer comestível. Os contraventores pagarão de multa 10\$ e o dobro na reincidência.

Art. 70. As carnes e mais objectos de comestiveis para consumo, os quaes exalem máo cheiro ou seu aspecto indique corrupção serão lançados ao rio ou enterrados, e seus donos multados em 10\$ e o dobro na reincidência.

Art. 71. E' prohibido lançar ou bater timbó ou outras hervas venenozas nos rios, igarapés, lagos ou riachos para o fim de matar peixe. O contraventor soffrerá a pena de 20\$ de multa ou oito dias de prisão.

Art. 72. Igualmente não é permitido fumar liamba e expol-a a venda para tal fim. Os contraventores no primeiro caso pagarão 10\$ de multa, e no segundo 20\$ por infracção.

TITULO IX

Cemiterios e enterramentos.

Art. 73. Os cadaveres conduzidos a sepultura deverão ir encerrados em caixões de modo a não exhalarem o menor cheiro. Os armadores a quem incumbe o enterramento ou as pessoas pertencentes ao finado pagarão 20\$ de multa e o dobro na reincidência se commetterem a infracção.

Art. 74. Os terrenos ao sul dos cemiterios são lugares proprios para enterramento de animaes. Os contraventores pagarão 10\$ de multa por infracção.

TITULO X

Disposições geraes.

Art. 75. O fiscal da camara alem do rigoroso dever que tem de vigiar pelo cumprimento do disposto nas

presentes posturas, procederá mensalmente á uma correcção geral, que annunciará por editaes com antecedencia de oito dias, incorrendo pela infracção deste artigo nas penas decretadas no art. 86 da lei de 1.º de Outubro de 1828.

Art. 76. Nenhum facultativo, boticario, ou sangrador poderá curar ou exercer a sua arte sem ter apresentado os seus titulos a camara municipal, em cuja secretaria ficarão registrados. O contraventor incorrerá na multa de 20\$ ou oito dias de prisão.

Art. 78. Ninguem poderá expor expectaculos publicos sem previa licença da camara, sob pena de incorrer na multa de 10\$ ou quatro dias de prisão alem do pagamento do direito da licença não tirada.

Art. 79. Os estabelecimentos commerciaes se conservarão fechados todos os domingos e dias Santos de guarda, e na Semana Santa desde quinta-feira maior até sabbado d'Alleluia: exceptuão-se as casas que venderem generos de primeira necessidade que poderão conservar uma porta somente aberta até ao meio dia, menos n'aquelles dias da Semana Santa. Aos infractores a multa de 30\$ ou oito dias de prisão, dobrando-se nas reincidencias.

Art. 80. Não poderá pessoa alguma matar tartarugas nas ruas e praças, sob pena de 5\$000 de multa ou dous dias de prisão.

Art. 81. As tapagens nos lagos e igarapés do municipio para lançar peixe-boi ou tartarugas, bem como as batições usadas para frechar estas, são prohibidas. Ao infractor a multa de 30\$, ou oito dias de prisão alem

peixe-boi ou tartarugas, bem como as batições usadas para frechar estas, são prohibidas. Ao infractor a multa de 30\$, ou oito dias de prisão alem da obrigação de demolir as tapagens.

Art. 82. Toda a pessoa que fôr ao fabrico de peixe secco, ou de salmoura, e entrar para os lagos, ou rios antes do principio do mez de agosto, ou ou delles sahir depois do fim de outubro de cada anno, ou pescar por qualquer meio que seja em lugares pela camara prohibidos, o que ella fará constar por editaes com antecedencia publicados, incorrerá na multa do art. 2.º da lei n.º 228 de 6 de Maio de 1872.

Art. 83. Ninguem poderá ir ao fabrico da manteiga de ovos de tartaruga nas praias do municipio senão no tempo marcado pela camara, devendo esta fazel-o constar por editaes. O infractor incorrerá na multa de 20\$ ou oito dias de prisão.

Art. 84. E' prohibido frechar tartarugas perto das praias nos dous mezes anteriores ao tempo da desovação, e fabrico de manteiga. O infractor ficará sujeito as penas do art. antecedente.

Art. 85. Ninguem poderá virar tartarugas nas praias onde desovão; nem nas mesmas apanhar tartaruguinhas. O infractor em qualquer dos casos incorrerá nas penas do artigo 83.

§ Unico. A camara nomeará comandantes de praias, aos quaes dará as mais energicas instrucções, afim de que sejam devidamente observadas as disposições do presente artigo e do antecedente.

Art. 86. Nenhum lavrador ou com-

merciante poderá vender, quer para o consumo dentro do municipio, ou para fora d'elle, a farinha, arroz, feijão e milho cujos paneiros não contiverem a medida de quarenta litros exactos, ou as dos multiplos e sub-multiplos desta, o que o comprador verificará na occasião da venda, competindo aos fiscaes a faculdade de examinar a exatidão da medida de qualquer destes generos, que tiverem de ser vendidos ou exportados para fora do municipio antes do embarque delles; verificada a infracção em qualquer destes casos, será ella punida com a multa de 30\$, ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidencia.

Art. 87. E' expresamente prohibido o derrubamento de arvores de seringa e ninguem poderá fazer roçados nas proximidades dos seringaes, e n'elles atacar fogo, sob pena de 20\$ de multa, ou oito dias de prisão, por cada arvore cortada ou queimada.

§ Unico. Nas mesmas penas incorrerão os que nos seringaes trabalharem pelo systema de arrocho, sendo a multa pecuniaria applicavel por cada arvore de seringa que for arrochada.

Art. 88. E' igualmente prohibido o derrubamento da arvore denominada «Jandirobeira» salvo se for para lavoura.

Art. 89. Tudo quanto for prejudicial a saude publica será apreendido para ser inutilizado. A autoridade dos fiscaes ou seus subordinados em caso de flagrante infracção de posturas é cummulativa em todo o municipio e são responsaveis pelo exacto cumprimento das posturas.

Art. 90. Os que se neguem a prestar auxilio aos fiscaes, sem causa justificavel ficarão sujeitos a multa de 5\$000, ou tres dias de prisão.

Art. 91. Se a contravenção tiver lugar no interior da casa do cidadão, o fiscal fará denuncia por escripto ao procurador, o qual remetterá a autoridade competente para proceder como for de justiça.

Art. 92. Quando o multado na contravenção quizer pagar a multa, se esta não for de prisão, para que o processo não siga nos termos, apresentará um recibo da importancia, passado pelo procurador da camara, e rubricado pelo presidente ou quem suas vezes fizer, para juntar-se ao processo.

Art. 93. Nos casos não especificados neste codigo, quando o contravenção for escravo, pagará seu senhor a multa.

Art. 94. Os empregados a quem incumbe a execução do presente codigo requisitarão das autoridades civis ou militares todo o auxilio que lhes for mister para o bom desempenho de suas obrigações.

Art. 95. As posturas municipaes para as quaes não se tiver marcado prazo determinado, principiarão a ter effeito quinze dias depois de publicadas por edital.

Paço da camara municipal da cidade de Teffe, 4 de maio de 1874.— Bernardo Joaquim Batalha, presidente; Marcos José d'Oliveira; Manuel José do Patrocínio; Pedro Ferreira Mendes; Francisco d'Almeida de Rozo Lobo; Bento José Ribeiro Crysotomo, secretario.» Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Nina lê e manda a meza os seguintes pareceres acompanhados de projectos das commissões reunidas de fazenda e poderes:

« Não tendo acordado com a maioria dos nossos illustres collegas das commissões reunidas de fazenda e poderes, em relação as medidas por elles adoptadas, para evitar o contrabando dos generos exportados sujeitos a direitos provinciaes, não só porque taes medidas nos parecem vexatorias ao commercio, como enexequiveis no estado precario dos cofres da provincia, somos de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, decreta:

Art. 1.º O presidente da provincia, é autorizado a crear nas localidades de Obidos e Pará, agentes fiscaes os quaes perceberão alem da porcentagem dos direitos dos generos que arrecadarem, uma gratificação que não excederá de um conto e duzentos mil réis annuaes.

Art. 2.º Aquelles agentes terão por fim arrecadarem e garantirem dos abuzos e defraudações os direitos que competem a provincia sobre os generos de sua produção que forem embarcados ou de quaesquer modo conduzidos para fora d'ella.

Art. 3.º Nos regulamentos que se expedir, se adoptarão, entre outras as seguintes disposições:

§ 1.º As embarcações que conduzirem generos sujeitos a direitos sem os ter pago se lhes imporá a multa de cinco contos de réis, e não poderão mais carregar nos portos da provincia, sem que primeiro tenham pago ou depositado aquella multa, sob pena

de ser a mesma embarcação apprehendida, em qualquer ponto em que for encontrada.

§ 2.º Os generos apprehendidos reverterão em beneficio do apprehensor, deduzindo-se apenas os direitos que competir a fazenda provincial.

§ 3.º Os agentes fiscaes logo que encontrem generos sem terem pago os respectivos direitos os apprehenderão e os recolherão a algum trapiche ou armazem alfandegado, onde os houver, ou a qualquer outro estabelecimento, ou casa particular acreditada; e ali lavrarão por seo proprio punho ou de outra pessoa de sua ordem em presença de duas testemunhas pelo menos o termo da apprehensão que será assignado pelo apprehensor, ou por aquelle que o tiver escripturado, o depositario e as testemunhas.

§ 4.º Lavrado o termo extrahir-se-ha uma copia a qual com os demais documentos que tiver, e bem assim as petições offerecidas pelos interessados, remetterá ao inspector da thezouro provincial, para que elle julgue se ella é ou não procedente. Essa remessa effectuar-se-ha dentro de 10 dias o mais tardar, e a decisão do thezouro será dada no prazo improrogavel de 6 dias.

§ 5.º As autoridades policiaes e bem assim quaesquer pessoa particular, poderão apprehender dentro dos limites da provincia os generos que lhes constar, não terem pago os direitos, observadas inteiramente as disposições dos §§ 3.º e 4.º deste artigo, as quaes gozarão igualmente dos beneficios de que trata o § 2.º

§ 6.º Julgada procedente pela jun-

ta do thezouro a apprehensão, o inspector o communicará aos agentes fiscaes ou a pessoa que fez a apprehensão, ordenando a aquelles que tomem conta dos generos, ou de seo producto, uma vez pagos os respectivos direitos e a esta para que faça recolher os generos a estação fiscal mas proxima, a qual providenciará para ser os generos vendidos em hasta publica para pagamento dos direitos sendo o restante entregue ao apprehensor, se este não preferir pagar taes direitos tomando conta dos referidos generos para dispôr como sua propriedade que fica sendo.

§ 7.º Das decisões da junta haverá recurso para o presidente da provincia dentro do prazo de 10 dias, contados da data em que for proferida a sua decisão que será publicada pela imprensa.

Art. 4.º Ficão creadas mais quatro lugares de guardas na recebedoria da capital, dois na collectoria de Serpa, e um na de Villa Bella, com os mesmos vencimentos que actualmente percebem.

Art. 5.º Os vapores ou outras quaesquer embarcações que demandarem os portos da provincia com intenção ou sem ella, de carregar, receberá em qualquer dos pontos a que se refere o art. anterior, um guarda, ao qual cumpre fiscalisar em todos os pontos em que tocar o vapor a carga que elle receber sujeita a direitos.

Art. 6.º Quando haja desconfiança de que não há exatidão no peso o guarda intimará ao commandante para ser ella pesada, e quando não haja a bordo meios de fazer essa verifica-

ção, terá ella lugar na primeira estação fiscal em que tocar o vapor.

Art. 7.º Verificada a existencia de maior peso, será o genero apprehendido de conformidade com o que dispõe os §§ 3.º e 4.º do art. 3.º desta lei, revertendo em beneficio do guarda o producto dos generos apprehendidos deduzindo-se apenas os direitos que competir a fazenda provincial.

Art. 8.º Nenhum genero será recebido a bordo, sem que o seu dono ou consignatario entregue ao guarda um conhecimento em que conste a qualidade, peso ou medida, sendo igualmente visadas por elle as de mais vias que ficarem em poder do commandante.

Art. 9.º O commandante que receber generos sem esta formalidade, fica sujeito a multa de quinhentos mil réis.

Art. 10. Na estação em que tiver de serem pagos os direitos dos generos, será o guarda obrigado a apresentar logo que chegue todos os conhecimentos da carga embarcada, a fim de serem conferidos com o manifesto, sob pena de suspensão por 30 dias e demissão na reincidencia.

Sala das sessões das commissões reunidas de fazenda e poderes, no paço d'assembléa provincial do Amazonas, em 8 de maio de 1875.—S. R. Os deputados, João José de Freitas Guimarães, Felinto Elyzio Fernandes de Moraes. »

« As commissões reunidas de fazenda e de poderes forão presentes o projecto n.º 3 que estabelece regras para a conferencia dos generos sujeitos a impostos e exportados d'es-

ta provincia para a do Pará; e bem assim o officio do secretario da presidencia, enviando por copia para ser presente á esta assembléa a correspondencia trocada entre os governos das duas provincias sobre a arrecadação dos impostos dos mesmos generos.

As commissões reunidas tomando na devida consideração objecto de tanta transcendencia, e reconhecendo a necessidade de tomar-se uma medida urgente que dificulte o contrabando que é feito na provincia com detrimento das rendas provinciaes, como assevera o preambulo d'aquelle projecto, e obste que sejam exportados os generos sujeitos á impostos sem que sejam acompanhados da competente guia, o que não se poderá conseguir sem a adopção de medidas severas e sem excepção, em sua maioria é de parecer que seja adoptado o projecto de lei que tem a honra de offerecer á consideração d'esta assembléa. E, como depende a proficuidade de sua execução da intervenção da capitania do porto e de outras autoridades da provincia do Pará para quem esta assembléa não pode legislar, indicão que se solicite do governo geral a expedição das necessarias ordens para a execução da lei no que entender com repartições geraes e provinciaes d'aquella provincia.—Projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º Fica creada uma meza de rendas na ponta do Irajá junto ao lugar denominado Lages, no municipio de Villa Bella da Imperatriz, n'esta provincia.

Art. 2.º O pessoal da repartição constará dos seguintes empregados, cujos vencimentos serão regulados pela tabella annexa ao presente projecto de lei: 1 administrador, 1 escrivão, 1 porteiro, 6 guardas, 2 patrões para os escaleres e 10 marinheiros.

§ 1.º O governo da provincia dará casas para a repartição, para alojamento dos empregados e para quartel das guarnições das embarcações ao serviço da mesma.

Art. 3.º A repartição terá ao seu serviço dous depositos fluctuantes apropriados com capacidade sufficiente, cobertura ou toldo para o acondicionamento dos generos que houverem de ser baldeados nas conferencias; dous escaleres e as boias que forem necessarias para amarrações.

Art. 4.º Qualquer embarcação á vapor ou á vella empregada no commercio que tenha de sair d'esta provincia em demanda dos portos da do Pará, será obrigada a tocar no da meza de rendas do Irajá afim de ali manifestar a carga que conduzir para ser conferida por meio de baldeação.

§ Unico. Os commandantes prestarão a tripulação da embarcação para este serviço, que do contrario será feito por conta dos proprietarios das embarcações, pela meza de rendas.

Art. 5.º Os despachos dos generos poderão ser feitos nos portos fiscaes que mais commodos forem ao commercio, para o que fica revogado o art. 8.º da lei n.º 167 de 24 de outubro de 1866, o que não isenta as embarcações da conferencia por baldeação na meza de rendas do Irajá, onde então deverão ser pagos os direi-

tos dos generos que ainda não houverem sido despachados.

Art. 6.º Qualquer embarcação á vapor ou á vella, empregada no commercio, que saia d'esta provincia para a do Pará, será obrigada á apresentar carta de guia passada pelo administrador da meza de rendas do Irajá; as que demandarem o porto da capital á respectiva capitania, e as que se dirigirem para os portos do interior á autoridade policial mais graduada do lugar.

Art. 7.º As autoridades de que trata o art. antecedente por intermedio do respectivo presidente da provincia do Pará, communicarão ao d'esta, mensalmente, quaes as embarcações que houverem chegado aos differentes portos d'aquella provincia, procedentes dos d'esta, sem a referida carta de guia.

Art. 8.º As embarcações que não apresentarem a carta de guia de que trata o art. 6.º será imposta a multa de 20:000\$, alem das penas do contrabando.

§ Unico. Para execução d'este artigo serão responsaveis os proprietarios das embarcações.

Art. 9.º Fica extincta a collectoria de Villa Bella da Imperatriz com a execução da presente lei.

Art. 10. O governo da provincia dará promptas providencias para a execução da presente lei, solicitando dos poderes competentes as necessarias ordens para as medidas consignadas nos arts. 6.º e 7.º

Art. 11. Em quanto não tiver execução a presente lei, o governo tomará as providencias seguintes para a arrecadação das rendas:

§ Unico. O agente fiscal de qualquer localidade da provincia que despachar generos sujeitos á direitos provinciaes sem os fazer acompanhar das competentes guias, e os commandantes ou encarregados das embarcações que os conduzirem sem aquellas formalidades, incorrerão na multa do tres dobro da importancia dos impostos dos mesmos generos, imposta pelo thezouro provincial.

Art. 12. As despesas que houverem de ser feitas para a execução da presente lei, correrão pela verba—Obras publicas—do orçamento provincial, que ficará augmentada com a quantia necessaria.

Art. 13. Revogão-se as disposições em contrario.

S. R.—Sala das commissões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 8 de maio de 1875.—Manuel R. Checks Nina, relate Thomaz Luiz Sympson, dr. João Carlos Antony, Francisco de Paula Bello.

TABELLA A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.^o
D'ESTE PROJECTO.

PESSOAL	Ordenado	Gratificação.	Porte e diu- do em 22 quotas.
1 Administrador	2:000\$000	1:600\$000	5
1 Escrivão	1:600\$000	800\$000	3
1 Porteiro	1:000\$000	600\$000	2
6 Guardas, a cada um 800\$ de ord. e 400\$ de gratificação	4:800\$000	2:400\$000	12
2 Patrões, a cada um 600\$ de gratificação	\$	1:200\$000	
10 Marinheiros, a cada um 400\$ de grat...	\$	4:000\$000	
	9:400\$000	10:600\$000	—

Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 8 de maio de 1875 —Manuel Rodrigues Checks Nina, Thomaz Luiz

Sympson, dr. João Carlos Antony, Francisco de Paula Bello.

Ficão tambem sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Nina manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro que pelos canaes competentes me sejam fornecidas com urgencia as seguintes informações:

1.^a Quaes os materias fornecidos a cada uma das officinas existentes no estabelecimento dos educandos, no anno de 1874 e de janeiro a abril de 1875, separadamente.

2.^a As importancias das materias primas ou materiaes.

3.^a Se forão, no corrente anno, feitos alguns fornecimentos para o estabelecimento e officinas do mesmo, sem hasta publica, no caso affirmativo copias dos officios que os autorizarão e das contas dos fornecedores.

4.^a O numero de operarios contractados para cada uma das officinas inclusive os mestres, para o corrente anno, isto é, que existirão no anno de 1874 e existem actualmente.

5.^a Qual a renda de cada uma das officinas no anno de 1874 e no trimestre decorrido de 1875.

Paço da assembléa, etc., 8 de maio de 1875.—O deputado, Checks Nina.

2.^a Parte.—Tem 3.^a leitura o projecto n.^o 22, a imprimir.

E' approvado o parecer da maioria da commissão de poderes, regeitado o da minoria sobre o abastecimento de agua potavel nesta cidade, tem um projecto que toma o n.^o 23 e passa a 3.^a leitura.

E' tambem approvado o parecer da commissão de fazenda sobre o requerimento do dr. Theodoro Thadeo

d'Assumpção, com a seguinte emenda: Emenda ao parecer da commissão de fazenda. Depois das palavras seiscentos mil réis, diga-se: que fica elevada a 700\$000, o mais como está.

Paço, etc., 8 de maio de 1875.—O deputado Braule Pinto.

Tendo antes orado os srs. Pinheiro, Nina, Braule Pinto e Sympson.

Entra em primeira discussão o projecto n.º 20, e foi regeitado.

Passa em 3.º discussão e vae a redacção o projecto n.º 20 do anno passado, com as duas seguintes emendas:

Emenda ao art. 4.º Elimine-se a minha emenda que diz: ou com fundos para o rio, em razão das condições topographicas da villa.—Thomaz Sympson.

Art. Para onde convier:

Todo o pae de familia, tutor ou outra pessoa que tiver a seu cargo filhos, pupillo e em geral algum menino de ambos os sexos de seis a quatorze annos de idade, e em estado phisico de se applicar ao estudo, estando dentro do perimetro da respectiva escola, ou nas suas proximidades e que por sua negligencia não mandar frequentar alguma escola, incorrerá na multa de 10\$, ou tres dias de prisão.

Paço, etc., 8 de maio de 1875.—O deputado, padre Daniel.

Passa em 2.ª discussão o projecto n.º 17 (orçamento municipal) e vêm a meza as emendas infrascriptas, depois de orarem os srs. Mello, Antão Leão, Sympson, José Paulino, Nina, e Braule.

Retira-se por algum tempo a con-

vite do sr. presidente o sr. deputado José Paulino, em quanto se discute a materia do § 2.º do art. 14, por lhe interessar pessoalmente.

O sr. Antony occupa a cadeira de 2.º secretario por ter-se retirado o sr. deputado Braule Pinto.

Approvado.—Emenda ao § 3.º do art. 11 do projecto n.º 17. Depois das palavras frente, accrescente-se, principal, o mais como está.—O deputado, Miranda Leão.

Regeitadas.—Emenda; requeiro que no art. 3.º § 1.º diga-se, 400\$ e não 360\$.—O deputado, Mello.

Emenda. Requeiro que no art. 3.º § 6.º em lugar de 900\$000, diga-se, 1:000\$.—O deputado, Mello.

Emenda. Requeiro que no art. 3.º § 7.º em lugar de 1:400\$, diga-se, 1:600\$.—O deputado, Mello.

Emenda ao § 3.º do art. 11. Em lugar de 200 réis, diga-se, 100 réis e onde diz 100\$ réis, diga-se 50 réis.—O deputado, José Paulino.

Emenda ao § 4.º do art. 11. Onde diz seis por cento, diga-se dois e meio por cento.—O deputado, José Paulino.

Emenda ao § 5.º do art. 11, em lugar de 250\$, diga-se, 150\$, o mais como está.—O deputado, José Paulino.

Estando esgotada a hora dos trabalhos o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres, e etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 22; 1.ª discussão dos projectos n.ºs 18, 19 e 21; 2.ª dos de n.º

10 e 16 (continuação); 3.º do de n.º 13, e, dos pareceres das commissões da camara sobre o código da camara municipal de Teffé; da especial sobre a refusão dos projectos n.ºs 1 e 11 e das reunidas de poderes e fazenda sobre o projecto n.º 3.

Para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 10 de Maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Nina, Tapajoz, padre Daniel, Silva Pinheiro, Simpson, Freitas Guimarães, Antony, Mello, Felinto, e José Paulino; faltam com causa os srs. padre Torquato, Carniero da Rocha, Castro e Costa, Bello e Damazo; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

Não é lida a acta da anterior por não estar sobre a meza.

EXPEDIENTE.

Officio do secretario do governo remettendo copias das propostas apresentadas para a navegação directa entre os portos da Europa e esta cidade, e bem assim dos contractos para fornecimento e collocação de altares de marmore da matriz d'esta capital. A quem requesitou.

Ordem do dia.

1.º Parte.—O sr. Felinto depois

de obter designação de hora, lê e manda a meza os seguintes pareceres:

« A commissão de poderes, tomando na devida consideração os documentos com que instrue sua petição o reverendo padre Manuel Raymundo Alves, professor effectivo do ensino primario do sexo masculino da villa de Barcellos, é de parecer que se autorize a presidencia a conceder-lhe a vitaliciedade que pede, e n'este sentido tem a honra de offerecer a consideração d'esta assemblea o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorizado a conceder ao reverendo padre Manuel Raymundo Alves, titulo de professor vitalicio do ensino primario do sexo masculino da villa de Barcellos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa do Amazonas, em Manáos 10 de maio de 1875.—Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, Manuel Rodrigues Checks Nina, vencido; João C. Antony. »

« A commissão de poderes, considerando valiosos os documentos juntos a petição do professor particular de muzica da villa de Silves, José Herculano Gomes Carneiro, pelos quaes prova ter aberto sua aula de muzica no dia 1.º de Julho do anno passado e leccionado a oito meninos pobres desde essa data até 3 de Fevereiro ultimo, quando teve lugar a assignatura de seo contracto, que, por motivos independentes de sua

vontade não pode ser effectuado antes, é de parecer que, por equidade se lhe mande pagar a gratificação pedida, visto ter elle satisfeito convenientemente suas obrigações durante esse periodo, como se realmente estivesse satisfeita essa formalidade; e por tanto offerece a consideração d'esta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado a mandar pagar ao professor particular de muzica da villa de Silves, José Herculano Gomes Carneiro a gratificação que lhe está marcada na lei n.º 298 de 12 de maio do anno passado a contar do 1.º de Julho d'aquelle anno a 3 de Fevereiro ultimo.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa do Amazonas, em 10 de maio de 1875. —Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, Manuel Rodrigues Checks Nina, vencido; João C. Antony. »

Ficão sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O mesmo sr. Felinto, apresenta tambem dois pareceres sobre as petições de Raymundo Farias de Almeida, e Agostinho de Almeida Lopes Godinho, que são devolvidos a commissão por não ter a sua maioria os adoptado.

Orão os srs. Felinto e Nina.

O sr. Freitas Guimarães relator da commissão de agricultura, etc., tambem obtem designação da presente hora, e apresenta o seguinte parecer acompanhado d'um projecto:

« A commissão de agricultura,

commercio, artes e navegação, a quem foi presente a petição do tenente-coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, pedindo o auxilio pelos cofres provinciaes da quantia de deseseis contos de reis, sendo sete contos, como indemnisação pela abertura de uma estrada que do seu estabelecimento diz ter aberto para os campos que demoram entre os rios Pussuary e Pacihan, ao sul da povoação Labre, no Rio Purus, e nove contos para auxiliar a fazenda de criação de gado que pretende montar em ditos campos;—E' de parecer, que sendo as vias de comunicação de utilidade e servidão publica, e não podendo ser vedada a passagem a ninguem, e tendo alem disso o peticionario aberto essa estrada para seu interesse, não pode ter lugar a indemnisação que pede; emquanto á coadjuvação de nove contos de réis para montar uma fazenda de criação de gado nos referidos campos, á commissão é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, decreta:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado a mandar dar pelos cofres provinciaes por emprestimo ao tenente-coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, como auxilio para montar uma fazenda de criação de gado vacuum e cavallar nos campos qua demoram entre os rios Pussuary e Pacihan a quantia de nove contos de réis, logo que as finanças da provincia comportem tal despeza.

Art. 2.º Revogão-se todas as leis e disposições em contrario.

Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas,

10. de maio de 1875.—João José de Freitas Guimarães, José Paulino von Hoonholtz, Felinto Elyzio Fernandes de Moraes. »

Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.^a Parte.—O sr. presidente convida aos srs. deputadões a votarem em um membro para a comissão de redacção; recebem-se quatorze cedulas que apuradas dão o seguinte resultado:

Silva Pinheiro, 8 votos; Leão, 3; José Paulino 2; padre Daniel, 1. E' portanto membro da comissão o sr. Silva Pinheiro.

Passa-se a eleger outro membro para a comissão de instrução publica; recebe-se o mesmo numero de cedulas e seu resultado é o seguinte:

Padre Daniel, 9 votos; Leão, 5. E' membro da comissão o sr. padre Daniel.

Tem terceira leitura o projecto n.º 22, a imprimir.

E' approvedo o parecer da comissão de camaras sobre o codigo de posturas da camara municipal de Tefé, tem um projecto que toma o n.º 24.

E' tambem approvedo o parecer da maioria da comissão especial que refundio os projectos n.ºs 1 e 11; o novo projecto toma o n.º 25.

Regeita-se o parecer e projecto da maioria das comissões reunidas de poderes e fazenda; é approvedo o da minoria da mesma comissão, cujo projecto toma o n.º 26. Fica empataada a votação quanto as restricções do sr. deputado Simpson. Passa em segunda discussão o projecto n.º 10, tendo sido regeitado o art. 3.º

São approvedos em primeira discussão os projectos n.ºs 18 e 19.

Entra em primeira discussão o projecto n.º 21. O sr. deputado Nina nos termos do regimento e pôr ser seo autor requer a retirada d'elle.

E' approvedo.

E' approvedo em terceira discussão o projecto n.º 13, com as seguintes emendas, depois de orarem os srs. Leão, Amorim, e José Paulino que requer se mencione na acta que vota a favor da pretensão de Irenio Porfirio da Costa.

Emenda ao art. 1.º do projecto n.º 13: Igual favor ao procurador fiscal do thezouro publico provincial e lente de mathematicas do lyceô Irenio Porfirio da Costa e a D. Heloisa Monteiro de Castro e Costa, professora do ensino primario d'esta capital, trez mezes.—O deputado, Miranda Leão.

Additivo. Ao professor de primeiras letras de Itacoatiara, José Martins Cardozo, trez mezes de licença com todos os vencimentos a contar do 1.º de abril findo em diante.—O deputado, Amorim.

Continua em segunda discussão o projecto n.º 16, (orçamento provincial), são approvedos os arts. 5, 6, 7 e 8, e seus paragraphos, com as seguintes emendas, additivos e substitutivos; approvedos:

Emendas para lugares competentes ao art. 5.º

Ao joven Lauro Baptista Bittencourt, para estudar mathematicas na corte do Imperio, 1:200\$000.

Aos jovens Leopoldino e Lourenço de Mello, para estudarem medicina na provincia da Bahia 600\$000 a cada um 1:200\$000.

Elimine-se o § 12.—O deputado, Checks Nina.

Substitutivo ao art. 6.º § Unico. Com o custeio do estabelecimento, durante o exercicio, sem que possa ser augmentada esta verba, elevando o numero de educandos a cem e de preferencia por contracto 40:000\$. —O deputado, Braule Pinto.

§ Para o art. 7.º Gratificação o vigario geral quer accumule quer não outro cargo, 1:200\$000.—O deputado, Braule Pinto.

Additivo ao § 1.º do art. 7.º Gratificação ao sachristão da matriz da capital, 360\$000.

Idem aos sachristões das matrizes de Itacoatiara e Silves a 120\$000 cada um.

Os pagamentos serão feitos pela repartição competente avista de attestados passados pelos respectivos parochos.—O deputado, padre Daniel.

§ Additivo ao art. 8.º do projecto n.º 16. § Vestuario, sustento e etc., de presos pobres 10:000\$000.—O deputado, Miranda Leão.

Prejudicado.—Substitutivo ao art. 6.º, se não passar o substitutivo do sr. deputado Braule Pinto.

Art. 6.º Litteralmente o que se acha votado na lei do orçamento de 1874, em vigor.—Checks Nina.

Orão os srs. Felinto, Braule Pinto, padre Daniel, Nina e Leão.

Estando esgotada a hora o sr. presidente levanta a sessão, ficando com a palavra o sr. deputado Braule Pinto, sobre o art. 9.º e §§, e dá a seguinte:

Ordem do dia

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres e etc.

2.ª Parte.—Discussão dos pareceres das commissões de poderes e de agricultura, etc.; 2.ª do projecto n.º 16; e continuação da 3.ª do de numero 17.

Para constar se lavrou esta acta—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 11 de maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Nina, Antony, padre Daniel, Bello, Freitas Guimarães, José Paulino, Silva Piniheiro, e Sympson; faltam com causa os srs. padre Torquato, Castro e Costa, Carneiro da Rocha, Damazo, Mello, e Felinto; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

São lidas e approvadas as actas das antecedentes.

EXPEDIENTE.

Petição de alguns moradores da povoação Capella, pedindo a criação de um curato na mesma. A commissão ecclesiastica.

Officio do secretario do governo declarando ter s. exc. o sr. vice-presidente, sancionado as resoluções que forão enviadas ultimamente. In-teirado, archive-se.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Sympson, depois de obter designação de hora, lê e

manda a meza a redacção dos projectos n.º 19 do anno passado e 7 e 13 do corrente.

Ficão sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Leão lê e manda a meza a seguinte indicação:

Indico seja a meza autorizada a dirigir um memorial á assembléa geral legislativa solicitando o seguinte:

1.º Isenção de direitos de consumo por espaço de 10 annos, as mercadorias que forem importadas de qualquer paiz estrangeiro em embarcações que vierem directamente á esta capital.

2.º Autorisação do governo geral, para fazer extensiva até esta capital a linha de vapores subvencionados pelo governo, que existe entre a corte do imperio e a capital do Pará.

Sala das sessões, 11 de maio de 1875.—O deputado, Miranda Leão.

Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos

O sr. deputado Sympson, relator da commissão de fazenda, obtém designação da presente hora, lê e manda a meza os seguintes pareceres:

« A commissão de fazenda a quem foi presente o requerimento de Antonio José Pereira Carneiro, arrematante do imposto de 2\$000 por pessoa empregada na extração da borracha, é de parecer que se lhe conceda o abatimento de 40 „lº que requer, visto como já foi concedido a Manuel José Lopes Barroso, por haver n'aquelle rio terras tituladas, o que também acontece no rio Purús.

Na lei do orçamento, nas disposições geraes, se consignará o seguinte:

Additivo. Fica concedido ao arre-

matante do imposto do § 19 do art. 12 da lei n.º 302 de 13 de maio de 1874, no rio Purús, Antonio José Pereira Carneiro, o abatimento de 40 „lº na dita arrematação, igual ao que foi concedido ao arrematante do rio Madeira, Manuel José Lopes Barroso.

Sala das commissões da assembléa legislativa da provincia do Amazonas, 11 de maio de 1875.—João José de Freitas Guimarães, Francisco de Paula Bello. »

Parecer em separado. Sobre a pretensão de Antonio José Pereira Carneiro, que pede lhe seja concedido o abatimento de 40 „lº sobre a quantia de 2:500\$000 porque arrematou no thezouro provincial o imposto de 2\$000 de pessoa empregada na extração da borracha no rio Purús, allegando ter-lhe sido negado tal abatimento que foi concedido ao arrematante do mesmo imposto no rio Madeira, Manuel José Lopes Barroso, sou de parecer que não deve o requerente ser attendido pelas seguintes razões:

1.ª Porque o arrematante Manuel José Lopes Barroso, requereo e obteve o abatimento antes de assignar o respectivo contracto de arrematação e o supplicante requereo depois de assignar o contracto no qual renunciou a toda e qualquer reclamação fuctura.

2.ª Porque a quantia offerecida pelo contractante Barroso era de 4:200\$000 para o rio Madeira onde quazi todas as terras em que se trabalha na gomma elastica estão concedidas pelo governo e por tanto isentas do imposto na forma da lei,

e a offerecida e contractada pelo requerente é apenas de 2:500\$000 para o rio Purús, onde ainda a maior parte dos extractores trabalham em terras devolutas sujeitas ao imposto.

3.^a Finalmente porque o favor que pede seria um máo precedente que autorisaria para o futuro a inexecução de contractos por parte de outros arrematantes em prejuizo da fazenda publica, sob o fundamento de recurso para á assembléa provincial.

Sala das commissões d'assembléa provincial, 11 de maio de 1875.— Thomaz Luiz Sympson. »

Ficão sobre a meza para entrar na ordem do dia.

2.^a Parte.—Teem primeira leitura os projectos n.^{os} 24, 25 e 26.

E' approvedo o parecer da commissão de agricultura, sobre o requerimento de Antonio Rodrigues Pereira Labre, tem um projecto que toma o n.^o 27.

E' tambem approvedo o parecer da commissão de poderes, sobre a petição de José Herculano Gomes Carneiro, tem um projecto que toma o numero 28.

E' regeitado o parecer da mesma commissão sobre o requerimento do padre Manuel Raymundo Alves.

Entra em 3.^a discussão o projecto n.^o 17 (orçamento municipal), é approvedo, e bem assim as emendas e additivos infrascriptos depois de orarem os srs. Nina, Bello, Amorim, Antony, padre Daniel, Braule Pinto, Pinheiro, Leão e José Paulino.

O sr. deputado Leão retira suas emendas, o sr. Nina adopta-as. O sr. José Paulino declara para se con-

signar na acta que vota a favor do orçamento municipal menos quanto ao § 2.^o do art. 14.

Additivo e emendas approvedos, ao projecto n.^o 17:

§ Additivo ao art. 3.^o § Ao professor da escola nocturna, ordenado 400\$000. — O deputado, Miranda Leão.

Emenda ao § 8.^o do art. 3.^o Em vez de 200\$, diga-se 100\$. — O deputado, Miranda Leão.

Additivo para logar competente: Fica remida a divida do subdito francez Luiz Schill, negociante d'esta praça, proveniente dos impostos com que foi lançado no exercicio de 1874-1875, devendo ser-lhe cobrado somente o do § 27 art. 9.^o da lei do orçamento municipal em vigor. — O deputado, Checks Nina.

Additivo para logar competente: Fica remida a divida contrahida para com os municipios pelos donos de vapores particulares proveniente de impostos do exercicio em vigor, § 12 do art. 9.^o. — Os deputados, Antony, Checks Nina.

Additivo. A camara municipal da capital fica autorizada a contractar um medico para o serviço do curro quando julgar conveniente, despendendo até 600\$. — O deputado, João Pinheiro.

Emenda. Converta-se o imposto especial da camara do Coary em renda geral das camaras, sob classificação de emolumentos. — O deputado, João Pinheiro.

Additivo ao art. 4.^o, para onde convier. Renda especial da camara de Silves:

Imposto sobre tapagens para pei-

xe-boi, pirarucú e tartarugas 50\$000. E' eliminado.

Idem por feitorias ou barracas para a salga de pirarucú, 5\$000.

Idem por cada montaria empregada no mesmo fabrico, 2\$000.

Idem por cada uma pessoa empregada no mesmo fabrico, 5\$000.—O deputado, padre Daniel.

Elimine-se do additivo apresentado pelo sr. deputado padre Daniel a parte que versa sobre imposto de tapagens.—O deputado João Pinheiro.

Emenda ao art. 15. Depois da palavra nocturna, acrescente-se, na cidade de Itacoatiara, o mais como está.—O deputado, Miranda Leão.

Regeitada. Elimine-se o § 4.º do art. 10.—O deputado, Bello.

Vae a redacção o referido projecto n.º 17.

Entra em discussão o parecer e projecto da maioria das commissões reunidas de poderes e fazenda, e bem assim as restrições nelle escriptas pelo sr. deputado Sympson, e posto a votos são regeitados.

Continua em segunda discussão o projecto n.º 16 (orçamento provincial).

Orão os srs. Braule Pinto, José Paulino e Nina, e é approvado o art. 9.º e seus §§ com as emendas abaixo escriptas.

O sr. Braule Pinto retira, depois de ter a assembléa annuido a seguinte emenda:

Emenda ao § 3.º do art. 9.º Depois da palavra capital, diga-se: revogada a lei n.º 164 de 24 de outubro de 1866,—30:000\$000.—O deputado, Braule Pinto.

Approvadas:

Emenda ao § 3.º do art. 9.º Depois da palavra capital, diga-se: ficando annullados no fim do exercicio de 1874-1875 os saldos nominaes que existirem em favor de obras e revogada a lei n.º 164 de 24 de outubro de 1866,—50:000\$.—O deputado, Thomaz Sympson.

Emenda ao art. 9.º para onde convier: Auxilio para edificação de uma capella no lugar Bôa-Vista, no rio Branco, 2:000\$.—O deputado, José Paulino von Hoonholtz.

Prejudicada:

Elimine-se o que se segue depois da palavra matriz e determine-se a quantia de 50:000\$.—O deputado, Checks Nina.

Estando a hora esgotada, o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres de commissões, etc.

2.ª Parte.—Primeira leitura dos projectos n.ºs 27 e 28, segunda dos de n.ºs 23, 24, 25 e 26; segunda discussão dos projectos n.ºs 18 e 19, e continuação do de n.º 16 (orçamento provincial); terceira do de n.º 10, discussão das redacções dos de n.ºs 7, 13 e 19, e dos pareceres da maioria e minoria da commissão de fazenda sobre a pretensão de Antonio José Pereira Carneiro; e da indicação apresentada pelo sr. deputado, Leão.

Para constar se lavrou esta acta—*José Coelho de Miranda Leão*, vicepresidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º secretario.—*João Carlos Antony*, servindo de 2.º dito.

Sessão de 12 de Maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Nina, Antony, Mello, padre Daniel, Bello, Freitas Guimarães, José Paulino, e Silva Pinheiro; faltam com causa os srs. Carneiro da Rocha, Castro e Costa, padre Torquato, Damazo, e Felinto; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

Não está sobre a meza a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE.

Dois officios do secretario da presidencia da provincia, remettendo as petições do porteiro da secretaria do governo, Boaventura Ferreira da Silva Bentes, e de José Antonio Monteiro. As commissões de poderes, e de agricultura, artes, etc.

Officio do sr. deputado Damazo de Souza Barriga communicando que por doente retira-se á cidade de Itacoatiara. A commissão de poderes.

Requerimento de Antonio Augusto Alves, liquidatario da extincta companhia fluvial do alto Amazonas, pedindo pagamento de 1:500\$000 que deve o thezouro provincial a mesma companhia. A commissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Nada occorreo.

2.ª Parte.—Teem primeira leitura os projectos n.ºs 27 e 28; e segunda os de n.ºs 23, 24, 25 e 26.

São approvadas as redacções dos projectos n.ºs 19 do anno passado e 7 e 13 do corrente.

Entrão em discussão os pareceres da commissão de fazenda sobre a pretensão de Antonio José Pereira Carneiro.

Ora o sr. Miranda Leão. E' approvado o parecer da maioria da commissão e regeitado o da minoria.

E' approvada a indicação do sr. deputado Miranda Leão, lida na sessão anterior.

Passa em terceira discussão o projecto n.º 10. A redacção.

E' approvado em segunda discussão o projecto n.º 18, com as emendas abaixo escriptas, tendo orado antes os srs. deputados Antony, Braule Pinto, Amorim, Nina, Jose Paulino e Freitas Guimarães.

O sr. Antony retira com o consentimento da assembléa duas emendas que apresentou e adopta as do sr. Braule Pinto.

Emendas approvadas ao projecto n.º 18:

Emenda ao art. 1.º Depois da palavra allemães, diga-se: tendo em vista a proposta por elle apresentada a esta assembléa, o mais como está.—Os deputados, Freitas Guimarães, José Paulino von Hoonholtz.

Emenda ao § 3.º do art. 1.º Eliminam-se as palavras: cujo numero deverá ser de seis pessoas.—O deputado, Braule Pinto.

Emenda ao § 2.º do art. 1.º Eliminam-se neste § as palavras: Assim tambem de cada familia que faltar para completar o numero das de 100 familias lhe será descontada a quantia de 100\$,—O deputado Amorim.

E' regeitada a seguinte:

Emenda ao § 4.º do art. 1.º Accrescente-se no final: Se o empresario

não preferir situar a colonia nas terras onde demora esta capital, alem do perimetro patrimonial da camara municipal.—O deputado, Braule Pinto.

E' tambem approvedo em segunda discussão o projecto n.º 19.

Esgotada a hora dos trabalhos, o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura dos projectos n.ºs 27 e 28, terceira dos de n.ºs 23 e 26, primeira discussão dos de n.ºs 15 e 22, e segunda do de n.º 16 (continuação, orçamento provincial).

E para constar se lavrou esta acta.—*José Coelho de Miranda Leão*, vice-presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º secretario.—*João C. Antony*, servindo de 2.º lito.

Sessão de 13 de maio de 1875.

Presidencia do Sr. Miranda Leão.

As 11 horas da manhã presentes os srs. deputados Miranda Leão, Braule Pinto, Antony, Bello, Tapajoz, Nina, padre Daniel, Mello, Sympson, Freitas Guimarães, e José Paulino; faltão com causa os srs. Pereira Guimarães, Amorim Pinheiro, Castro e Costa, Carneiro da Rocha, Torquato, Damazo e Felinto; e sem ella o sr. Rocha Thury; o sr. presidente abre a sessão.

São lidas e approvedas as actas das sessões de 11 e 12 do corrente.

EXPEDIENTE

Officio do secretario da presidencia da provincia de 12 do corrente remetendo uma das informações exigidas pelo sr. deputado Nina.—A quem requere.

Requerimento de João Barboza de Amorim pedindo o emprestimo de reis 5:000\$ para dar melhores proporções a sua fazenda de gado.—A commissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Sympson, relator da commissão de redacção, pede designação de dia e hora para apresentar a presente hora em consequencia do que o mesmo sr. Sympson lê e manda a meza dita redacção.—Fica sobre ella para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte.—Tem segunda leitura os projectos n.ºs 27 e 28; e, terceira os de n.ºs 23 a 26.

O sr. deputado padre Daniel lê e manda a meza seguinte requerimento que é approvedo:

«Requeiro dispensa da 3.ª leitura dos projectos n.ºs 27 e 28, e dos intersticios e bem assim dos projectos n.ºs 23 a 26.—O deputado, padre Daniel.»

Passão em primeira discussão os projectos n.ºs 15 e 22.

Passa a occupar a cadeira de presidente o sr. deputado Braule Pinto.

Occupão as cadeiras de 1.º secretario o sr. Antony e de 2.º o sr. Bello.

Passa em segunda discussão o projecto n.º 16 (arts. 10 á 16) com seguintes emendas e additivos, sendo orado os srs. Leão, Nina, Antony, pa-

dre Daniel, Freitas Guimarães e Sym-
pson.

Additivos e emendas approvadas:

Emenda ao § 12 do art. 11 do pro-
jecto numero 16: Em lugar de
271:872\$671, diga-se, § . —
O deputado, Miranda Leão.

Emenda ao titulo 2.º do projecto n.º
16: Elimine-se o § 4.º do art. 12.—O
deputado, Miranda Leão.

Art. additivo ao titulo 3.º, disposi-
ções geraes, n.º 16: Art., fica autorisa-
do o presidente da provincia a des-
pender até a quantia de 6:000\$ para
mandar vir da Europa um locomovel
e machinismo de fazer tijollos, para
o estabelecimento de olaria dos cida-
dãos Juvencio Alves da Silva & Irmão
exigindo dos mesmos, no acto da en-
trega, as cautellas necessarias para
a fazenda provincial, e regulando o
modo mais conveniente de effectuar-
se a indemnisação, que será dentro
de quatro annos sem juros algum.—O
deputado, Miranda Leão.

Art. additivo ao titulo 3.º do pro-
jecto n.º 16: Disposições permanen-
tes, art. contractado que seja o esta-
belecimento dos educandos, na forma
do disposto no § do artigo reger-se-ha
pelo actual regulamento, com as se-
guintes alterações:

§ 1.º A quantia de 40:000\$ de que
trata o referido paragrapho é para
100 educandos, e quando não tenha
este numero, será paga na razão de
400\$, para cada um.

§ 2.º Os materiaes precisos para
as officinas serão comprados pelo con-
tractante, bem como os instrumentos
para banda de muzica.

§ 3.º O valor das obras depois de
pagos os materiaes empregados n'ellas

será recolhido aos cofres do thezouro
publico provincial como receita, des-
contando-se a 5.ª parte para ser ap-
plicada a premios aos mestres e a-
prendizes que mais se distinguirem.

§ 4.º Do rendimento da muzica
será descontada a 5.ª parte para ser
applicada ao pagamento dos instru-
mentos que forem comprados pelo
contractante e o soldo liquido para
receita do thezouro.

§ 5.º O actual director e o escrivão
serão addidos a qualquer repartição
provincial com todos os vencimentos,
ficando extinctos os mais lugares.

§ 6.º Os empregados e mestres se-
rão pagos pelo empresario e a escolha
d'elles.

§ 7.º O empresario prestará fiança
legal igual a prestação d'um trimes-
tre que lhe será paga adiantadamen-
te. — Paço d'assembléa, 13 de maio
de 1875. — O deputado, Miranda
Leão.

Regeitadas:

Emenda ao art. 12 § 1: Em vez de
12 por cento, diga-se, 10 por cento.
—O deputado, Checks Nina.

Emenda ao § 3.º do art. 12: Casas
commerciaes ou canôas de regatão em
que se venderem bebidas alcoolicas
30\$. — O deputado, Thomaz Sympson.

Emenda ao titulo 3.º do projecto n.º
16: Elimine-se o art. 15.—O deputa-
do, Miranda Leão.

Declarão ter votado contra o em-
prestimo a Juvencio Alves da Silva &
Irmão os srs. deputados Mello, Daniel
e Freitas Guimarães.

Esgotada a hora e nada mais ha-
vendo a tratar-se o sr. presidente le-
vanta a sessão e dá a seguinte ordem
do dia:

1.^a Parte.—Projectos, requerimentos, pareceres, e etc.

2.^a Parte.—Discussão da redacção do projecto n.^o 10 e terceira do de n.^o 18.

E para constar se lavra esta acta.
—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barbosa de Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Sessão de 14 de maio de 1875.

Presidência do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Tapajoz, Nina, Antony, Mello, Freitas Guimarães, Sympson, José Paulino, Silva Pinheiro e Bello; faltam com causa os srs. Carneiro da Rocha, Castro e Costa, padre Torquato, Damazo, Felinto e Leão; e falta ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

Não está sobre a meza a acta da antecedente.

Não ha expediente.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. deputado Sympson, relator da commissão de redacção, obtem designação da presente hora para lêr a do projecto n.^o 17.

Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

Vem a meza o seguinte requerimento, que é regeitado:

«Requeremos dispensa de interstícios da redacção do projecto n.^o 17 que acaba de ser lido, afim de ser discutida na segunda parte da ordem do dia de hoje.

Paço etc., 14 de maio de 1875.—Os deputados, Thomaz Sympson, Silva Pinheiro.»

O sr. Freitas Guimarães, relator da commissão de agricultura, commercio e artes, tambem obtem designação da presente hora, para apresentar o parecer seguinte:

«A commissão de agricultura, commercio, artes e navegação, a quem foi presente o requerimento de José Antonio Monteiro, pedindo um empréstimo de seis contos de réis, sem juros para montar n'esta cidade uma officina de encadernador, é de parecer que tal pretensão seja indeferida visto os cofres provinciaes não podem comportar semelhante despesa.

Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de maio de 1875.—João José de Freitas Guimarães, José Paulino von Hoonholtz.»

Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.^a Parte.—E' approvada a redacção do projecto n.^o 10.

Entra em terceira discussão o de n.^o 18, que fica addiada por 24 horas a requerimento do sr. deputado Nina, que é approvado.

Comparece o sr. deputado Dani. Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte.

Ordem do dia.

1.^o Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Discussão do parecer da commissão de agricultura, commercio, etc., sobre a pretensão de José Antonio Monteiro, e da redacção

do projecto n.º 17; primeira discussão dos de n.ºs 25 a 28; segunda dos de n.ºs 15, 22 e 23; e terceira dos de n.ºs 16, 18 e 19.

Para constar se lavrou esta acta.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 15 de maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Tapajoz, Leão, Nina, Antony, Mello, padre Daniel, Freitas Guimarães, Felinto, Bello, Silva Pinheiro, e José Paulino; faltam com causa os srs. Carneiro da Rocha, Castro e Costa, Torquato, Damazo, e Sympton; e sem ella o sr. Rocha Thury; o sr. presidente abre a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões de 13 e 14 do corrente.

EXPEDIENTE.

Officio do secretario do governo da provincia de 13 do corrente communicando ter s. exc. o sr. vice-presidente sancionado as resoluções d'esta assembléa, remettidas no dia 12. Intirada, archive-se.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. deputado Bello obtem designação da presente hora, lê e manda a meza a redacção do projecto n.º 20 do anno passado.

Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte.—E' approvedo o parecer da commissão de agricultura, commercio e artes que indefere a pretensão de José Antonio Monteiro, e bem assim a redacção do projecto n.º 17.

Passão em primeira discussão os projectos n.ºs 25 a 28.

Entra em terceira discussão o projecto n.º 18.

O sr. deputado Checks Nina manda a meza o seguinte projecto substitutivo ao n.º 18:

A assembléa legislativa provincial do Amasonas, decreta:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado á contractar com Joseph Lyons Mac-Gee, ou com quem mais vantagens offerecer, o estabelecimento de uma ou mais colonias n'esta provincia.

§ Unico. O empresario poderá executar o contracto por si, ou por meio de companhia que organizar com séde n'esta provincia ou fora d'ella, devendo esta no segundo caso conservar n'esta cidade pessoa competentemente habilitada para represental-a e responder pela execução do contracto.

Art. 2.º As colonias que se estabelecerem serão povoadas pelos emigrantes que forem introduzidos pelo empresario ou companhia, sob as seguintes bases, alem das que o presidente da provincia julgue conveniente estipular no contracto.

§ 1.º O empresario no decurso de um anno para o minimo e no de dous annos para o maximo, apresentará ao presidente da provincia, conforme o numero que for marcado no respectivo contracto, de duzentos a dois mil colonos, em familias.

§ 2.º Os prazos de dous annos e de um anno de que trata o § antecedente, serão contados da data da assignatura do contracto, se o empresario não organisar companhia, e se for esta organizada serão contados da data da sua approvação.

§ 3.º No numero dos colonos não serão contados os menores de um anno, e os maiores de quarenta e oito annos que não sejam válidos.

§ 4.º Serão preferidos os colonos oriundos dos Açores, da Galiza, de Cuba e da Italia, e d'estes os que se dedicarem á agricultura, descontando-se dez por cento e de artistas e industriaes.

§ 5.º O empresario ou companhia provará com attestados dos respectivos agentes consulares, o paiz d'onde o colono houver sahido e sua edoneidade.

Art. 3.º O empresario organizará á estabelecer como trabalhador estabelecimentos agricolas na provincia, ou como pequenos proprietarios nas terras que lhe forem concedidas pelo governo para esse fim.

Art. 4.º O empresario receberá ao assignar o contracto, ou a companhia logo que tenha sido approvada, a quarta parte da quantia total, relativamente ao numero fixado de colonos, para o que prestará fiança edonea que será levantada logo que tenha effectuado a introduccão da quarta parte dos colonos, continuando a receber as prestações estipuladas á proporção que os emigrantes forem chegando até ao numero fixo.

Art. 5.º O empresario receberá dos cofres provinciaes por colono que in-

troduzir nas condições previstas a quantia de cincoenta mil réis.

Art. 6.º O presidente da provincia providenciará sobre o alojamento e alimentação dos colonos á proporção que forem chegando.

§ Unico. Este serviço poderá ser contractado com o mesmo empresario ou companhia.

Art. 7.º O presidente da provincia de harmonia com o empresario ou companhia, determinará os lugares onde devão ser estabelecidas as colonias, uma das quaes o deverá ser nas terras ao norte d'esta cidade, alem da legua patrimonial da camara municipal, solicitando do governo imperial as arêas que forem precisas.

§ Unico. A colonia que se estabelecer alem da legua patrimonial da camara d'este municipio, comunicará com esta cidade, por uma estrada que o presidente da provincia fará abrir desde já, pela competente verba que ficará augmentada com a quantia necessaria.

Art. 8.º O presidente da provincia solicitará do governo imperial para o empresario, os premios, favores e isenções que por elles forem pedidos, desde que tenham sido concedidos no imperio a empresas semelhantes.

Art. 9.º Revogão-se as disposições em contrario.

S. R.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 15 maio de 1875.—O deputado, Manoel Rodrigues Checks Nina. »

Orão os srs. Nina, Amorim e Gaspar Guimarães.

O sr. presidente convida os deputados a votarem em tres para a commissão especia-

de refundir ditos projectos. Recebem-se quatorze cedulas e seo resultado é o seguinte:

Freitas Guimarães, 9 votos; Leão e Mello, 6 cada um; Bello, 5; padre Daniel, Nina e José Paulino, 4 cada um; Antony, 2; Felinto e Tapajoz, 1 cada um. São membros da commissão os tres srs. deputados mais votados.

E' approvedo em terceira discussão o projecto n.º 19, com a seguinte emenda:

Emenda ao projecto n.º 19. No final do art. 2.º Accrescente-se: e as que tenham creditos votados na lei do orçamento. — O deputado, Braule Pinto.

Passa em segunda discussão o projecto n.º 15.

Esgotada a hora dos trabalhos o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres e etc.

2.ª Parte.—Discussão da redacção do projecto n.º 20; segunda discussão dos projectos n.ºs 25 a 28 e terceira dos de n.ºs 16, 22 e 23.

Para constar se lavrou esta acta—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justino Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 17 de Maio de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães

horas da manhã presentes
utados Pereira Guimarães,

Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Antony, padre Daniel, Freitas Guimarães, Silva Pinheiro, José Paulino, Felinto e Bello; faltão com causa os srs. padre Torquato, Carneiro da Rocha, Castro e Costa, Damazo, Nina, Mello e Sympson; e, sem ella o sr. Rocha Thury; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE.

Officio do secretario da presidencia da provincia de 15 de Maio corrente, communicando ter o exm. sr. vice-presidente sancionado a resolução enviada no dia 14. — Inteirada, archive-se.

Dito do mesmo secretario de igual data remettendo copia da transferencia dos contractos da extincta Companhia de Navegação, quem requireo.

Requerimento para municipal da Silves para seja remettida o debito que tem com o thesouro provincial.—A commissão de poderes.

Ordem do dia

1.ª Parte.—O sr. deputado Freitas Guimarães relactor da commissão especial para refundir o projecto n.º 18 e o additivo do sr. deputado Nina, pede e obtem designação da presente hora para apresentar o seguinte parecer:

« A commissão especial a quem foi presente o projecto n.º 18 e o substitutivo do sr. deputado Nina, para na forma do regimento refundil-os; tendo-os examinado não achou materia de igualdade e por isso é de parecer

que o referido projecto n.º 18 siga os transmittes da lei sem prejuizo da discussão em que se acha e que o substitutivo seja tambem adoptado visto como contem materia de deliberação d'assembléa.

Sala das sessões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 17 de Maio de 1875.—Os deputados, Freitas Guimarães, Miranda Leão.»—Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. deputado Miranda Leão manda a meza o seguinte requerimento:

« Requeiro que seja discutido na 2.ª parte da ordem do dia de hoje o parecer da commissão especial que acaba de ser lido. — O deputado, Miranda Leão.»—E' approvedo.

O mesmo sr. deputado Miranda Leão, apresenta a seguinte indicação:

« Indico seja autorisada a meza a dirigir-se ao Governo Imperial, pedindo suspensão do § 34 do art. 2.º titulo 1.º da lei n.º 841 de 18 de Abril de 1875 promulgada pela assembléa provincial do Pará para o exercicio de 1876, que tributa o peixe denominado — pirarucu' — importado n'aquella provincia procedente desta, na razão de 5 por cento, por ser tal direito contrario ao art. 12 do acto addicional a Constituição do Imperio. —O deputado, Miranda Leão.» —E' approvedo.

2.ª Parte.—E' approvedo o parecer da commissão especial sobre a refusão do projecto n.º 18 e o substitutivo do sr. deputado Nina; e, a redacção do n.º 20 do anno passado.

Passão em segunda discussão os projectos n.ºs 25, 27 e 28, orão res-

peito ao primeiro os srs. Pinheiro, Daniel, Antony, Freitas Guimarães, José Paulino, Braule Pinto, e Amorim.

E' approveda a seguinte emenda:

Emenda ao art. 9 do projecto n.º 25: Elimine-se as palavras — a lei n.º 280 de 29 de Maio de 1873.—Silva Pinheiro.

E' approvedo em terceira discussão o de n.º 22. A' redacção.

Entra tambem em 3.ª discussão o de n.º 23.

O sr. deputado José Paulino manda a meza o seguinte projecto substitutivo ao n.º 23:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, decreta:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado a contractar com quem mais vantagens offerecer, o fornecimento d'agua potavel para consumo dos habitantes desta capital, precedendo editaes.

Art. 2.º Os proponentes apresentarão as suas propostas competentemente instruidas dos estudos graphicos, sendo planta e orçamento, para que seja adoptada aquella que melhores vantagens offerecer, tanto na qualidade e quantidade d'agua, como nas mais condicções imprescindiveis á taes empresas, tendo por base:

§ 1.º A construcção de um reservatorio ou caixa d'agua, que deverá ser feito de alvenaria e cimento hydraulico, ou com talúdes de madeira de lei, que não deite mão cheiro ou sabôr, devendo ter uma coberta de zinco, ferro, ou telha vulgar, para evitar a quédia de corpos estranhos que damnifiquem a agua, sendo esta coberta feita de forma tal a deixar livre a circulação do ar.

§ 2.º A tirada d'agua será feita por meio de uma ou mais bombas de balanço, ou outro qualquer systema moderno, com tubos de ferro fundido que levem a agua ao lugar em que as carroças sejam suppridas com presteza e commodidade.

§ 3.º Fica estipulado o preço fixo de cada canéco ou pote d'agua do padrão dado pela camara municipal, sendo 20 réis no lugar do reservatorio, e 60 réis distribuido em carroças ou cargas pelas casas.

Art. 3.º O empresario fará toda a obra a sua custa e não poderá por motivo algum exigir subvenção, ou indemnisação.

Art. 4.º O empresario será obrigado a dar principio a obra dentro do praso de seis mezes, a contar do dia da assignatura do contracto, e deverá dar a mesma obra concluida dentro do praso improrogavel de um anno depois de principiada; salvo motivo de força maior competentemente provado.

Art. 5.º O contracto durará por 10 annos, contados do dia em que começar a funcionar o deposito ou caixa d'agua, e dentro do periodo de sua duração ninguem poderá vender agua potavel n'esta cidade, que não seja a do referido deposito ou caixa d'agua, sob pena da multa de 20\$, e o dobro na reincidencia, salvo se sugeitar-se a fazer obra igual nas mesmas condições porque houver sido feita a primeira.

Art. 6.º O reservatorio, e as carroças ou cargas empregadas na condução e distribuição d'agua, que pertencerem a empresa, ficarão pelo tempo do contracto, isentas de quaesquer

direitos ou impostos provinciaes e municipaes.

Art. 7.º Findo o praso do contracto, ou antes, havendo quem se proponha a fazer um encanamento d'agua por tubos de ferro, e chafarizes distribuidos pela cidade, será rescindido o contracto, pagas as despesas das obras e material existentes pelo novo contractante, devendo em todo o caso ser preferido o empresario existente, em igualdade de condições.

Art. 8.º A execução das obras bem como o cumprimento do contracto no tempo de sua duração, ficará a cargo da repartição de obras publicas.

Art. 9.º Na falta de particulares que se proponhão á execução d'este serviço, o governo mandará proceder as obras, attentas a sua urgente necessidade, pela verba — obras publicas — do orçamento provincial que ficará elevada para esse fim até a quantia de 10:000\$ mandando neste caso o governo cobrar o que dispõem a 1.ª parte do § 3.º do art. 2.º.

§ Unico. O governo em qualquer dos casos dará regulamento para o serviço do deposito ou caixa d'agua menos no que disser respeito ao pessoal se fôr contractado.

Art. 10. O empresario fica sugeito a pagar 1:000\$ de multa pelo não cumprimento de qualquer das clausulas estipuladas, salvo caso de força maior.

Art. 11. Revogão-se todas as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amasonas, 17 de Maio de 1875.—O deputado, José Paulino von Hoonholtz.

E nos termos do regimento passa-

se a eleger a comissão especial á re-fundil-os.

Recebem-se doze sedulas que, ap-puradas dão o resultado seguinte: An-tony, onze votos; Leão e Tapajoz, oito votos cada um; Freitas Guimarães, quatro; José Paulino e João Pinheiro, dois cada um. São membros da com-missão os 3 srs. deputados mais vo-tados.

Passa em terceira discussão o pro-jecto n.º 16 (orçamento provincial) tendo orado os srs. deputados Daniel, Freitas Guimarães, Bello, Leão, Amo-rim, Antony, Braule Pinto, e João Pi-nheiro.

Veem a meza as seguintes emen-das, additivos etc., numeradas alpha-beticamente.

Emendas, substitutivos, e additi-vos approvados :

(A) Emenda substitutiva a apre-sentada ao art. 5 do projecto n.º 16 pelo sr. deputado Checks Nina.

§ Aos jovens Leopoldino Nicoláo de Mello e Pompeo Alves Carneiro, para estudarem medicina na provin-cia da Bahia, a cada um 1:200\$000 2:400\$.

§ A importancia de que trata o § antecedente será prestada sob as con-dições estipuladas no art. 2.º da lei n.º 300 de 12 de Maio de 1874. — O deputado, Miranda Leão.

(b) Emenda ao art. 7: § guisamen-tos e alfaías as matrizes pobres réis 3:000\$. — O deputado, padre Daniel.

(c) Emenda ao § 1.º do art. 9: De- pois da palavra—directoria—acres-cente-se: sendo ao engenheiro adjun-to 1:400\$ de ordenado, e 400\$ de gratificação. — O deputado, João Pi-nheiro.

(d) Emenda ao § 3.º do art. 9: Com a obra da matriz da capital, em cons-trucção 2:000\$; o mais como está na emenda do sr. deputado Sympson ap-provada na segunda discussão. — O deputado, Braule Pinto.

(E) §§ Additivos ao art. 9: Auxílio a construcção de uma capella em Ba-dajoz 1:000\$.

Idem a camara municipal da capi-tal para o calçamento de ruas réis 10:000\$.

Idem para dar-se principio a cons-trucção de um novo cemiterio nesta capital 19:000\$. — O deputado, An-tony.

(F) §§ Additivos ao art. 11: Com a colonisação estrangeira ou nacional 10:000\$.

Com desapropriação por utilidade publica 10:000\$. — O deputado, An-tony.

(G) Additivo as disposições perma-nentes: O ordenado do official maior d'esta assembléa será de 1:200\$, a gratificação de 600\$. — O deputado, Amorim.

(H) Artigos para disposições ge-raes da lei do orçamento.

Estabelecimento de educandos:

Art. O presidente da provincia fi-ca autorisado a conceder á uma em-presa particular a direcção do men-cionado estabelecimento, e neste ca-so será elle regido pelo actual regu-lamento que será alterado unica-mente na parte relativa ao pessoal e naquellas que forem contrarias a boa execução desta disposição.

Art. No contracto que se celebrar será imposta a condição expressa de que não poderá o empresario em tempo algum fazer reclamações por

prejuizos, sob pena da multa que se estabelecerá.

Art. A renda do estabelecimento reverterá em beneficio dos cofres do thezouro provincial.

Art. Os actuaes empregados serão addidos a repartições provinciaes até que sejam aproveitados, entendendo-se por empregados o director e o escrivão.

Sala das sessões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 17 de maio de 1875.—O deputado, Freitas Guimarães.

(I) Artigo additivo para onde convier:

O presidente da provincia fica autorisado desde já a mandar prestar ao semirarista desvalido Quintino de Sá Cardoso, a quantia de duzentos e quarenta mil réis annuaes para roupa e compra de livros em quanto estiver no seminario episcopal d'esta cidade, devendo a tal quantia ser entregue ao respectivo reitor em prestações mensaes, das quaes prestará contas no fim de cada exercicio.—O deputado, Antony.

(J) Artigo additivo. O presidente da provincia fica autorisado a mandar contar ao professor de latim do lycêo João Carlos da Silva Pinheiro, para sua vitaliciedade o tempo que decorreo de 20 de dezembro de 1853 até janeiro de 1855, em que leccionou gratuitamente essa materia no seminario episcopal desta cidade.—O deputado, Antony.

(K) Artigo additivo para onde convier:

E' autorisado o presidente da provincia a contractar com D. Theresa de Jesus Mendes Lins Seraphico, tendo

por base a sua proposta apresentada a esta assembléa, o recebimento no internato que tem de instalar n'esta cidade até vinte meninas desvalidas, como alumnas internas e externas mediante a subvenção annual de oito contos de réis.—O deputado, padre Daniel.

(L) Para disposições geraes: O presidente da provincia fica autorisado a conceder seis mezes de licença com todos os vencimentos ao dr. João Carlos Antony, adjunto do director das obras publicas, para tratar de de sua saude fora ou dentro da provincia.—O deputado, Freitas Guimarães.

(M) Additivo as disposições geraes: Artigo. E' autorisado o presidente da provincia a mandar pagar ao vigario geral, dr. José Manuel dos Santos Pereira a gratificação de um conto e seiscentos mil réis que no exercicio de 1873-1874 deixou de receber a pretexto de incompatibilidade.—O deputado, Amorim.

(N) Artigo additivo para onde convier: Fica elevada a vinte dois contos de réis a subvenção que percebe a companhia de navegação á vapor do Amazonas limitada, pelas seis viagens, na linha do Juruá, ficando porém a mesma companhia obrigada a fazer tocar o vapor no porto de Badajoz.—O deputado, padre Daniel.

(O) Artigo additivo para onde convier: O presidente da provincia fica autorisado a mandar pagar ao liquidario da extincta companhia fluvial do Alto Amazonas, a quantia de um conto e quinhentos mil réis, de uma viagem a Marary, no rio Juruá,

que não foi paga. — Os deputados, Bello, Freitas Guimarães.

(p) Artigo additivo para onde convier: Fica desde já remida a divida do coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, para com a fazenda provincial, em treze contos duzentos cincoenta e quatro mil oitocentos e setenta e oito réis, ficando porém obrigado a fornecer os tijolos e telhas de sua olaria, para as obras publicas provinciaes, por menos dez por cento do que o preço do mercado de conformidade com sua proposta apresentada a esta assembléa. — O deputado, Bello.

(q) Artigo additivo as disposições permanentes do projecto n.º 16:

Artigo. As verbas do orçamento não serão augmentadas a pretexto algum, salvo unicamente as dos §§ 1.º e 2.º do art. 8.º. — O deputado, Braule Pinto.

(r) Artigo additivo. Continua em vigor o § 3.º do art. 21 das disposições geraes da lei n.º 302 de 13 de maio de 1874. — O deputado, Freitas Guimarães.

(s) Artigo additivo. Fica revogada a lei n.º 299 de 12 de maio de 1874. — O deputado, padre Daniel.

(t) Artigo additivo ao titulo 3.º do projecto n.º 16. Fica autorizado o presidente da provincia a solicitar do presidente da do Pará, a suspensão dos direitos de 5 por cento que paga no desembarque o peixe denominado pirarucu; para aquelle que for importado n'aquella provincia procedente d'esta, por offender tal direito o acto addicional a Constituição do imperio. — O deputado, Miranda Leão.

O sr. deputado Miranda Leão, pede seja a commissão de redacção autorisada a apresentar projectos separados sobre o vencido que não diga puramente com o orçamento provincial que, acaba de passar em terceira discussão.

O sr. presidente consulta a assembléa quaes os additivos que devão constituir projectos separados do do orçamento.

E' resolvido que os addittivos de letras A, G até S, formem projectos especiaes.

Emendas e additivos ao projecto n.º 16 que são regeitadas:

Emenda. Elimine-se do § 17 do art. 12 a palavra açougue. — O deputado, João Pinheiro.

Emenda ao art. 13. Em vez de 150 contos de réis, diga-se: 100 contos de réis o mais como está. — O deputado, Braule Pinto.

As disposições permanentes:

Artigo. Fica creado um lugar de continuo para a secretaria da assembléa, tendo de ordenado trescentos mil réis e de gratificação duzentos mil réis, total quinhentos mil réis. — O deputado, Amorim.

Additivo para lugar competente.

O presidente da provincia fica autorizado a rever a tabella dos vencimentos dos empregados e professores da instrucção publica, não excedendo o augmento a 25 por cento do que actualmente tem. — O deputado, João Pinheiro.

Esgotada a hora, o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte. — Requecimentos, pro-

jectos, pareceres de commissões, e etc.

2.^a Parte.—Discussão da indicação apresentada na sessão de hoje pelo sr. deputado Miranda Leão. Segunda discussão do projecto n.^o 26 e terceira dos de n.^{os} 15, 18, 25, 27 e 28.

E para constar se lavrou esta acta. *Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Sessão de 18 de maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas da manhã presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Braule Pinto, Antony, Leão, Tapajoz, padre Daniel, Bello, José Paulino, Freitas Guimarães, Sympson, e Silva Pinheiro; faltão com causa os srs. Carneiro da Rocha, Castro e Costa, padre Torquato, Damazo, Mello, Nina e Felinto; e sem ella o sr. Rocha Thury; o sr. presidente abre a sessão.

Não está sobre a meza a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE.

Requerimento do cidadão colombiano Raphael Réyes pedindo se declare, si os generos procedentes da republica dos Estados-Unidos da Colombia estão isentos de impostos provinciaes e municipaes. — A comissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. deputado Miran-

da Leão relator da comissão especial para refundir o projecto n.^o 23 e o substitutivo do sr. José Paulino, obtem designação da presente hora, lê e manda a meza o seguinte parecer:

« A comissão especial á quem foi presente o projecto n.^o 23, e o substitutivo apresentado na sessão de 17 do corrente, pelo sr. deputado José Paulino, é de parecer que o dito projecto n.^o 23 seja preferido e que prosiga nos transmittes legais.

Sala das commissões d'assemblea legislativa provincial do Amasonas, 18 de Maio de 1875. — José Coelho de Miranda Leão, João Carlos Antony, Francisco Antonio Monteiro Tapajoz. » — Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

E' approved o seguinte requerimento:

« Requeiro que seja discutido hoje na 2.^a parte da ordem do dia o parecer que acaba de ser lido. — O deputado, Bello. »

O sr. deputado Sympson, relator da comissão de redacção, obtem designação da presente hora para lêr as dos projectos n.^{os} 19 e 22 e de mais treze de artigos additivos a lei do orçamento provincial cujos formão projectos distinctos de conformidade com a deliberação da sessão de 17 do corrente. — Ficão sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.^a Parte.—E' approved a indicação do sr. deputado Miranda Leão apresentada na sessão ultima.

Passa em terceira discussão o projecto n.^o 15 (codigo de posturas municipaes da camara da capital) com as seguintes emendas que são approvedas:

Emenda ao art. 13: Depois da palavra —arêa patrimonial— diga-se, exceptuando as posses, aforadas ou isentas de fôro, que se acharem encravadas na referida arêa.—O deputado, José Paulino von Hoonholtz.

Emendas ao titulo primeiro:

Art. 1.º § 1.º: Em vez de—1,5^m— diga-se, 1,05^m.

Em vez de —300\$000— diga-se, 30\$000 e accrescente-se ou oito dias de prisão o mais como está.

§ 4.º Depois de 30\$000, accrescente-se ou oito dias de prisão.

Art. 2.º Na ultima parte depois de 30\$000 accrescente-se ou oito dias de prisão, o mais como está.

No art. 7.º Depois das palavras —comprados ao governo— diga-se, garantidos, o mais como está.

Art. 12. : Depois de 5\$000 diga-se, ou um dia de prisão.

§ 1.º Em vez de dois dias de prisão diga-se um dia.

Art. 16. § Unico. Em vez de dois dias, diga-se, um dia.

Art. 18. Depois de 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão; o mais como está.

Art. 19. Na ultima parte depois de 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão; o mais como está.

Art. 20. Depois de 5\$000, accrescente-se, ou um dia de prisão, o mais como está.

Elimine-se o art. 21.

Titulo segundo:

Art. 22. Depois das palavras 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão; o mais como está.

Art. 23. Depois de 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão.

Art. 24. Na ultima parte, depois

de 20\$, accrescente-se, ou cinco dias de prisão; o mais como está.

Art. 26. Em vez de dois dias de prisão, diga-se, um dia.

Art. 28. Depois de 20\$, accrescente-se, ou cinco dias de prisão; o mais como está.

Art. 29. Depois de 20\$, accrescente-se, ou cinco dias de prisão, o mais como está.

Art. 30. Depois da palavra —de multa— accrescente-se, ou um dia de prisão; o mais como está.

Art. 31. Em vez de tres dias, diga-se, dois dias.

Art. 32. Depois das palavras—de multa— accrescente-se ou dois dias de prisão; o mais como está.

Art. 35. Na ultima parte, depois de 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão; o mais como está,

Titulo terceiro:

Art. 44. Depois de 20\$, accrescente-se, ou cinco dias de prisão; o mais como está.

Art. 45. Depois de 20\$, accrescente-se, ou cinco dias de prisão; o mais como está.

Art. 46. Depois de 5\$000, accrescente-se, ou um dia de prisão; o mais como está.

Art. 48. Depois de 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão; o mais como está.

Art. 50. Depois de 10\$, accrescente-se, ou tres dias de prisão.

Art. 51. Depois de 20\$, accrescente-se, ou cinco dias de prisão; o mais como está.

Art. 52. Depois de 10\$, accrescente-se, ou tres dias de prisão; o mais como está.

Artigo substitutivo ao art. 54: Os

donos das cocheiras e cavallariças são obrigados a ter sempre limpos estes estabelecimentos que os fiscaes visitarão todas as manhãs e aquellas que não estiverem nas condições acima estabelecidas serão os seus donos multados em 30\$, ou oito dias de prisão e o dobro na reincidencia quanto a pena pecuniaria.

Art. 55. Na ultima parte depois de 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão.

Titulo quarto:

Art. 56. Depois de 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão; o mais como está.

Art. 57. Depois de 30\$, accrescente-se, ou oito dias de prisão; o mais como está.

Art. 60. Depois das palavras—de multa—diga-se, ou cinco dias de prisão.

Art. 61. Na ultima parte, depois 10\$, accrescente-se, ou tres dias de prisão; o mais como está.

§ Unico. Depois de 10\$000 diga-se ou 3 dias de prisão.

Art. 62. Depois de 5\$000 accrescente-se ou 1 dia de prisão.

Art. 63. Na ultima parte depois de 5\$000 diga-se ou um dia de prisão.

Art. 64. Igual a ultima emenda.

§ Unico. Na ultima parte em vez de 2 dias diga-se 1 dia etc.

Art. 67. Depois de 20\$000 accrescente-se ou 5 dias de prisão o mais como está.

Art. 68. Na ultima parte depois de 30\$000 diga-se ou 8 dias de prisão o mais como está.

Titulo quintô:

Art. 70. Na ultima parte depois

de 20\$000 diga-se ou 5 dias de prisão o mais como está.

Art. 71. Na ultima parte depois de 5\$000 diga-se ou 1 dia de prisão o mais como está.

Art. 74. Depois de 5\$000 accrescente-se ou 1 dia de prisão.

Art. 92. Na ultima parte depois de 20\$000 accrescente-se ou 5 dias de prisão o mais como está.

Art. 98. Na ultima parte depois de 5\$000 diga-se ou 1 dia de prisão o mais como está.

Art. 103. Depois de 20\$000 accrescente-se ou 5 dias de prisão.

Art. 109. Depois de 10\$000 accrescente-se ou 3 dias de prisão.—O deputado, Antony.

O sr. presidente convida ao sr. vice-presidente para tomar a cadeira.

Passa em terceira discussão o projecto n. 18 depois de orarem os srs. Pereira Guimarães, Freitas Guimarães e José Paulino, com as seguintes emendas:

Emenda. Elimine-se o art. 2.º—O deputado, Freitas Guimarães.

Emenda ao § 4.º Depois da palavra—competentes, diga-se—por meio de compra ficando o contractante obrigado a satisfazer essa importancia. O mais como está.—O deputado Freitas Guimarães.

Emenda ao § 2.º do art. 4.º Em vez das palavras, 7.º mez, diga-se: 12.º mez em diante.—O deputado Thomaz Luiz Sympson.

Art. additivo: O presidente da provincia fica outrosim autorizado a mandar abonar aos colonos francezes que se propõe introduzir na provincia o Visconde Henrique Ouffroy de Thoron, para fundar um nu-

cleo colonial no Quarry, a quantia de mil réis diários pelo tempo que se demorarem n'esta capital, não excedendo essa demora a dez dias.—Pereira Guimarães.

E' approvedo o seguinte requerimento: Requeiro que se prorogue a presente sessão até esgotar-se a ordem do dia.—O deputado, padre Daniel.

Entra em segunda discussão o art. 1.º do projecto n. 26. Oram os srs. Pereira Guimarães, Freitas Guimarães e padre Daniel.

Retirão-se os srs. deputados Miranda Leão, e Bello.

Entra o sr. deputado Amorim que toma a cadeira presidencial; e reconhecendo não haver numero para votar-se, levanta a sessão e dá a seguinte ordem do dia:

1.ª Parte.—Projectos, requerimentos, pareceres etc.

2.ª Parte.—Discussão do parecer da comissão especial sobre a refusão do projecto n.º 23 com o projecto additivo do sr. deputado José Paulino. Dita das redacções dos projectos apresentados hoje. Continuação da segunda discussão do projecto n.º 26, e terceira dos de n.ºs 25, 27 e 28.

E para constar se lavra esta acta. —*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barbosa de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 19 de maio de 1875.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães,

Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Antony, Freitas Guimarães, padre Daniel, Sympson, Bello, Silva Pinheiro e José Paulino; faltam com causa os srs. padre Torquato, Carneiro da Rocha, Castro e Costa, Felinto, Damazo, Nina, e Mello; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão de 17.

EXPEDIENTE.

Officio do secretario da presidencia da provincia de 17 do corrente, remettendo as informações prestadas pela camara municipal da cidade de Itacoatiara. A quem requereo.

Outro do mesmo secretario, de hontem, remettendo um outro da camara municipal de Silves, de 12 do findante, em que consulta se ella pode remittir dividas de seus responsáveis. A comissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. deputado Sympson, como relator da comissão de fazenda, obtem designação da presente hora para apresentar os seguintes pareceres:

« A comissão de fazenda sobre a proposta do cidadão Francisco Carlos Delduque, é de parecer que visto estar o governo autorizado a contractar o custeio do estabelecimento dos educandos com quem mais vantagens offerecer, o supplicante se dirija ao mesmo governo para esse fim.

Sala das comissões 19 de maio de 1875.—Thomaz Luiz Sympson, João José de Freitas Guimarães, Francisco de Paula Bello. »

« A commissão de fazenda a quem foi presente a petição que a esta assembléa dirigio Raphael Reyes, cidadão colombiano, na qual pede se esclareça se os generos de producção da republica limitrophe dos Estados Unidos de Colombia que forem importados pelos rios Içá, Putomayo e Japurá ou Caquetá, quer sejam para consumo n'esta provincia, quer para exportal-os, se estão sujeitos a impostos provinciaes ou municipaes; examinando a legislação, é de parecer que taes generos são isentos de quaesquer impostos desde que forem acompanhados dos documentos de que trata o art. 400 do regulamento das alfandegas n.º 2647 de 19 de setembro de 1860.

Sala das commissões, 19 de maio de 1875.—F. de P. Bello, J. J. de F. Guimarães, Thomaz L. Simpson. »

O mesmo sr. Simpson apresenta tambem o seguinte:

Redacção do projecto n.º 16.

Redacção do que autorisa a presidencia da provincia a entregar o estabelecimento dos educandos a uma empresa particular.

Ficção sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

Vem a meza o seguinte requerimento que é approvedo:

« Requeiro que o parecer da commissão de fazenda que acaba de ser lido, respeito a petição do cidadão colombiano Raphael Reyes, seja discutido na segunda parte da ordem do dia de hoje. — Braulé Pinto. »

2.ª Parte.—E' approvedo o parecer da commissão de fazenda sobre o requerimento do cidadão colombiano Raphael Reyes.

São approvedas as redacções dos projectos n.ºs 19 e 22 e os de letras A, G, H, I, K, M, N, O, Q, R, S, T, ficando addiada as dos de letras J, L, P, por interessarem pessoalmente a tres srs. deputados presentes e não haver numero para votar-se.

E' tambem approvedo o parecer da commissão especial sobre o projecto n.º 23.

Passão em terceira discussão os projectos n.ºs 25, 27 e 28 com as emendas infra-scriptas, tendo orado os srs. deputados Freitas Guimarães e Simpson.

Emenda ao art. 2.º do projecto n.º 25. Elimine-se as palavras, do banco, o mais como está.—O deputado, Thomaz Simpson.

Emenda ao art. 3.º do projecto n.º 25. § Unico. A quantia de que trata este art. não pagará juros nos primeiros quatro annos da data do emprestimo.—O deputado, Freitas Guimarães.

Emenda ao art. 6.º do projecto n.º 25. Depois da palavra annualmente, diga-se: do quinto anno em diante, o mais como está.—O deputado, Freitas Guimarães.

Emenda ao art. 1.º do projecto n.º 27. No fim do art. accrescente-se, e bem assim a João Barboza d'Amorim 5:000\$ pelo prazo de quatro annos sem juros, para o mesmo fim no lago Januacá. — Os deputados, Thomaz Simpson, Bello.

Esgotada a hora dos trabalhos o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos e pareceres, etc.

2.ª Parte.—Discussão das redacções que deixarão de entrar hoje por falta de numero, da do projecto n.º 16 e da do que trata do estabelecimento dos educandos, e da do parecer sobre a petição de Francisco Carlos Delduque, segunda discussão do de n.º 26 e terceira do de n.º 23.

Para constar se lavrou esta acta—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Termo de 20 de maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Antony, Tapajoz, Freitas Guimarães, Simpson, Silva Pinheiro, e José Paulino; faltam com causa os srs. padre Torquato, dr. Carneiro, Castro, Nina, Felinto, Damazo, Mello, padre Daniel, e Bello; e sem ella o sr. Rocha Thury.

Tendo decorrido mais um quarto de hora o sr. presidente levanta a sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo. *Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 21 de Maio de 1875

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães,

Amorim, Braule Pinto, Leão, Tapajoz, Nina, Antony, Simpson, Felinto, Silva Pinheiro, José Paulino, Bello, Freitas Guimarães, e padre Daniel; faltam com causa os srs. Carneiro da Rocha, Castro e Costa, padre Torquato, Damazo, e Mello; e sem ella o sr. Rocha Thury; o sr. presidente abre a sessão.

São lidas e approvadas as actas de 18 e 19.

EXPEDIENTE.

Requerimento do Federico Spengler, solicitando se inderesse á assembléa geral legislativa o memorial que junta, em que impetra a graça de isenção de direitos para esta provincia. A commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. deputado Simpson obtem designação da presente hora para lêr as redacções dos projectos n.ºs 15, 18, 25, 27 e 28, que ficão sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. deputado Felinto, relator da commissão de poderes, tambem obtem designação da presente hora para lêr o seguinte parecer:

« A commissão de poderes a quem foi presente a petição do sr. deputado Damazo de Souza Barriga, em que pede licença a esta assembléa para retirar-se em consequencia do seu máo estado de saude, é de parecer que deve ser concedida a licença que pede, sem perda de seu subsidio, não considerando-o a commissão nas disposições do art. 57 da resolução n.º 254 de 24 de maio de 1872.

Sala das commissões da assem-

bléa, em 21 de maio de 1875.—Felinto Elyzio Fernandes de Moraes, Manuel Rodrigues Checks Nina, João Carlos Antony. »

Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte.—São approvadas as redacções dos projectos J, L e P, e o parecer sobre a pretensão do cidadão Francisco Carlos Delduque.

Entra em terceira discussão o projecto n.º 23; orão os srs deputados José Paulino, Nina e Antony; e é approvado com as seguintes emendas:

Eliminem-se os arts. 1.º, 2.º, 3.º e seus §§, e substituam-se pelos seguintes:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorizado a contractar com Romualdo de Oliveira Seixas, Leonardo Antonio Malcher, Raymundo João Carneiro e C.ª ou com quem mais vantagens offerecer, o fornecimento d'agua potavel, para consumo d'esta capital.

Art. 2.º Os proponentes apresentarão suas propostas competentemente instruidas dos estudos graphicos, sendo planta e orçamento, para que seja adoptada aquella que melhores vantagens offerecer tanto na qualidade e quantidade d'agua, como nas mais condições imprescindiveis a taes empresas; tendo por base:

§ 1.º A construcção de um reservatorio ou caixa d'agua que deverá ser feito de alvenaria e cimento hydraulico, ou com taludes de madeira de lei que não deite máo cheiro ou sabor.

§ 2.º A tirada d'agua será feita por meio de uma ou mais bombas de balenço ou outras.

§ 3.º Fica estipulado o preço fixo de cada canéco ou pote d'agua do padrão dado pela camara municipal, sendo vinte réis no lugar do reservatorio, e sessenta réis distribuida em carroças pelas casas.

Art. 3.º O empresario fará toda a obra a sua custa e não poderá por motivo algum exigir subvenção ou indemnisação.

Emenda ao art. 4.º. Onde se lê 10 annos, diga-se 20 annos.

Elimine-se o seguinte art. 5.º e substitua-se pelo artigo seguinte:

Art. Findo o prazo do contracto ou antes, havendo quem se propoña a fazer um encannamento d'agua potavel por meio de tubos de ferro e chafarises distribuidos pela cidade, será rescendido o contracto, pagas as despesas das obras e materiaes existentes, pelo novo contractante, devendo em todo caso ser preferido o empresario existente em igualdade de condições.

Emenda ao art. 7.º Accrescente-se no fim d'este artigo, não excedendo a dez contos de réis, mandando n'este caso o governo cobrar o que dispõe a primeira parte do § 3.º do art. 2.º.

Augmente-se mais um artigo: Art. O empresario fica sugeito a pagar um conto de réis de multa, pelo não cumprimento de qualquer das clausulas estipuladas, salvo caso de força maior. —O deputado, José Paulino.

E' regeitada a seguinte emenda:

Emenda ao art. 5.º E assim tambem as carroças, empregadas pela empresa na conducção e distribuição d'agua pelas casas.—O deputado, José Paulino von Hooúholtz.

Continua em segunda discussão o art. 1.º do projecto n.º 26, que é approved depois de orarem os srs. deputados Simpson, Braule Pinto e padre Daniel.

Vem a meza o seguinte requerimento:

Requeiro prorrogação da hora para ser votada a redacção da lei do organimento.—O deputado, Checks Nina.

O sr. presidente convida o sr. vice-presidente a tomar a cadeira.

Não havendo numero para votar-se, o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Requerimentos, projectos, indicações, etc.

2.ª Parte.—Discussão das redacções dos projectos n.ºs 15, 16, 18, 25, 27, 28, do sobre o estabelecimento dos educandos, do parecer da comissão de poderes sobre a licença do sr. deputado Damazo, e continuação da segunda discussão do projecto numero 26.

E para constar se lavra esta acta.—*Clémentino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barbosa d'Amorim*, 1.º secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º dito.

Sessão de 22 de maio de 1875.

Presidência do Sr. Pereira Guimarães.

As 11 horas da manhã presentes os srs. Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Leão, Antony, Nina, Tapajoz, Freitas Guimarães, Simpson, Felinto, Pinheiro, padre Daniel, José Paulino, e Bello; faltão com causa os

srs. Damazo, Carneiro, Castro, Mello, e Torquato; e sem ella o sr. Thury; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do secretario da presidencia da provincia de 21, communicando ter s. exc. o sr. vice-presidente sancionado as resoluções enviadas no dia 20.—Inteirada, archive-se.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Felinto obtem designação da presente hora para lér o parecer seguinte da comissão de poderes:

« A comissão de poderes a quem foi presente o requerimento de Frederico Spengler impetrando a esta assembléa se servisse de enviar e recomendar a assembléa legislativa do imperio um Memorial pelo qual pede aos poderes do Estado isenção dos direitos geraes por espaço de 5 annos, é de parecer que esta assembléa authorise a meza em ordem a satisfazer o pedido do supplicante, visto como o referido Memorial nada contem contrario aos interesses da provincia, mas sim tende a sempre mais desenvolver o seu commercio, e as suas relações com as praças estrangeiras.

Sala das commissões em 22 de Maio de 1875.—Felinto Elysio Fernandes de Moraes, João Carlos Antony, Manoel Rodrigues Checks Nina.—Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

Vem a meza o seguinte requerimento, que é approved:

« Requeremos que o parecer da comissão de poderes que foi apresentado hoje, seja discutido na 2.^a parte da ordem do dia da presente sessão.—Antony, Checks Nina, Tapajoz, padre Daniel, e Felinto.»

2.^a Parte.—Entra em discussão a redacção do projecto sobre o estabelecimento dos educandos.

Orão os srs. Sympson e Nina.

O sr. presidente manda devolvê-lo a respectiva comissão por não estar de accordo com o vencido.

E' approvada a redacção do de n.^o 16, (orçamento provincial), com as seguintes emendas:

Emenda ao § 2.^o do art. 1.^o Elimine-se as palavras — na forma da tabella de 26 de Maio de 1873 — e em vez de 3:700\$, diga-se, 4:000\$.—T. Sympson.

Emenda ao art. 4.^o Depois da palavra—Reitor—diga-se, devendo o augmento proposto nesta verba, de 1:800\$ ser destinado a gratificar professores nos ensinos adoptados no Seminário.—T. Sympson.

Passa a redacção do de n.^o 25, depois de orarem os srs. Sympson e Antony, com a seguinte emenda:

Em vez da palavra — retirados — diga-se, tomados.—T. Sympson.

E' approvada a do de n.^o 18.

Orão os srs. Sympson, José Paulino, e Nina.

Foi regeitada a seguinte emenda:

Emenda ao § 2.^o do art. 2.^o Em vez das palavras — serão coadjuvados— diga-se, será o empresário coadjuvado.—T. Sympson.

E' approvada a do de n.^o 15.

Tambem é approvado o parecer da

comissão de poderes sobre a petição do sr. deputado Damazo de Souza Barriga.

O sr. deputado Nina requer se declare ter votado contra todas as redacções.

Retira-se o sr. deputado Leão.

Entra em segunda discussão o art. 2.^o do projecto n.^o 28.

O sr. presidente convida ao sr. 1.^o secretario a tomar a respectiva cadeira.

Vem a meza as seguintes emendas:

Substitutivo ao art. 2.^o Fica creado um registro fiscal no lugar denominado—Lages—no districto de Villa-Bella, no qual serão obrigadas a tocar todas e quaesquer embarcações que entrarem ou sahirem da provincia, afim de exhibirem unicamente os documentos em que demonstre estarem desembaraçadas pelas estações fiscaes competentes.—O deputado, Freitas Guimarães.

Se passar o substitutivo ao art. 2.^o Elimine-se o art. 1.^o do projecto em discussão.—O deputado, Freitas Guimarães.

Ora o sr. deputado Pereira Guimarães.

São regeitados os seguintes requerimentos:

Requeiro que se prorogue a hora afim de continuar a discussão.—O deputado, Antony.

Requeiro que haja trabalho amanhã.—O deputado, Checks Nina.

Estando esgotada a hora o sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte ordem do dia, ficando com a palavra os srs. padre Daniel, Freitas Guimarães e Nina.

1.^a Parte.—Requerimentos, projectos, pareceres etc.

2.^a Parte.—Discussão do parecer sobre a petição de Frederico Spengler, da redacção do projecto n. 23; e continuação da 2.^a discussão do de n. 28.

E para constar se lavrou esta acta.

—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Dr. A. David V. de Canavarro*, 1.^o Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães

Aos 24 dias do mez de Maio de 1875, no paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, respondem a chamada os srs. deputados dr. Antony, Tapajoz, Amorim, Leão, Braule Pinto, Simpson, Pereira Guimarães, Bello, Pinheiro e Nina; o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

Aos 25 dias do mez de maio de 1875, no paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas as 11 horas da manhã presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Braule, Antony, Leão, Nina, Tapajoz, Pinheiro, e Bello; faltão com causa os srs. Castro, Carneiro, padre Torquato, Mello, Freitas Guimarães, padre Daniel, Simpson, Amorim, José Paulino, Da-

mazo, e Felinto; e sem ella o sr. Thury; passado mais um quarto de hora o sr. presidente declara não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, 1.^o secretario.—*João Carlos Antony*, 2.^o dito.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães

As 11 horas e um quarto do dia 26 de Maio de 1875, presentes os srs. deputados Pereira Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Tapajoz, Antony, José Paulino, e Silva Pinheiro; faltão com causa os srs. Leão, Freitas Guimarães, Bello, padre Daniel, Nina, Mello, Simpson, Castro e Costa, Carneiro da Rocha, padre Torquato, Damazo, e Felinto; e, sem ella o sr. Rocha Thury; o sr. presidente declara não haver sessão por falta de numero.

E para constar se lavrou este termo.—*Clementino José Pereira Guimarães*, presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o dito.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

Aos 28 dias do mez de maio de 1875, no paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, as 11 horas da manhã, respondem a chamada os srs. deputados Pereira Guimarães, dr. Antony, Tapajoz, Miranda Leão, Bello, José Paulino e Nina;

e não havendo numero legal o sr. presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo,
— *Clementino José Pereira Guimarães*
presidente. — *João Carlos Antony* —
Francisco de Paula Bello.

Presidencia do Sr. Pereira Guimarães.

Aos 29 dias do mez de maio de
1875, ás 11 e meia horas da manhã,

no paço da assembléa legislativa provincial, responderão a chamada os srs. deputados Pereira Guimarães, Miranda Leão, Braule Pinto e Pinheiro, o sr. presidente declara encerrada a presente sessão ordinária do corrente anno.

Para constar se lavra este termo.
— *Clementino José Pereira Guimarães*, presidente. — *José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º secretario. — *João Carlos da Silva Pinheiro*, servindo de 2.º dito.



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**